

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

Entre “nativos” e “de fora”
estudo etnográfico sobre nuances identitárias no Centro Histórico de
cidade litorânea no sul do Brasil, Garopaba/SC

Mestranda: Larissa Migliavacca Pacheco

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Alícia Norma González de Castells

Florianópolis, novembro de 2010.

LARISSA MIGLIAVACCA PACHECO

Entre “nativos” e “de fora”
estudo etnográfico sobre nuances identitárias no Centro Histórico de
cidade litorânea no sul do Brasil, Garopaba/SC

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito parcial para a obtenção do
grau de mestre em Antropologia
Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Alícia Norma
González de Castells

Florianópolis
2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

P116e Pacheco, Larissa Migliavacca

Entre nativos e de fora [dissertação] : estudo etnográfico sobre nuances identitárias no Centro Histórico de cidade litorânea no sul do Brasil, Garopaba/SC / Larissa Migliavacca Pacheco ; orientadora, Alicia Norma González de Castells. - Florianópolis, SC, 2010.

238 f.: il., tabs., mapas, fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia social. 2. Identidade. 3. Patrimônio histórico. 4. Antropologia urbana. 5. Sociedades. I. Castells, Alicia Norma Gonzalez de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

CDU 391/397

AGRADECIMENTOS

Agradecer, para mim, é um ato que evoca sentimentos de amor e reconhecimento a pessoas e instituições no processo de minha existência. De diferentes maneiras, recebi apoio, atenção, força, encorajamento, solidariedade, que foram imprescindíveis para realizar este curso. Agradeço primeiramente a todo o corpo discente do PPGAS e às funcionárias. Ao CNPq, pela bolsa de mestrado. Agradeço à minha orientadora, Alcía Norma González de Castells, por sua compreensão e apoio, ao núcleo de pesquisa NAUI, principalmente nas pessoas de Ana Cristina Rodrigues Guimarães, Dagoberto José Bordin, Letícia Nardi e Rafael de Oliveira Rodrigues, por suas leituras e enriquecedores comentários.

Agradeço a meus pais pela vida, à minha filha por seu amor e solidariedade, e aos demais familiares que estão afetivamente ao meu lado.

Sob nenhum aspecto quero correr o risco de minha memória ser ingrata e por esta razão não citarei nomes de amigos, amigas, colegas, vizinhos, vizinhas, de muitas pessoas que, cada uma ao seu modo e oferecendo seu melhor, contribuíram imensamente com este momento de minha vida, para realizar este sonho.

Agradeço a TUDO que me possibilitou realizar este curso: todas as vivências, as relações, os instantes, as pessoas, as emoções, os sentimentos, as instituições e, principalmente, agradeço a DEUS por todas as oportunidades de aprendizado e por seu amparo.

Com amor, meu muito obrigada a TUDO e a TODOS/AS.

Tempo Rei
(Gilberto Gil)

Não me iludo
Tudo permanecerá
Do jeito que tem sido
Transcorrendo
Transformando
Tempo e espaço navegando
Todos os sentidos...

Pensamento!
Mesmo o fundamento
Singular do ser humano
De um momento, para o outro
Poderá não mais fundar
Nem gregos, nem baianos...

Não se iludam
Não me iludo
Tudo agora mesmo
Pode estar por um segundo...

Tempo Rei!
....
Transformai
As velhas formas do viver
Ensinai-me
Oh, Pai!
O que eu ainda não sei
...

RESUMO

Neste trabalho são analisadas questões relacionadas aos processos identitários recorrentes na cidade de Garopaba/SC, especificamente no centro histórico. Em tais processos, as relações entre “nativos” e “de fora” são dominantes. A análise permeou práticas e discursos de seus diversos moradores e freqüentadores.

Constatou-se que para os “nativos” há um ideário comum ligado ao centro histórico, seja através das práticas atreladas ao mar, seja aos hábitos açorianos como os da pesca e das comidas, bem como as especificidades presentes nos jogos de comunicação, gírias locais, nomes dados aos becos do centro histórico, a tradição da organização da festa de Nossa Senhora dos Navegantes, entre outras. Para eles, “Os ‘de fora’ sempre serão ‘de fora’”. Já, para os “de fora”, os “nativos” precisam ser conscientizados de seus valores, de suas paisagens, de seus bem patrimoniais, para assumirem sua condição de “nativos”.

Esta série de percepções e sentidos que abarcam as identidades em Garopaba, particularmente no centro histórico, oscilam entre posições e lugares caracterizados por certa fluidez e flexibilidade. Pode-se concluir que os contornos territoriais do centro histórico, aliados às práticas e aos usos realizados naquele local, expressam as características presentes em tais relações.

Palavras-chave: identidade, sociedades complexas, patrimônio, antropologia urbana.

ABSTRACT

This research intends analyze recurrent identity process existing at Historical Center speciously in Garopaba city. Native people and foreign people relations are dominants in it. Focus on habits and speech of inhabitants as well its visitors is our objective.

Through fishing practices, açorian habits as food and fishing, jest, slangs, some given names to Historical Center lanes, tradition of N. Sra. Navegantes event organization are some aspects we can verify in the natives common ideas about Historical Center. To them “foreign people” will be “foreign people” forever. On the other hand, to the foreigners, “native people” must be conscious about their values, landscape, and patrimony in order to really be called “native people”.

Featured by flexibility and fluidity in the oscillations existing among positions and spaces mainly at Historical Center are the kind of perceptions which are concerned to Garopaba we could realize. The Historical Center territorial limits, plus practices and habits in that place expresses the real existent characteristics in this relation.

Key words: identity, complexes societies, patrimony, urban anthropology

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| Capítulo 1 - Reflexões Teóricas e Metodológicas em Antropologia Urbana | 16 |
| 1.1 Sociedades Complexas, Globalização, Fronteiras: Antropologia Urbana..... | 17 |
| 1.2 Nuanças Identitárias..... | 24 |
| 1.3 Aspectos Patrimoniais..... | 31 |
| 1.4 Percurso Metodológico..... | 39 |
| 1.5 Primeiros Passos..... | 45 |
| Capítulo 2 – Garopaba: O Mar como Trabalho, o Mar como Lazer | 49 |
| 2.1 O Mar no Desenvolvimento da Cidade..... | 50 |
| 2.2 A Região do Centro Histórico - O Local dos “Nativos”..... | 59 |
| 2.2.1 “Esta Festa é Para ‘Nativo’”..... | 67 |
| 2.3 “Da ponte para lá tudo é beco meu filho. Não escapa.”..... | 69 |
| 2.4 Praça Vinte e Um de Abril..... | 77 |
| 2.4.1 Árvores da discórdia..... | 86 |
| Capítulo 3 - Mapa das Relações entre “Nativos” e “De Fora” no Centro Histórico | 94 |
| 3.1 “Nativos” em Garopaba..... | 95 |
| 3.1.1 Moradores do centro histórico: “‘Nativo’ é quem nasceu e cresceu aqui”..... | 95 |
| 3.1.2 Moradores dos becos: “Ser ‘nativo’ é o que manda no pedaço”..... | 100 |
| 3.1.3 Moradores de outras localidades: “Eu já optei, eu me sinto ‘nativo’”..... | 102 |
| 3.2 “Não Têm Isso de ‘Nativo’, Para Mim é Tudo Igual”..... | 107 |
| 3.3 Análise das Relações..... | 113 |
| Considerações Finais | 125 |
| Referências Bibliográficas | 129 |
| Anexos | 139 |

INTRODUÇÃO

Recém chegada à cidade de Garopaba¹ com formação em psicologia, ingressei em atividade no setor público, especificamente em programa social denominado Programa de Apoio Familiar², destinado a famílias de camada popular. O exercício destas ações contribuiu para a minha inserção como profissional no município e com a constituição de redes de relações sociais. Uma das metodologias aplicadas no referido programa eram visitas domiciliares³, o que me proporcionou conhecer diferentes localidades da cidade, adentrar no âmago de suas comunidades, roteiros, regiões e lugares típicos. Por intermédio da construção de relações com outros profissionais e com as famílias participantes do programa observei que de formas diversas a relação “nativos”⁴ e “de fora” estava sempre presente. De maneira geral, estes termos representam configurações identitárias expressas do seguinte modo: “nativo” é quem nasceu em Garopaba ou é descendente de açoriano, e “de fora” é quem é procedente de outros estados ou regiões. Estas caracterizações são feitas tanto pelas famílias integradas no

¹ Garopaba é uma cidade litorânea, situada no Estado de Santa Catarina, oitenta quilômetros (80 km) ao sul da capital, Florianópolis. No ano de 1998, a Fundação Catarinense de Cultura tomba a igreja matriz e o que está disposto nos 100 (cem) metros de suas extremidades, compreendendo os prédios no seu entorno, a praça, a capela. Estas construções localizam-se à beira-mar e, junto a elas, outras edificações, instalações, ruas, becos, vielas e ponte, comportamentos, sentidos e valores. Os conjuntos de caracteres materiais e imateriais vividos pelos moradores e usuários deste espaço atribuíram, no imaginário social, o lugar como centro histórico. Ver mapa de localização da cidade no anexo I e cópia do decreto do tombamento no anexo II.

² Este programa é financiado pelo governo federal e tem como um de seus benefícios a entrega de cestas básicas a famílias residentes no município, com crianças até seis anos e onze meses de idade e renda per capita de até R\$140,00 (cento e quarenta reais).

³ Tal atividade consiste em realizar visita no âmbito familiar como um instrumento de intervenção, através de observações, diálogos e entrevistas. Esta prática pode ser realizada por profissionais que atuam tanto em políticas sociais, de saúde ou de educação.

⁴ Esta categoria é considerada uma noção chave para a antropologia. Na constituição da disciplina, os “nativos” eram considerados os povos e civilizações desconhecidas e distantes da sociedade do pesquisador, principalmente para a antropologia evolucionista. Para a antropologia social, o termo “nativo” está sujeito a muitas críticas e reflexões especialmente porque, muitas vezes, as sociedades estudadas são aquelas de que o antropólogo faz parte, transpondo assim os termos “nativos” por “exóticos”. Segundo Geertz (1999, p.226), “Agora somos todos nativos, e os que não estejam por perto são exóticos”. Esta afirmativa está relacionada a compreender as representações de significados para as pessoas, independente da distância que podem ter do pesquisador.

programa quanto pela equipe de profissionais. Do lado dos profissionais, os questionamentos acerca da origem das famílias, se elas eram “nativas” ou “de fora”, geralmente, viu-se que o fato de serem “de fora” estava relacionado à maior quantidade de problemas. Essa relação problemática era percebida através de falas que indicavam que as famílias vindas de outras cidades ou estados não tinham redes sociais constituídas e/ou familiares no município. Neste sentido, nas situações percebidas como difíceis não poderiam contar com este tipo de apoio. Além disso, alguns membros das famílias informavam que, por estarem há pouco tempo residindo na cidade, ainda não eram consideradas de confiança para trabalhar, por exemplo, em residências particulares.

Descrevo uma dessas situações para exemplificar o exposto acima. A equipe de profissionais na qual eu estava inserida realizava estudo de casos. Esta ação é uma prática freqüente na área de políticas sociais e tem como um de seus objetivos o melhor encaminhamento da situação, no sentido de a família conhecer seus direitos e buscar resolução para seus problemas e demandas. Foi assim que percebi a presença da seguinte pergunta: “Esta família é ‘nativa’ ou é ‘de fora’?”.

Assim, ampliei minha percepção e comecei a me interrogar se esta fala aparecia em outros programas ou atividades executadas pelas mesmas profissionais. Além de observar a inclusão deste questionamento, passei a notar se a resposta dada provocava alguma diferença no tipo de intervenção profissional, ou seja, se a questão – ser “nativo” ou ser “de fora” – era uma variável para os encaminhamentos dos casos. Em algumas circunstâncias, o fato de serem percebidas como famílias “de fora” foi critério para inseri-las em outros programas sociais, tais como Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, entre outros. Cabe salientar que a maior parte das profissionais era nascida em Garopaba e se identificava como “nativa”.

Neste programa social, a população com quem tive contato residia em diversos bairros e era percebida como pobre e problemática pelos profissionais que atuaram conjuntamente. A maioria destas pessoas trabalha no período do verão⁵, exercendo atividades específicas para o turismo, em postos como faxineiras(os), cozinheiras(os), camareiras(os), garçons, pedreiros, vigias e outros. Nos demais períodos do ano, as atividades são esporádicas, isto porque uma das características de cidades litorâneas no sul do Brasil é a sazonalidade

⁵ Garopaba é um município litorâneo que recebe turistas nacionais e internacionais, preferencialmente no verão brasileiro. As especificidades da cidade são descritas no capítulo II.

turística, que tem sua maior expressão nos meses do verão, devido à estação do ano, férias escolares e outros fatores. Isso significa que a maior entrada de recursos na cidade, e conseqüentemente nas famílias, ocorre nessa época do ano.

Essa população de trabalhadores sazonais é composta também por pessoas advindas de outros municípios e estados e muitas, após o término da temporada, optam por permanecer em Garopaba como alternativa ao desemprego e à violência, experiências algumas vezes vividas nas cidades de onde se originaram. Porém, no inverno, período de escassez de trabalhos e recursos, muitas dessas famílias participam de programas sociais, como por exemplo, o Programa Apoio Familiar, como estratégia de sobrevivência até que o próximo verão traga novas oportunidades de emprego e renda.

A origem das famílias que participam do Programa Apoio Familiar é distinta: algumas vêm de outros municípios do Estado de Santa Catarina, outras são imigrantes de diversos estados, principalmente do Rio Grande do Sul e uma parte é de descendentes de açorianos nascidos em Garopaba. Porém, como na cidade não existem hospitais nem maternidades, a maioria das crianças nasce nas cidades de Imbituba ou Florianópolis. Deste modo, a expressão freqüente “nascido em Garopaba” representa a população descendente de açorianos residente na cidade, pois, atualmente, há raros casos de nascimento no município.

Para determinados profissionais executores do programa anteriormente citado, esta última parcela – de descendentes de açorianos – e a população de migrantes do interior do estado são consideradas “nativas”, nesse caso, os significados do termo parecem ser inquestionáveis. Essa representação, para mim, era vaga e difusa e produziu uma série de inquietações. Atenta às recorrências do referido questionamento – ser “nativo” ou “de fora” – passei a observar os possíveis usos e as representações da categoria de “nativo”, a identificar se a questão da procedência e origem familiar, tal como tinha sido visualizado no contexto profissional, estava presente em demais instâncias.

Constatei que havia uma expressão muito semelhante, estendida em diferentes situações e locais. Notei, por exemplo, que algumas pessoas, ao se referirem às circunstâncias concebidas como problemáticas em Garopaba, faziam a seguinte pergunta: “Quem disse isso?” ou “Quem fez isso?” e, dependendo do interlocutor, a resposta era, com poucas variantes, uma ou outra: “Só podia ser coisa de ‘nativo’” ou “Só podia ser coisa de gente ‘de fora’”. Explicações que: ou

eram aceitas entre as pessoas que dialogavam ou eram geradoras de discussões. Isto porque a responsabilidade pela situação percebida como problema era atribuída ou ao “nativo” ou ao “de fora”, conferindo sentido negativo tanto a uma categoria como à outra.

Em relação a estes atributos, notei que a utilização de critérios para efetivar escolhas, tão elásticas que iam desde a contratação de alguém para prestar um serviço até a escolha de uma instituição de ensino para matricular as crianças e ou os jovens, estavam ligados à variável de origem das pessoas. Há muitos exemplos neste sentido, darei apenas um para ilustrar: o argumento para escolher um profissional para consulta médica estava ligado à procedência dele. Por outro lado, constatei que os discursos se repetiam, com frequência, em diferentes locais, sendo utilizados por pessoas de distintas origens, classes sociais, graus de escolaridade, atividades que exerciam e bairros que habitavam.

Neste percurso, compreendi que a questão estava relacionada ao tema da identidade e que permeava outras esferas do vivido, fazendo parte do imaginário social local, traduzido em falas que buscavam imprimir certo posicionamento identitário, ao criar estigmas⁶ que influenciavam diretamente as relações entre as pessoas.

As experiências que vivi, bem como as observações e hipóteses que levantei, aumentaram meus questionamentos e inquietações, o que me impulsionou também a buscar outras áreas do conhecimento, tais como a Antropologia Social. Minha dúvida principal teve sua origem na intenção de compreender por que os termos identitários – “nativos” e “de fora” – serviam como justificativas para explicar determinadas ações, geralmente carregadas de estigmas, e como e por que interferiam nas relações entre as pessoas.

O curso de Antropologia Social, ao ampliar meus referenciais teóricos, complexificou os questionamentos iniciais ao demonstrar que tais relações estão sujeitas aos atravessamentos das sociedades contemporâneas, nas especificidades de Garopaba. Outras interrogações surgiram: quais são as representações que fazem com que as pessoas se percebam, e também aos outros, em um dos pólos da relação; por que razões assim se classificam; quais critérios para se configurarem como “nativos” ou “de fora”. Todas essas nuances nas constituições dos termos sugerem também diferentes posições identitárias que ocupam as

⁶ Conforme Goffman (1988), estigmas são considerados sinais ou marcas que estão em conexão processual entre os pólos *estigmatizados* e *normais*. As pessoas participam, de um ou de outro papel, ao transitarem entre eles e, dependendo da situação e para algumas coisas, eles são complementares. O estigma orchestra relações sociais, é um sistema de valores atribuído às pessoas e que possibilita a inclusão ou exclusão em determinados grupos ou relações.

pessoas e conseqüentes classificações. Pude observar, por outro lado, que a constituição identitária de “nativos” ou “de fora” está naturalizada no contexto da cidade e que termina criando marcas, discriminações, nos diferentes segmentos da população, ora de forma velada, ora declarada⁷.

Cabe esclarecer que estigmas são características, não necessariamente físicas ou visíveis, que estão em desacordo com o quadro de expectativas sociais relacionadas a determinado indivíduo ou grupo, uma vez que as sociedades constroem categorias acerca dos atributos considerados naturais, normais e/ou comuns para os seres humanos. Segundo Goffman (1988), o estigma pode criar preconceitos, reforçar distinções identitárias e delimitar as relações estabelecidas entre as pessoas, neste caso, entre os ditos “nativos” e os “de fora”.

O contato com este par de representações, que ora expressa certa competitividade, ora relações de exclusão ou pertencimento, presentes na vida social da cidade, de algum modo sintetizou meu olhar para observar parte do espaço social de Garopaba. Ampliei minha visão sobre o município e busquei informações a respeito da dinâmica social da cidade, sua história e desenvolvimento urbano. Mesmo que não tivesse pretensões de aprofundar-me temporalmente na história da cidade foi preciso fazer levantamentos históricos sobre aqueles que se atribuem a condição de “nativos” natos, como é o caso da população açoriana, para poder situar, de forma mínima, a gênese da relação - “nativos” e “de fora” - na cidade.

Foi somente após este mergulho inicial que decidi focar algum lugar que pudesse ser palco de relações passadas e presentes onde tivesse oportunidade de interagir com ambas as identidades que constroem a relação. O bairro do centro histórico de Garopaba⁸ terminou sendo esse local. É necessário fazer referência a um fato inusitado que provocou certa imprevisibilidade à pesquisa e ampliou também sua complexidade. Nos dias iniciais de campo procurei o prefeito em

⁷ A Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em 2005, apresentou dados indicativos do aumento no índice de problemas sociais em Garopaba, entre eles violência familiar, uso e venda de substâncias psicoativas ilegais, gravidez na adolescência, desemprego, entre outros. Para alguns o aumento de problemas na cidade é atribuído às pessoas vindas “de fora”.

⁸ A região onde está situado o bem tombado e os imóveis compreendidos nos 100 (cem) metros não é oficializada como centro histórico, mas é assim entendida pela população local e usuários do lugar. Isso permitiu que eu também usasse esta expressão durante a escrita, ao referenciar o centro histórico. O limite territorial, expresso pelo imaginário, está circunscrito no entorno da igreja matriz e Praça Vinte e Um de Abril, compreendendo a rua de acesso principal à região até a fronteira com o cemitério.

exercício⁹ e fui informada que a praça do centro histórico estaria sujeita a uma reforma nos próximos quinze dias, pois o município havia recebido um recurso da esfera pública estadual, através da Fundação Catarinense de Cultura. Nos planos do prefeito, figurava a intenção de realizar uma reunião com os moradores da região do centro histórico para anunciar a reforma, o que de fato aconteceu. A notícia da possibilidade da reforma da praça tomou tais proporções que este assunto era falado por muitas pessoas e escrito em distintos meios de comunicação, tais como internet, jornal, etc. Coincidentemente, este tema chega junto ao início de minha pesquisa e este dado de campo, não previsto para o desenvolvimento dela, em grande medida norteou o discurso de meus interlocutores.

Para o desenvolvimento do trabalho escolhi alguns dos atores que entendi importantes para a pesquisa, entre eles moradores locais, trabalhadores na região, artesãos, representantes do poder público, representante da igreja católica, pescadores, comerciantes locais, e outros.

A dissertação é estruturada em três capítulos. O primeiro deles é dedicado à discussão teórica que sustenta o desenvolvimento da pesquisa empírica. Nele, faço uma reflexão a antropologia urbana, eixo principal desta pesquisa, e as complexificações e tensões pertencentes a esta temática, tais como sociedades complexas, globalização, e demais aspectos relacionados. Além disso, há uma consideração acentuada sobre questões ligadas à identidade, aplicadas e articuladas a reflexões atuais como são, por exemplo, as ações patrimoniais. É salientada a importância desta última categoria nos estudos antropológicos e como ela se configura enquanto instrumento de análise e compreensão das relações estabelecidas em Garopaba.

No capítulo dois, a partir das narrativas dos interlocutores e bibliografia, apresento o local da pesquisa, as especificidades da cidade, da localidade considerada centro histórico em Garopaba e os bicos, estes últimos pertencentes à região e carregados de representações locais, de categorias identitárias que refletem as relações privilegiadas neste trabalho.

No terceiro capítulo, sistematizo a atividade de campo com o propósito da construção da etnografia propriamente dita. Artigo algumas questões teóricas destacadas no primeiro capítulo com os temas identificados no campo.

⁹ Na época, o vice-prefeito.

Finalmente, ressalto certas considerações mais polêmicas deste trabalho.

Parte das fotografias utilizadas na dissertação foi capturada por mim durante o período de campo. Ao utilizar material de outra procedência, faço a indicação apropriada. Cabe salientar que as pessoas fotografadas foram consultadas e a exposição para este trabalho teve prévio consentimento. Os nomes dos interlocutores para efetivação da análise na dissertação são fictícios a fim de preservar o anonimato das pessoas.

CAPÍTULO 1.

REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS EM ANTROPOLOGIA URBANA

Na primeira parte do capítulo são trabalhadas questões constituintes e fundamentais em antropologia urbana. Ocupar-se dessas temáticas é considerar categorias e conceitos que, além de estarem imbricados entre si, são também constituintes da antropologia, ao estabelecer posições que alicerçam este campo do conhecimento, tais como sociedades complexas, globalização, fronteiras, identidade e outras. Estes assuntos são tratados separadamente por razões analíticas, porém são matérias intrinsecamente articuladas entre si e problematizadas nesta dissertação. O objetivo é discorrer sobre alguns desses aspectos que possibilitam entender a complexidade das sociedades contemporâneas e como os estudos e pesquisas antropológicas adentram esses meandros. A antropologia urbana busca compreender os encontros limítrofes, as confluências, as junturas que podem contribuir para os entendimentos das relações e dos modos de vida das pessoas, e é também nesta perspectiva que se pretende compreender as relações privilegiadas neste trabalho e constituídas entre “nativos” e “de fora”.

Na segunda parte, são discutidas questões relacionadas à temática da identidade, desde a perspectiva antropológica, uma apreciação sobre a importância dos estudos desta categoria no contexto das sociedades complexas. Ao dedicar-me a este assunto, escolho autores que entendem as formações identitárias constituídas a partir do reconhecimento da existência individual, do próprio sujeito, a partir de identificações que o afirmam por diferenças e semelhanças, processos ambivalentes e contraditórios, que podem implicar em exclusão ou pertencimento a determinados grupos. Os termos identitários considerados sob a ótica das sociedades complexas não implicam necessariamente cristalizações em suas definições, pois a lógica em que emergem não permite posições fixas, nem identidades permanentes. No marco do trabalho um aspecto relevante é conhecer como tais categorias são construídas e quais sentidos costumam ser atribuídos a elas no contexto da cidade.

Na terceira parte do capítulo faço algumas considerações sobre a categoria patrimônio e suas especificidades nesta pesquisa. Por fim, apresento um breve percurso que embasa as ações concernentes aos métodos utilizados neste trabalho. Descrevo as ações aplicadas, minhas

primeiras inserções em campo, o tempo destinado à pesquisa, especificidades do local, entre outras particularidades, e problematizo as vivências de campo enquanto constituintes do processo de formação em antropologia e estabeleço as ligações necessárias à compreensão das mesmas. Neste segmento, apresento os primeiros contatos e estranhamentos vividos no campo antropológico.

1.1 Sociedades Complexas, Globalização, Fronteiras: Antropologia Urbana

A história da antropologia social demonstra que a disciplina originou-se dos estudos do exótico e do distante, em sociedades muitas vezes distintas do/a pesquisador/a. Por diversas razões, as sociedades em que os antropólogos estão inseridos tornaram-se objetos de seus próprios estudos (Da Matta, 1983; Delgado, 2008; Garces, 2006; Hall, 1996, 2004; Hannerz, 1997, 1999; Magnani, 2002; Velho, 1999a, 1999b e outros). Uma das razões deve-se à necessidade de compreender e dar sentido aos processos de constantes transformações das sociedades e das culturas. Desta maneira, trabalhos etnográficos são desenvolvidos na própria sociedade do pesquisador, devendo ele fazer transposições entre o que lhe parece *familiar* para o que pode ser *exótico*.

Os termos, *familiar* e *exótico*, devem ser compreendidos sob a perspectiva de Roberto Da Matta (1983), pois o trabalho de campo na antropologia social é como um rito de passagem, onde o pesquisador vivencia um novo papel social ao atualizar uma fórmula clássica, específica dos ritos de transição e passagem, o que permite uma mudança de status. As experiências do trabalho de campo são partes do processo vivido na formação em antropologia, onde “o ponto de vista (...) alcança uma nova visão do homem e da sociedade no movimento que nos leva para fora de nosso próprio mundo, mas que acaba por nos trazer mais para dentro dele” (p. 153).

Para Manuel Delgado (2008, p. 27), antropologia urbana é o estudo das inconsistências, inconseqüências e oscilações em que consiste a vida pública nas sociedades modernizadas. Neste sentido, o espaço urbano é compreendido como algo que ultrapassa localidades construídas e habitadas, ele agrega locais desabitados e inabitáveis, diferenciando assim *cidade* de *urbano*. As relações estabelecidas pelos indivíduos nos espaços urbanos são pautadas pelas estranhezas, evitações e anonimatos, pois eles são constituídos por usuários que não

os habitam ou os possuem, conseqüentemente sem direitos de propriedade ou de exclusividade. O espaço urbano é marcado por imprevistos, surpresas, oscilações, ele é constituído por tudo o que se opõe a cristalizações estruturais e reúne assim o que faz possível a vida social. Os objetos de estudos da antropologia urbana envolvem texturas do espaço, regularidades e imprevistos, estruturas flutuantes, confluências.

Conforme Proença Leite (2002, 2007), *espaço urbano* e *espaço público* apresentam distinções. Para ele, este último é concebido a partir dos usos e das ações que lhe atribuem sentido, ao considerar as práticas interativas que constroem socialmente o espaço, isto porque o *espaço público* deve ser entendido como uma categoria constituída a partir das imbricações entre os conceitos de esfera pública e de espaço urbano, compondo uma convergência entre as categorias *espaço* e *ação*. Assim, não necessariamente todo o espaço urbano é um espaço público, mas geralmente o espaço público se constitui no espaço urbano e, na maioria das vezes, como dimensão sócio-espacial da vida urbana, assinalada fundamentalmente pelas ações que conferem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciados.

Além destas, outras categorias como limites, margens e fronteiras necessitam ser consideradas, pois são importantes para pensar as relações estabelecidas no mundo contemporâneo. Isto por que a evocação destes termos remete a idéias de descontinuidades e obstáculos, de situações que podem ser opositoras, ao mesmo tempo em que expressam um lugar quando articuladas, ou seja, na enunciação do termo estão subentendidas tanto sua constituição quanto suas margens ou limites. Para alguns autores da antropologia urbana (Hannerz, 1997, 1999; Velho, 1999a, 1999b) é justamente nas fronteiras, nas possibilidades de limites, que os encontros das margens opostas podem pronunciar algum tipo de significado. É nestas fricções de caráter aproximativo, e não definitivas, que os meandros da vida social se fazem mais compreensíveis.

Conforme Hannerz (1997), as fronteiras podem demarcar limites que ora parecem ser visíveis ora parecem realçados por suas invisibilidades, e, algumas vezes, mostram-se como linhas pontilhadas ou como um ziguezague, o que indica uma não linearidade ou rigidez entre as margens, mas, ao contrário, fluidez e permeabilidade. Assim, a aquisição cultural pode ser compreendida, de um modo mais geral, como um processo constantemente em curso, que abarca o entendimento da diversidade de princípios e considera as variações na forma cultural (Hannerz, 1997).

Já Michel de Certeau (1994) concebe fronteiras de modo distinto. Para ele, são aspectos importantes na compreensão das “feituuras do espaço” (p. 207), ou seja, as fronteiras estão relacionadas a ações e encontros que demarcam códigos de convivência dos sistemas de relações impostas pelos espaços. Elas são entendidas como passagens, exercendo o papel de mediadoras e articuladoras, de modo que “fronteira é como um vácuo (presente nos jogos de interações e de entrevistas), como um símbolo narrativo de intercâmbios e encontros” (p. 214). Certeau também compartilha a concepção de que termos como fronteiras, limites, margens e outros são característicos das sociedades complexas contemporâneas.

O termo *sociedades complexas*¹⁰ é um dos possíveis modos de nomear as sociedades que não mais se explicam pelos paradigmas da modernidade. Tais sociedades emergem a partir da revolução industrial com a imposição da divisão social do trabalho, o aumento da produção e do consumo, o crescimento da economia mundial e o exacerbado processo de urbanização. Porém, quais os limites entre a *sociedade complexa* e a *sociedade não-complexa*? Limites e fronteiras são problemáticas estabelecidas, talvez evidenciadas, nas *sociedades complexas*, onde seus pressupostos parecem fazer sentido pela descontinuidade, pela não linearidade das explicações possíveis. Por essa razão é crescente o interesse dos estudos que procuram entender as transformações destas sociedades e com eles emergem antagonismos teóricos e divergências conceituais.

Todavia, para fins deste trabalho de pesquisa é preciso fazer escolhas e o referencial teórico escolhido é o proposto por Gilberto Velho em “Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas” (1999a) e “Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea” (1999b). O autor afasta temporariamente as categorias, *sociedades* e *complexas*, para declarar que as primeiras são entendidas através da divisão social do trabalho e da distribuição de riquezas como constituintes de categorias sociais caracterizadas através de condições históricas, ou seja, estas categorias fazem sentido quando pensadas em sua historicidade, independentemente se constituídas como classes sociais, extratos, castas. Já o termo *complexas* diz respeito à idéia de “heterogeneidade cultural” (1999b, p. 16), entendida como a existência simultânea de multiplicidades de tradições que podem ser fundadas em bases

¹⁰ Também denominadas pós-industriais, pós-modernas, de capitalismo tardio ou da informação.

ocupacionais, étnicas, religiosas e outras. Estas categorias, divisão social do trabalho e heterogeneidade cultural, estão intrinsecamente ligadas uma à outra. Velho (idem) afirma que a principal questão a ser problematizada é se, quando e como, a divisão social do trabalho pode e deve explicar as diferentes tradições culturais de uma sociedade complexa. Por exemplo, na especificidade deste trabalho, tradições culturais gastronômicas como o “pirão d’água”¹¹ e o peixe frito, consumidos e identificados por alguns atores sociais residentes no centro histórico como indicativo de pertencimento à categoria “nativo”, estão vinculados ao ofício da pesca e ao escambo¹², origens da economia local.

Vemos assim que um critério de pertencimento ou exclusão a uma determinada categoria identitária, e a tudo o que implica estar em uma ou em outra posição, pode estar vinculado à divisão social do trabalho e, conseqüentemente, imbricado nas expressões culturais. Em Garopaba, por exemplo, um aspecto interessante neste sentido é a mandioca, produto agrícola e principal ingrediente no preparo do pirão, que por muito tempo serviu de escambo entre moradores da zona rural e pescadores residentes à beira-mar, garantindo sua subsistência por meio de trocas de farinha por peixe.

A coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo são aspectos das sociedades complexas que acentuam suas características de mobilidades e inconsistências, elementos constitutivos da antropologia urbana, conforme Delgado (2008). Nesta arena de fluxos são abertos campos de possibilidades sociológicas e culturais que permitem aos indivíduos jogos de papéis e identidade, como marcas expressivas de seu estilo de vida. Estas experiências de maleabilidade e fluidez oferecem aos indivíduos o trânsito em diferentes domínios da vida e, simultaneamente, em diversos planos da existência. A coexistência de distintos mundos constitui a própria dinâmica das sociedades complexas que concebem os indivíduos como pontos de intersecção destes vários universos. Tais aspectos sujeitam as identidades e as colocam permanentemente em xeque ao promoverem modificações significativas e solicitarem adaptações constantes. Assim, características das sociedades complexas como globalização, heterogeneidade e fragmentação configuram aspectos onde a identidade

¹¹ Alimento preparado com água quente e farinha de mandioca. Não necessita ir ao fogo.

¹² Escambo é uma prática de troca de bens e produtos que não envolve moeda. Esta atividade está presente e ativa em Garopaba até hoje.

social e consistências existenciais estão em constante devir, ou seja, constituem-se por transformações incessantes e permanentes pelas quais os valores se constroem e se dissolvem noutros (Velho, 1999a p. 31-48).

Além das especificidades características das sociedades complexas, esta pesquisa foi realizada em contexto de espaço público, o que implica considerar e discutir categorias como lugar, espaço, território, usos e sentidos, e outras. Marc Augé (1994, 1995) argumenta a existência de três características comuns, relacionadas entre si, sobre a definição de lugar: são os aspectos identitários, relacionais e históricos. Essas particularidades do termo expressam um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições que dizem respeito, ao mesmo tempo, ao espacial e ao social.

Para Augé (1994), a sociedade atual propõe uma situação de *supermodernidade*, que são as expressões da superabundância factuais e dos excessos, onde o indivíduo busca dar sentido ao mundo. Estes excessos expressam-se através de três eixos: o excesso de tempo, os espaços de não-lugares e a figura do indivíduo. O não-lugar é a expressão do lugar que não pode ser concebido como identitário, relacional e histórico. Os não-lugares existem através das recomposições que os lugares fazem através dos primeiros, de modo que eles, os não-lugares, não são representações isoladas ou genuínas, isto porque o espaço é concebido como prática dos lugares e dos não-lugares, ou seja, há um duplo deslocamento. A construção destes espaços implica em conseqüências de efeitos sobre os corpos e as relações.

Uma possibilidade de explicar uma das especificidades que trata esta pesquisa, conflitos existentes nas relações estabelecidas entre “nativos” e os “de fora”¹³, diz respeito à inquietação que os imigrantes podem causar nas pessoas estabelecidas ao demonstrarem “a relatividade das certezas inscritas no solo: é o imigrante que os inquieta e fascina, ao mesmo tempo, no personagem do imigrante” (Augé, 1994, p.109).

Este peculiar trabalho de Augé (1994, 1995) propõe reflexões sobre as constituições das categorias *lugar* e *espaço*. Para ele, tais termos estão implicados em suas próprias definições, como no sentido de lugar, que compreendem os espaços como identitários, relacionais e históricos. Os lugares nunca são percebidos como composições ingênuas, ao contrário são entendidos como aspectos constituídos por relações de poder e dão sentido às próprias relações estabelecidas. Em diálogo com um pescador residente no centro histórico sobre a questão

¹³ Contextualização teórica realizada na subseção 1.2 deste capítulo.

de os jovens usarem o canto da praia, e não a praça analisada, para consumo de substâncias psicoativas ilegais, ele afirma: “Na praça ninguém usa nada, na praça quem manda é nós”. Essa fala remete tanto ao caráter identitário, relacional e histórico proposto pela noção de lugar, no exercício de poder a que os lugares estão sujeitos pelos seus praticantes. Assim, evidencia-se a inexistência de neutralidade ou imparcialidade que lugares, desta forma entendidos, podem expressar porque, para Augé, os termos que definem e compõem a noção de lugar estão imbricados e agem conjuntamente. A noção de lugar, fundado pela identidade, diz respeito aos sentidos em que as pessoas podem nele se reconhecer e se definir; já a vertente relacional afirma que lugar é a compreensão que certas pessoas fazem das relações que estabelecem umas com as outras, a partir do próprio lugar; e, por fim, o aspecto da história refere-se ao sentido que os ocupantes do lugar podem nele encontrar através de diversos vestígios ou signos de alguma encadeação ou correlação.

Na perspectiva de Certeau (1994), a definição de lugar está vinculada a deslocamentos e movimentos, no propósito de ser “uma configuração instantânea de posições” (p. 201), o que implica também uma indicação mínima de estabilidade. Certeau considera o caráter de fluidez e mutabilidade, onde em alguns momentos se encontram, em prováveis jogos corporais, pois o espaço é “um lugar praticado” (p. 202) e devem-se considerar vetores como direção, velocidade e tempo. É onde os usuários praticam, fazem usos que dão significado ao espaço, uma vez que as práticas significantes são importantes como ações inventoras de espaços. São usos que denunciam maneiras de fazer, falar, caminhar, etc. e definem o fenômeno social pelo qual um sistema de comunicação se manifesta de fato, uma vez que remetem às normas destas próprias práticas; os usos estão associados a elementos de um código e por esta razão denotam significados.

Os pressupostos de Certeau (1994) e Augé (1994) se complementam no que diz respeito às definições de lugar. Ambas estão relacionadas aos possíveis sentidos e ou significados que os usuários, os indivíduos, podem expressar acerca de um espaço. Para Certeau são as práticas significantes que inventam os espaços. Para Augé, o lugar está vinculado aos aspectos relacionais, identitários e históricos, investidos de sentidos que possam ser atribuídos a ele, a partir das instâncias nomeadas. Estas concepções de lugar parecem indicar que há diferentes modos de os indivíduos se relacionarem com os espaços. O foco desta pesquisa está centrado na definição de lugar proposta por Augé, apoiada nos estudos de Certeau, que oferecem um alargamento do campo de

possibilidades ao discorrer sobre as relações estabelecidas entre os usos, os fazeres, os deslocamentos e efeitos produzidos pelas próprias práticas a partir das significações atribuídas pelos atores sociais.

Destaco um exemplo a partir da vivência de campo: a prática da limpeza de rede de pesca¹⁴ realizada na praça do centro histórico pode estar associada a certo leque de possibilidades significativas. Para algumas pessoas, esta atividade demonstra falta de higiene pela razão de ser feita em espaço público, para elas as ações de limpeza não são condizentes com tais espaços; ao apresentar valores higienistas que deveriam ser praticados em lugares íntimos. Para outras, essa prática é indicativo de cultura local e percebida como um espetáculo de diversidade cultural, típico da cidade. E, para quem de fato realiza a limpeza da rede na praça, a ação está relacionada a conforto, sociabilidade e certa desvinculação aos padrões majoritários da prática da pesca exercidos em Garopaba.

Este exemplo dos distintos significados atribuídos à limpeza da rede de pesca na praça demonstra os diferentes pontos de vista sobre a mesma ação, além de ratificar as definições de *lugar* defendidas por Certeau (1994) e Augé (1994), pois, para o primeiro, *lugar* é a expressão das práticas, carregadas de sentidos e significados, que constroem os espaços. Já para Augé, *lugar* está vinculado aos sentidos atribuídos aos aspectos identitários, relacionais e históricos, que agem interligados e conectados uns com os outros.

Retomando o início deste capítulo, a temática desta pesquisa está situada no campo da antropologia urbana onde sua centralidade está referida nos estudos sobre identidade. Para chegar a essa discussão é preciso tratar de conceitos e categorias pertinentes ao termo num mundo sujeito a transformações excessivas. É preciso cartografá-la, conhecer suas fronteiras, seus processos de constantes modificações. E para acentuar a complexidade dos estudos das sociedades e culturas atuais, vale ressaltar que há categorias e conceitos que, além dos processos de metamorfoses, encontram-se simultânea e mutuamente articulados, com pontos de junção e aderência entre si. Este é o caso, por exemplo, da categoria identidade em relação ao sistema de representação cultural nação, inferindo identidades nacionais, pois, conforme Hall (2004), por

¹⁴ Limpar a rede de pesca na praça é um ato realizado por pescadores que não têm nenhum tipo de vínculo a indústrias pesqueiras, nem a donos de barcos ou casas de barcos; são pescadores autônomos que trabalham de modo independente ao poder hegemônico, trabalhadores que carregam a tradição de usar a praça como extensão das atividades pesqueiras, como no período em que as baleias eram beneficiadas no quadrado.

um lado, há certo deslocamento entre esses termos como um dos reflexos da globalização, por outro, e pelo mesmo motivo, há um reforço das identidades nacionais ou locais como resistência à globalização.

É nestes conflituosos, antagônicos e arenosos terrenos que a categoria identidade deve ser pensada e problematizada, uma vez que é nestas instâncias que é constituída de representações e sentidos. Tal diálogo é realizado nas subseções seguintes.

1.2 Nuanças Identitárias

“Nós”, “os outros”; “nativos”, “de fora”... É possível nomear uma série de binômios, aparentemente antagônicos, constituintes das relações sociais que podem servir como vetores de identificação das pessoas, atribuindo a elas, conseqüentemente, papéis sociais, estigmatizando-as, às vezes. A intenção aqui é tratar do tema identidade, desde a perspectiva antropológica, na tentativa de alargar o campo de possibilidades reflexivas, na análise desta pesquisa, para compreender as relações estabelecidas entre *nós* e *os outros* a partir dos usos e sentidos atribuídos à praça do centro histórico de Garopaba/SC.

Identidade é um termo caro para muitas ciências do conhecimento humano¹⁵ e em torno de seus estudos há uma série de teorias que oferecem conceitos, de forma abrangente e algumas vezes opositora, sobre o tema. A categoria em si não pode ser considerada isoladamente, ela é interligada a outras concepções ideológicas como, por exemplo, cultura e sociedades complexas. O aspecto intrincado desta categoria é problematizado a partir dos autores Ciampa (1984), Elias e Scotson (2000), Goffman (1922-1982/1988), Velho (1999a, 1999b), Hall (1996, 2000, 2004) e Hannerz (1997 1999).

Do ponto de vista da antropologia, as categorias identitárias podem estar relacionadas a pesquisas sobre sujeito¹⁶, pessoa e indivíduo

¹⁵ Entre elas a psicologia, as ciências sociais, antropologia, filosofia e outras.

¹⁶ Maluf tece uma discussão crítica em relação à possibilidade de constituição de uma Antropologia do Sujeito. A autora analisa a dimensão teórico-conceitual da antropologia clássica relacionada aos estudos feministas, pós-colonialistas e contemporâneos, referindo-se às implicações e problematizações que emergem ao utilizar o termo “sujeito” como categoria analítica. Maluf acentua que estes termos são complexos e exigem estudos e pesquisas que provoquem reflexões sobre o sujeito e apontem caminhos originais para a antropologia contemporânea e na apreensão antropológica do contemporâneo (Maluf, 2009).

e, devido à complexidade do tema, estão imbricadas em outros campos do conhecimento. Uma das questões-chave da categoria identidade refere-se aos posicionamentos que o termo suscita, uma vez que no processo de identificação a pessoa assimila um ou mais caracteres de outro – que pode ser um indivíduo, um grupo, uma idéia ou mesmo uma nação – e temporariamente se apropria de tal atributo, que pode lhe conferir certa estabilidade relacional através de ações de pertencimento e/ou exclusão social. Compreender identidades, nesta perspectiva, remete a reflexões políticas quanto ao lugar ocupado, a partir da identificação do indivíduo ou de sua identidade social, e de questões relacionadas ao modo como os arranjos são orquestrados, que servem de variáveis para exclusão ou inclusão social, a partir de valores que balizam os comportamentos sociais, muitas vezes naturalizando-os (Hall, 2000).

Na perspectiva da antropologia urbana, alguns estudos sobre identidade (Gupta e Ferguson, 2000; Hall, 2004; Hannerz, 1997; Velho, 1999a, 1999b e outros) argumentam que ela é considerada uma categoria flutuante, com características que envolvem fluxos e fluidez, com questões relacionadas à globalização e à transnacionalidade, enquanto aspectos da sociedade contemporânea que promovem trilhas sinuosas e instáveis nas quais as identidades percorrem. A problematização do termo identidade deve ser considerada a partir do aspecto onde sua constituição é compreendida como um fenômeno social e não natural, ou seja, como interações simultâneas e recíprocas construídas socialmente pelos indivíduos.

Uma característica da categoria identidade é sua ambivalência, no sentido de que diz respeito tanto ao que o indivíduo pode vir a ser em termos de identificações provisórias, quanto àquilo que pode torná-lo a ser através de aquisições e adaptações culturais. Ou seja, a ambivalência produz movimentos duplos: propõe ao mesmo tempo em que é proposta, como uma confluência de sentidos e significados onde as identificações acontecem, ao demarcarem territórios provisórios de igualdades e afirmação de diferenças. São movimentos de articulações e interações que geram a própria existência.

A identidade é constituída pelo reconhecimento daquilo que é distinto do indivíduo, ou seja, de outro, e esta configuração de diferenciação está presente tanto em aspectos que representam uma individuação quanto em caracterizações grupais. O reconhecimento e pertencimento a uma determinada condição ou conjunto de caracteres podem marcar desde um sujeito até uma nação, porque construir imagens e adjetivá-las pode imprimir tanto condições pessoais como

sociais, uma vez que as diferenciações ou igualdades se configuram conforme os grupos aos quais as pessoas fazem parte, ou não, como representações da identidade. Um exemplo é o fato de a pessoa se identificar com sua nação, ao mesmo tempo, por oposição a outra pátria e por similaridade a modos e práticas que a qualificam como pertencente à determinada identidade nacional. Neste sentido, a identidade passa a ser entendida como o próprio processo de identificação (Ciampa, 1984).

As identidades podem ser constituídas por distintas representações, inclusive por vínculos relacionais. Elias e Scotson (2000) apresentam um estudo comparativo, realizado em uma comunidade britânica, entre diferentes grupos populacionais de habitantes, marcados principalmente pela condição temporal de residência no mesmo bairro. Os autores mostram que há uma acentuada divisão relacional entre grupos de moradores mais antigos denominados de *estabelecidos*, e de residentes de épocas mais recentes, chamados *outsiders*. Tais relações são fortemente marcadas por distinções de poder, expressas nas interações entre os grupos populacionais e acentuadas pela *fofoca*, imprimindo marcas de estigmatização, naquele contexto social, que desqualificam e inferiorizam os *outsiders*. Estas relações grupais não estão apoiadas em distinções raciais, étnicas, profissionais ou econômicas, de modo que a única diferença significativa entre estes grupos é o tempo de residência na região, o que determina a forma de vinculação entre eles, ocasionando desequilíbrios de poder, que servem para criar estigmas na comunidade através de maior coesão grupal entre os *estabelecidos*.

Esta característica temporal reforça as alianças mais antigas e dá certa coesão grupal, o que faz com que os *estabelecidos* se atribuam maior valor humano, com características superiores, ocasionando a exclusão dos membros do outro grupo do contato social na comunidade. Neste caso, a inferioridade de poder é percebida como uma inferioridade humana, onde os *estabelecidos* projetam nos *outsiders* o seu pior, ou seja, as características próprias que não são agradáveis a eles mesmos são lançadas a outros, como um refugio de si.

No caso analisado por Elias e Scotson (2000), a eficácia da estigmatização está relacionada a distinções de poder, onde o grupo *outsiders* é excluído das atividades sociais da comunidade e o contato é sentido, para os *estabelecidos*, como desagradável. Para estes autores, a estigmatização é um tipo de fantasia coletiva, neste caso, criada pelo conjunto de maior coesão grupal que, ao mesmo tempo, reflete e dá razão à repulsa e ao preconceito dos membros deste grupo perante os *outsiders*. Assim, o estigma social atribuído a estes é transformado em

estigma material, ele é coisificado, o que implica para os *estabelecidos* em uma não responsabilidade por estes estigmas, porque eles são percebidos como naturais.

Outro aspecto relevante no trabalho de Elias e Scotson diz respeito à auto-imagem e à auto-estima das pessoas, intrinsecamente ligadas a percepções grupais, na maneira como elas são sentidas a partir das opiniões que os membros do grupo tecem sobre os indivíduos. Os modos de ver e pensar dos membros do grupo sobre as pessoas configuram aspectos relevantes, pois, em certo sentido, imprimem caráter de consciência do próprio indivíduo. Deste modo, os comportamentos, sentimentos, certa autonomia relativa de cada um, bem como o grau de consciência, estão relacionados com as opiniões que os membros do grupo de pertencimento tecem sobre a pessoa.

Em relação à autonomia pessoal, para os autores, há certa equidade entre os juízos de valor percebidos pelos sujeitos, ou seja, nem os indivíduos são totalmente vinculados às opiniões e nem elas são absolutamente dominantes sobre eles. Estas considerações estão diretamente relacionadas à identidade grupal e seus aspectos são integrantes da identidade pessoal dos indivíduos, uma vez que a imagem grupal atravessa e compõe a imagem pessoal. De modo consciente, ou não, a imagem grupal diz respeito ao indivíduo por meio dos aspectos grupais com o qual se identifica, conforme Elias e Scotson, p.133:

A identidade coletiva, (...) o orgulho coletivo e as pretensões carismáticas grupais ajudam a moldar a identidade individual, na experiência que o sujeito tem de si e das outras pessoas. Nenhum indivíduo cresce sem esse alicerce de sua identidade pessoal na identificação com um ou vários grupos, ainda que ele possa manter-se tênue e ser esquecido em épocas posteriores.

Os autores asseveram que as concepções que as outras pessoas fazem dos indivíduos, expressas na identidade grupal, são também aspectos presentes na formação e composição da identidade pessoal. Em suma, a identificação de outro ser, distinto de si mesmo, presentes nos signos identitários, evidenciados na exclusão ou pertencimento a um grupo, possibilita a constituição de uma identidade individual, ainda que fugaz.

Este trabalho de Elias e Scotson colabora com as reflexões acerca das constituições identitárias, especialmente no âmbito das identificações grupais, onde a possibilidade de afirmação identitária de

um indivíduo é também construída pelo olhar do outro¹⁷, assegurando certa estabilidade provisória de identidade. Além disso, demonstra como as configurações identitárias são, entre outros fatores, criadas por forças de projeção que estigmatizam relações através de exclusão ou pertencimento, evidenciando a não naturalização das classificações e representações de identidades. A estigmatização é outro tema importante que os autores tratam, uma vez que ela serve como pressuposto de exclusão ou pertencimento a grupos, refletindo diretamente nas relações sociais.

Goffman (1988), em sentido análogo a Elias e Scotson (2000), demonstra que a questão da identidade pessoal e social são partes da atenção e enunciação que outras pessoas fazem em relação ao indivíduo, ao qual a identidade está presente através de jogos e manipulações de estigmas. O indivíduo, desse modo, concebe a sua auto-imagem a partir do mesmo material que outras pessoas já utilizaram na formação de sua identidade pessoal e social.

Para Goffman, o estigma está em conexão processual entre dois papéis sociais, os estigmatizados e os normais, dos quais os indivíduos participam ao transitarem entre um e outro papel, pois, em alguns momentos, e para algumas coisas, são complementares. O estigma dá o tom do concerto social, orquestrado pelo sistema de valores comuns nas sociedades. E, no caso de Garopaba, os estigmas ora se aplicam ao “nativo” ora ao “de fora”. É preciso, porém, contextualizar as definições do termo identidade no território das especificidades das sociedades complexas, pois eles podem aparentar certa ornamentação de elementos simples, que não condiz com as problemáticas atuais que a categoria apresenta. A questão que se coloca é: ao considerar que as identidades pessoais são constituídas pelas identidades grupais, e estas últimas em constantes deslocamentos, turbulências identificatórias e antagonismos, como compreender as identidades individuais?

Hannerz (1997) propõe a idéia de fluxos, como um termo transdisciplinar usado para designar o que não pertence a um lugar, uma vez que os elementos estão em constante construção e vinculados a tantos outros através de mobilidades e expansões variadas, para refletir sobre como a identidade pode ter seu ancoramento temporário nos arranjos sociais contemporâneos. O autor argumenta que fluxos não têm direções, há uma reorganização da cultura no espaço. As argumentações teóricas de Hannerz (1997, 1999) contribuem com este estudo no que se refere às questões ligadas às transformações contemporâneas e seus

¹⁷ No caso, pode ser indivíduo, grupo, idéia ou nação.

reflexos sobre as problematizações acerca da categoria identidade, principalmente em relação ao que pode se constituir como “nativos” ou “de fora”, nesses processos identitários provisórios.

Hall (2000) afirma que as identidades são formadas pelas expressões de articulações fragmentadas, ligadas a uma historicização em constantes processos de câmbio e alteração, porque são constituídas desde dentro dos discursos. Por isso estabelece uma conexão com os locais históricos, como expressões daquilo que é produzido através dos discursos específicos. Deste modo, Hall afasta a concepção de identidade cultural que evoca certa estabilidade e solidez para o *eu*, pois tal pensamento provoca uma idéia artificial de pertencimento a uma determinada história ou ancestralidade comuns. A identidade pode também ser produtora de sentidos de exclusão ou pertencimento, dependendo de onde está situado o indivíduo na esfera dos papéis sociais. Assim, nos termos do autor (p. 109):

As identidades emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma “identidade” em seu significado tradicional, i.e., uma mesmice que tudo inclui, uma identidade sem costuras, sem diferenciação interna.

Neste trabalho, Hall reflete sobre a constituição e formação da identidade em diferentes campos do conhecimento. O autor analisa as diferenças teóricas entre Michael Foucault, a psicanálise, através de Lacan e Althusser, e por fim Judith Butler, e conclui que os estudos sobre identidade são de extrema importância política, além disso, afirma que para atingir progressos significativos neste tema, é necessário que se reconheça, de forma plena e inequívoca, tanto a necessidade quanto a impossibilidade da identidade, bem como a inseparabilidade do psíquico e do discursivo em sua constituição. Ou seja, Hall não se opõe aos distintos campos teóricos, ao contrário, aposta em algum tipo de contrato que avança, no sentido de buscar uma analogia que vá ao encontro das questões políticas.

Deste modo, Hall afirma a identidade como posicional, discursiva, móvel, antagonica e perene, de caráter ambíguo, de ação conjunta e simultânea, através da necessidade e impossibilidade que ela evoca. Um exemplo: de modo geral, a cultura nacional, na qual as pessoas nascem, é concebida como uma das principais fontes de identidade, e, por sua vez, é considerada como parte da própria natureza

essencial. Hall (2004), porém, argumenta que as identidades nacionais não são objetos com os quais se nasce, pois elas “são formadas e transformadas no interior da representação” (p. 47), ou seja, são construções e representações criadas pelas pessoas. Deste modo, assevera que, ao invés de considerar a identidade como essência, o que se tem é um posicionamento que a faz entendê-la como “pontos de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história” (1996, p. 70).

A perspectiva antropológica pressupõe considerar as identidades como relações ambivalentes, seja pelos aspectos relacionados à sociedade contemporânea, seja pelas configurações individuais através do reconhecimento grupal, uma vez que é justamente o caráter de ambivalência que propõe as diferenças constitutivas das identidades. Assim, considerar a categoria identidade sob alguns pontos de vista da antropologia social amplia os horizontes conceituais das análises a que esta pesquisa se propôs: conhecer como se constituem as identidades “nativo” e “de fora”, na região do centro histórico, a partir dos usos e sentidos atribuídos ao bem patrimonial. Esta análise possibilita compreender as relações entre “nativos” e “de fora” no contexto de espaço público, em Garopaba. Para tanto, é preciso estar atento às especificidades e particularidades constituintes das sociedades complexas, refletidas nas múltiplas formas de relações e interações sociais, que, ao mesmo tempo, compõem e são concebidas por ambigüidades e oposições. Velho (1999a, p. 44) afirma: “Pode-se dizer que a própria possibilidade de vida social reside na interação das diferenças, com a conhecida problemática antropológica da troca e da reciprocidade”.

Na subseção seguinte apresento reflexões sobre a temática do patrimônio, relacionadas às considerações sobre sociedades complexas e identidade.

1.3 Aspectos Patrimoniais

A literatura específica¹⁸ e relatos de habitantes afirmam que a cidade se originou a partir da localidade onde está situado o bem patrimonial, local referenciado como centro histórico. Escolhi este espaço para conhecer como se estabelecem as relações identitárias em Garopaba por ser considerando também lugar da imaterialidade percebida como valores, crenças e sentidos refletidos a partir das vivências na comunidade.

Uma das características do termo patrimônio é a polissemia, porque ele evoca múltiplos significados, em grande parte relacionados a fatores econômicos, imobiliários e financeiros, seja de um indivíduo ou mesmo de uma pátria. A noção de patrimônio pode também estar vinculada a aspectos culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, turísticos, ecológicos, entre outros e, ainda mais recentemente formulados, aos conceitos de patrimônios intangíveis e imateriais.

Estudos afirmam que a categoria patrimônio foi constituída no final do século XVIII, com os processos de formação dos estados nacionais, porém ela não é uma invenção da modernidade. Enquanto categoria do pensamento, ela sempre existiu. Onde houver grupos humanos ela estará presente, encontrada mesmo nas ditas “culturas primitivas”. Porém, nem todas as sociedades ou culturas humanas atribuem o mesmo significado ao patrimônio, como acumulação com objetivos de trocas mercantis. Ele pode se constituir de modo muito diverso em diferentes sociedades: há culturas que conferem ao patrimônio características como redistribuição ou destruição (Gonçalves, 2005).

Em termos legais, a categoria patrimônio está sujeita a leis de âmbito nacional e internacional, que definem seus conceitos e regem suas ações, nos termos da legislação. No Brasil, o Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937, no Artigo 1º, legaliza e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, assim constituído:

Pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu

¹⁸ Wilson Francisco de Farias (2000) e Fernando Bitencourt (2003).

excepcional valor arqueológico e etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Tal legislação cria o instituto do tombamento, que é um ato com legislação própria, definido como uma ação de natureza administrativa, realizada pelo poder público, com objetivo de preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e de valores afetivos para a população, ao impedir que sejam deteriorados e descaracterizados, culminando com o registro em livros especiais denominados Livros de Tombo. O tombamento de bens e a constituição de centros históricos conferem às cidades, nos termos da lei, importantes espaços de expressão cultural e valorização histórica, que podem incidir sobre as diferentes esferas da vida social. Sabe-se que nem sempre os bens eleitos pelas instâncias públicas para tombamento estão em consonância com as referências culturais concebidas por seus usuários, como salienta Lima Filho (2006).

No caso do Estado de Santa Catarina, a Fundação Catarinense de Cultura, através da Notificação de Tombamento Nº187/94, ratifica que tombamento de imóveis é uma prática internacional de proteção de bens de valor cultural, reconhecendo o valor histórico, artístico, etnográfico ou paisagístico do bem. Além disso, equipara os imóveis tombados aos monumentos do Estado. Esta instituição, no ano de 1998, através do Decreto Nº2. 996, tomba a Igreja Matriz de Garopaba e seu entorno em 100 (cem) metros, em razão da tradição Luso-Brasileira do litoral de Santa Catarina e justifica sua ação através da preservação arquitetônica religiosa, que protege documentos que evidenciam as características de ocupação do território de Santa Catarina.

Em Garopaba, o local onde está situado o bem tombado poderia ser considerado um conjunto histórico, nos termos da Carta de Petrópolis, expedida em 1987, no 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização, que traz a seguinte compreensão de conjuntos históricos:

espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. O SHU (sítio histórico urbano) é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.

As transformações que os espaços vivenciam estão implicadas nos aspectos físicos, em seus habitantes e em uma série de práticas relacionadas às construções identitárias e à memória de um povo, que diz respeito às distintas manifestações culturais. O reconhecimento de uma instância não material do patrimônio instituiu um processo de diálogos e discussões que gerou a adoção do conceito de *patrimônio cultural imaterial* pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nesta esteira, o Brasil instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro, através do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)¹⁹ (Godoy e Rabelo, 2008).

No campo da antropologia, a extensão da temática do patrimônio é bastante ampla e pode abranger aspectos relacionados à delimitação, construção e recriação de processos patrimoniais culturais, incluindo concepções que o compreendem nas suas múltiplas dimensões, abrangendo instituições políticas, econômicas, ideológicas e outras, ao colocar em ação diversos atores sociais, algumas vezes com interesses distintos ou contraditórios. Conforme Castells (2008), nos últimos vinte anos a categoria patrimônio cultural ganhou subsídios teóricos e práticos, o que implica a necessidade de considerar a variedade de abordagens orientadas para os estudos atuais.

Os estudos sobre patrimônio devem compreender ressignificações teóricas de categorias e conceitos que envolvam a referida temática, além de reflexões que problematizem a multiplicidade dos aspectos relacionados a ela, revelando sua complexidade e necessidade de abordagem interdisciplinar. É importante considerar os diversos atravessamentos que implicam tais estudos, pois eles abrangem temas vinculados a lugar, território, suas significações, questões políticas envolvendo direitos sociais e categorias como referência, recurso, identidade, entre outras (Castells, Reis e Catullo, 2005, Silveira e Lima Filho, 2005).

Gonçalves (2005) problematiza a questão do patrimônio cultural e salienta sua importância para a vida social e mental da humanidade,

¹⁹ Sua metodologia opera em cinco categorias: 1. *Celebrações*: festividades e rituais públicos associados ao calendário religioso ou a outros aspectos da vida social; 2. *Formas de Expressão*: práticas de modalidades não-lingüísticas de comunicação e expressão; 3. *Ofícios e Modos de Fazer*: conhecimentos tradicionais e procedimentos utilizados no trabalho, na cura ou em outras práticas sociais; 4. *Lugares*: espaços apropriados por cerimônias e outras práticas coletivas; 5. *Edificações*: estruturas de pedra e cal que estão associadas a determinados usos, a significações históricas e de memória, ou às imagens que se tem de certos lugares.

uma vez que ela é vinculada à cultura e constituída da mesma. O autor afirma que as dimensões patrimoniais da cultura seriam mais bem compreendidas se colocadas como mediadoras entre os domínios sociais e simbólicos, ao servirem como pontos de sutura entre categorias opositoras como passado/presente, nacionais/estrangeiros, entre outras. Esta ambigüidade define a própria natureza da categoria, estabelecida entre opostos, transitando entre dois pólos, reunindo em si duas dimensões, entre elas material e imaterial. Entender o patrimônio cultural constituído de valores simbólicos é perceber também que podem ser utilizados tanto para comunicar quanto para agir, uma vez que os símbolos representam os valores humanos.

As categorias *imaterial* e *intangível* foram criadas para dar conta do que escapa a uma definição convencional de patrimônio, porém elas são usadas para classificar bens tão tangíveis e materiais como festas, espetáculos, alimentos, entre outros, conforme afirma Gonçalves (2005). A categoria patrimônio realça a materialidade da vida social e cultural, isto por que ela não seria possível sem os objetos materiais e as técnicas corporais que tais componentes supõem. Assim, os objetos em sua materialidade, suas formas, seus usos sociais e simbólicos expressam uma sociedade ou uma determinada camada social; eles em si e seus usos colocam essa sociedade em movimento. A articulação material e simbólica de um objeto aponta para a valorização de uma subjetividade, que se define pela sua plasticidade e adaptação ao mundo (Gonçalves, 2005).

Em relação à diferenciação entre patrimônio *material* e *imaterial*, Castells (2008) relata que ela foi adotada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 2003, através da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Desde então, em lugar da categoria *Cultura Tradicional e Popular*, utilizada a partir de 1989, passa-se a usar *Patrimônio Cultural Imaterial* (PCI), no sentido de abranger os distintos modos de manifestações culturais, próprios da contemporaneidade.

Para Castells (2006, 2008), a delimitação e reconhecimento patrimonial podem estar em desacordo com os escolhidos pelas representações dominantes para conceber o que se idealiza como patrimônio brasileiro. O argumento da autora está assentado sobre uma possível divergência entre as instituições que elegem o bem patrimonial e a população criadora desse bem. Neste mesmo sentido, Gonçalves (2005) afirma que os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto ao seu público.

Como já articulado, a categoria patrimônio cultural abrange múltiplos aspectos, entre eles os conceitos *referência* e *recurso*. As características de *referência* e *recurso* podem estar presentes em um mesmo objeto ou tradição e conter as mesmas propriedades (Castells, Reis e Catullo, 2005; Castells, 2006, 2008). A *referência* está relacionada a aspectos ligados a memórias coletivas e identidades, e considera a dimensão subjetiva dos sentidos partilhados, ligados principalmente a saberes e a valores. Em relação à importância da categoria patrimônio como *recurso*, vê-se que ele é entendido como a potencialidade de bens e tradições voltados à mercantilização, geralmente ligados às atividades turísticas e econômicas.

No aspecto relacionado ao turismo, Anico (2005) argumenta que o patrimônio produz demanda social e econômica através da instância turística, uma vez que ele está diretamente relacionado às representações simbólicas da cultura, ocasionando certo tipo de turista consumidor de cultura. Porém, as problematizações que a categoria patrimônio evoca parecem se acentuar, isto porque considerá-la enquanto representação simbólica da cultura agrega potencialidades relacionadas a proveitos sociais e econômicos através de uma procura turística diferenciada, oferecida a um tipo de turista consumidor de cultura. Por isso, é preciso ter em vista as dimensões econômicas e turísticas relacionadas ao patrimônio e expressas nas sociedades urbanas contemporâneas.

A economia do turismo é um negócio cada vez mais dinâmico e produtivo, principalmente o que se chama de *turismo cultural*, que, entre seus aspectos, consiste em sacralizar algo que é banal ou trivial em seu próprio discurso. Alguns elementos são compreendidos como tradicionais e passam a ser considerados como aspectos de história, da arte ou da cultura. Isso cria um circuito de atração ao turista, que inicia por uma encenação que, de certo modo, deve estar ligada ao passado, com ares de esplendoroso, e com paisagens urbanas e monumentais que correspondam às expectativas do lugar a visitar.

No caso de Garopaba, as práticas relacionadas à pesca, e as atividades ligadas a ela, podem, em algum momento, servir de cenário ao turista que vem em busca desse retorno ao passado. Durante a pesquisa de campo, observei que há diferentes modos de o pescador lidar com seu trabalho. É possível perceber claramente quando há intenção de que seu ofício ou práticas sejam focos de atração turística. Um exemplo é um pescador que limpa sua rede e utensílios na praça, local público e espaço de visitas, como ele mesmo declara, pode conversar com turistas e até tomar uma “cervejinha”.

Outro aspecto intrinsecamente ligado ao turismo é o mercado imobiliário, que pode gerar processos de gentrificação²⁰. Delgado (2007b) afirma que é possível observar os efeitos dos interesses em converter a cidade, ou algumas de suas áreas, em espaços de consumo e para consumo cultural, o que está intimamente ligado à geração de novas periferias sociais, além de uma refuncionalização do espaço urbano, em que a diretriz é o mercado. Esta promoção das cidades como produtos pode gerar adesão de pessoas a certos projetos políticos, na busca de legitimação simbólica. Assim, as cidades passam a ser investidas de intervenções urbanísticas em diferentes modalidades de “RE”: re-qualificação, re-utilização, re-valorização, re-funcionalização, re-cuperação, entre outras, como parece ser o caso de Garopaba com a reforma²¹ da Praça Vinte e Um de Abril.

Para Delgado, o circuito econômico do turismo atua de modo que o visitante percorra os caminhos e planos previamente traçados pelos interesses de mercado e dos projetos institucionais. A função da indústria do turismo é proporcionar a realização dos sonhos daqueles que o praticam, pois, conforme o autor, tais aspirações são ancoradas em uma utopia urbana, ou seja, um universo sem contradições, nem traumas, com certo sentido de coerência e continuidade em um mundo fragmentário e incongruente. Nas palavras do autor (2007b, p.95):

...como si fuera este el territorio de un encuentro inconsciente con una comarca de la vida colectiva y psicológica al que la sociedad de procedencia ha decidido ya renunciar, y que no es otro que el de la regularidad en las relaciones sociales, la coherencia consigo misma y la anulación de dinámicas socio históricas que se nutren del mismo desorden que se pasan el tiempo generando.

Nesta perspectiva, o patrimônio cultural também participa deste processo econômico, pois remete a uma aparência que converte a identidade e memória em espetáculos para o consumo de massa cada vez mais globalizado. Delgado assevera que as cidades se maquam e se submetem a operações de cirurgia estéticas, com objetivos de ocultar seu verdadeiro aspecto: uma realidade social complicada e com

²⁰ Gentrificação é o processo de transformação do espaço urbano, geralmente com deslocamento dos moradores das classes populares, que implicam em mudanças sociais e da paisagem cultural da cidade, associadas a uma geografia econômica em mudança. Ver Smith (2006).

²¹ Fato posteriormente descrito e analisado.

freqüência desagradável. Assim, há um abismo entre a cidade representada e a cidade vivida.

Em sentido análogo, Celso Castro (1999) argumenta que um local não se constitui como “naturalmente” turístico, uma vez que o reconhecimento como tal é resultado de uma construção cultural que envolve a invenção de sistemas integrados de significados, de forma que a realidade de um lugar é estabelecida, mantida e negociada, envolvendo e criando narrativas associadas a adjetivos que marcam espaços ou eventos turísticos, ao antecipar as experiências possíveis ao turista. As sociedades constroem seus valores, critérios e modos de vida e expressão e, como não poderia deixar de ser, isso se aplica também aos sítios turísticos e patrimoniais.

Mas as problematizações relacionadas a patrimônio cultural não se esgotam. Outra função que ele exerce no campo social está relacionada ao continuísmo identitário, uma vez que o retorno ao passado, evocado pelo bem, pode inibir certa ameaça da instabilidade, característica do contemporâneo, ao assegurar a continuidade de símbolos e significados (Anico, 2005). Para algumas pessoas, a composição da categoria “nativo”, no contexto de Garopaba, atravessa o bem material e é por ele constituída. Além disso, a manutenção do patrimônio, sem que haja alterações, possibilita esta referência ao passado e a identificação com ser “nativo”. É possível constatar que a constituição da categoria “nativo”, no contexto de Garopaba, está implicada a certa permanência dos objetos, para que os símbolos sirvam de reconhecimento e identificação. Isso porque os componentes que remetem a instabilidades e alterações deixam de ser “nativos”, perdendo assim as características que os constituem. Ressaltando essa idéia, a declaração de uma moradora da região do centro histórico: “A praça deveria ser como ela é hoje, porque se mudarem ela não vai ser mais ‘nativa’. A gruta não é mais ‘nativa’, porque mudou”.

No caso de Garopaba, é possível perceber o patrimônio estreitamente articulado a tais considerações, como unidades complexas que expressam, ao mesmo tempo, valores identitários e pontos de referência atrativos ao turista, pois envolvem implicações comerciais e econômicas. O patrimônio deve ser também considerado como mediador entre os termos a fim de compreender possíveis diferenças culturais, com implicações nas relações entre “nativos” e “de fora”.

Possíveis tensões e oposições observadas entre esse par identitário, na cidade de Garopaba, podem ser ponderadas através da análise antropológica do patrimônio cultural *material* e *imaterial*. Gonçalves (2005, p. 30) argumenta que patrimônio cultural, considerado

como categoria de pensamento através de seu potencial analítico, pode contribuir na compreensão das totalidades em relação a objetos, cerimônias, entre outros, a partir de suas ambigüidades e dicotomias, através da função mediadora expressa por ele mesmo. Podem, portanto, serem percebidos, ao mesmo tempo, em sua universalidade e em sua especificidade, simultaneamente como necessários e contingentes, próximos e distantes, adquiridos e ao mesmo tempo herdados, materiais e imateriais, objetivos e subjetivos, “assumindo tanto formas sociais quanto formas textuais”.

Os estudos sobre patrimônio cultural sugerem a necessidade de olhar a materialidade identificada como patrimônio na sua contextualidade e nas relações que estabelece com os aspectos físicos e não físicos, considerando ainda que o objeto ocupa determinado lugar no espaço e é também um quadro da imaterialidade percebida como valores, crenças e sentidos refletidos, a partir da vivência identitária na comunidade e do aspecto da memória.

A concepção de patrimônio vinculada à relação da identidade com o território pode ser compreendida com os estudos de Cordeiro e Costa (1999). Os autores afirmam que, no caso de Lisboa, as identidades são criadas e recriadas nas constituições dos bairros, pois delimitam fronteiras através da tradição oral e, além disso, envolvem “representações da própria realidade social da cidade, constituindo seus bens patrimoniais mais preciosos” (p.59). Dessa forma, os bairros representam a cidade, suas memórias, sua história, seu povo, toda gama de proposições envolvendo comportamentos culturais. Na perspectiva das representações na formação identitária de um bairro, que sinaliza tanto a presença de significados reais e materiais como imaginados e fluidos, os autores enfatizam que o contexto adquire uma importância específica onde os laços sociais e formas simbólicas são compactuados, independentemente das múltiplas possibilidades de interações e relações sociais. Deste modo, não se deve dispensar ou perder o conjunto onde elas são trazidas à cena.

A subseção seguinte apresenta algumas questões metodológicas utilizadas nesta pesquisa e seus fundamentos teóricos. Além disso, trata de temas peculiares vivenciados em campo, com o fim de alcançar seu principal objetivo.

1.4 Percurso Metodológico

Todo o conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares.

(WEBER, Max. 1989. A objetividade do conhecimento das Ciências Sociais. In: Cohn, Gabriel (org.) **Sociologia: Marx Weber**. São Paulo: Ática. p. 97)

Nesta subseção proponho algumas reflexões sobre aspectos metodológicos em ciências humanas e suas imbricações no conhecimento antropológico, especificamente sobre a antropologia interpretativa, perspectiva em que está centrada esta dissertação, além disso, descrevo os métodos empregados na pesquisa. Para tanto, neste percurso, são utilizados referenciais teóricos de autores como Foucault, Geertz, Cardoso de Oliveira, Velho e outros.

Michel Foucault (1926-1984), em “As palavras e as coisas” (2002)²², descreve e analisa o nascimento das ciências humanas no pensamento moderno. A partir do século XIX, o ser humano é constituído, na cultura ocidental, com aquilo que é necessário pensar e aquilo que se deve saber. É inaugurada uma nova ordem do saber para a ciência, de modo que a episteme moderna está orientada em três dimensões: ciências matemáticas e físicas; ciências pautadas em elementos descontínuos, porém análogos; e a dimensão filosófica. Neste conjunto, as ciências humanas não estão figuradas diretamente e sim em espaços prescritos através das dimensões, como composições entre elas, constantemente relacionadas entre si. O homem²³ é visto pelas ciências humanas como ser vivo que utiliza linguagem, produz e distribui riquezas, se relaciona com outros seres e tem historicidade, isto porque, portador de algo ímpar como a linguagem, através de sua articulação e expressão, permite construir sentidos e significados inerentes ao universo simbólico.

As ciências humanas apresentam um saber distinto, pois sua análise é colocada naquilo que o humano é, enquanto sua positividade, na medida em que vive, fala e trabalha e, ao mesmo tempo, busca saber o que são estas instâncias pelas quais se manifesta no mundo. Foucault

²² Obra publicada originalmente em 1966.

²³ Entendido de modo universal como ser humano.

(2002) afirma que as ciências humanas somente são possíveis através das representações, ou seja, ela é a sua condição de existência, o próprio campo das ciências humanas, “aquilo a partir do qual ela é possível” (p. 380). Assim, a representatividade é justamente a possibilidade de se representar, de articular enunciados que produzem sentidos, através da linguagem e expressão dos símbolos. A condição do enunciado é a existência da linguagem, o ser da linguagem, que produz formas de poder/saber. Para o autor, o historicismo é uma questão que implica sempre uma filosofia, certa metodologia da compreensão viva, da comunicação que ele chama de inter-humana, ao dizer respeito às organizações constituídas por humanos, e da hermenêutica, porque todo o conhecimento está implicado em instâncias sociais que tem linguagem e história.

Geertz (1989) argumenta que o conhecimento é constituído na “tradução cultural”, ou seja, na transferência de sentido. Para este autor, a interpretação antropológica é uma metodologia utilizada para compreender a cultura e diferentes modos de vida. É através da etnografia, para ele definida como um empreendimento de esforço intelectual para construir uma “descrição densa”, que reside a possibilidade de realizar análise interpretativa, a fim de ler e entender cultura. O autor afirma que no estudo da cultura os significantes são atos simbólicos, ou conjuntos de atos simbólicos, cujo objetivo é a análise do discurso social.

Na matriz da antropologia interpretativa²⁴ o método de pesquisa proposto, especificamente por Geertz, é a análise das formas simbólicas, expressas em palavras, imagens, instituições, comportamento, entre outros. A abordagem interpretativa é centrada nos significados que os elementos acima descritos podem ter para as pessoas, que sentidos constroem e atribuem, através dos símbolos, para significar expressões e modos de vida. Assim, a antropologia interpretativa, para este autor, é uma ciência que para olhar as dimensões simbólicas da ação social mergulha no meio delas.

A antropologia interpretativa considera o tempo como categoria ao instaurar o pesquisador hermeneuta, onde sua historicidade está presente, tornando-se parte constituinte do conhecimento. Nesta tradição, o pesquisador²⁵ não é neutro frente àquilo que estuda. De modo

²⁴ Cardoso de Oliveira (1988) apresenta um quadro demonstrativo das matrizes antropológicas: o eixo horizontal contempla a *tradição* (intelectualista/empirista), e o vertical o *tempo* (sincronia/diacronia). Na articulação onde se encontram os termos diacronia e tradição intelectualista está a Antropologia Interpretativa, cujo expoente é Clifford Geertz (1926-2006).

²⁵ Termo utilizado no sentido genérico, sem reflexões críticas.

semelhante, Foucault (2002) também considera o sujeito implicado naquilo que ele pesquisa. Nas ciências humanas, os jogos de olhares, permutas, visibilidades e invisibilidades indicam a inexistência de uma suposta neutralidade no pesquisador.

De modo análogo, Cardoso de Oliveira (1988) afirma que há uma fusão de horizontes entre o antropólogo²⁶ e o outro (ou outros) – o que implica em penetração recíproca de horizontes, um no outro, não há renúncia de horizontes, há encontros. Estes encontros a que o autor se refere são pertinentes ao processo de aprendizado que o estágio de campo oportuniza.

Geertz (1999) questiona o que é necessário para que um antropólogo conheça como um “nativo”²⁷ pensa, sente e percebe o mundo. Para esta tarefa, o autor compreende que é na descentralização dos próprios conceitos do antropólogo que residem as possibilidades de aproximações das concepções e idéias dos outros, ou seja, o antropólogo pode desfazer-se, temporariamente, de seus próprios pontos de vista e olhar para as visões e sentidos dos outros, a partir das concepções destes outros.

Para Geertz, é a trajetória do círculo hermenêutico que possibilita as interpretações, sejam elas etnográficas, literárias ou qualquer outro tipo de experiência que se queira analisar. É o percurso contínuo e constante de olhar as totalidades através das partes que a compõem e o inverso, conhecer as partes através das totalidades, pois são a causa e a existência uma da outra, o que possibilitam este método de análise. Para tanto, afirma Geertz, não é preciso que o pesquisador tenha capacidades extra-sensoriais ou outro tipo de habilidade a fim de que seu saber não se coloque como verdade absoluta sobre o ponto de vista dos outros e possa entender os sentimentos das pessoas. É necessário que o antropólogo seja capaz de compreender um sistema de linguagens, faça abstrações, em suma, que compreenda um provérbio.

Em relação ao antropólogo despir-se de suas idéias para dar lugar a estes outros que busca compreender através da etnografia, apresento uma vivência ocorrida em campo que ilustra claramente os postulados de Geertz. Esta pesquisa trata da temática da identidade, especificamente sobre a relação entre “nativos” e “de fora”, analisada prioritariamente através dos usos e sentidos atribuídos ao centro histórico de Garopaba. Cabe anunciar que a constituição de minha

²⁶ Este vocábulo também é utilizado de modo abrangente, não se referindo especificamente à questão de gênero.

²⁷ Geertz (1999) esclarece que utiliza o termo em seu sentido estrito, sem problematizá-lo.

identidade, neste contexto específico, é “de fora” e não é preciso que eu diga, por nenhum modo consciente de comunicação, que pertenço a esta categoria. Ao dialogar com pessoas que se percebem como “nativas”, especificamente quando falam algo que classifique os “de fora” com certo grau de estigmatização, há um estranhamento expresso através de risos ou de falas como: “Me desculpa a sinceridade, mas eu penso isso dos ‘de fora’”.

Neste instante sou “de fora” e pesquisadora e outras vezes foram tais situações que oportunizaram o exercício de meus esforços para temporariamente despojar-me de conceitos, opiniões e uma carga de subjetividade arraigados em mim, pois estava justamente vivenciando marcas identitárias no contexto local. Tais situações vividas em campo possibilitaram reflexões críticas sobre papéis identitários e os fluxos de lugares ocupados na vida social. Proporcionaram ainda aprendizados que fogem do campo acadêmico e teórico: instalaram-se nas possibilidades de compreensão e respeito à voz do outro, ao abafar qualquer tipo de personalismo.

A etnografia foi realizada na cidade em que resido. Perspectiva em que busquei uma distância mínima que pudesse garantir o estranhamento na pesquisa, com o máximo de consciência possível sobre as relações limítrofes entre os papéis sociais ocupados nas interações praticadas na etnografia. Relações estas que não se encerraram com o final da pesquisa, mas que se tornaram outras, a partir dos contatos, diálogos e partilhas realizadas em campo. A dimensão subjetiva das pessoas envolvidas nas pesquisas deve ser considerada, pois é um aspecto relevante que pode provocar interferências tanto na metodologia de pesquisa quanto nos resultados.

Proponho um diálogo entre Geertz (1999) e Foucault (1979), no sentido de pensar o lugar/papel do antropólogo em relação à constituição do saber, do conhecimento. Se, para Geertz, o conhecimento acontece na tradução dos modos e sentidos de vida das experiências dos outros, mesmo ao considerar a descentralização do eu do antropólogo ou de suas concepções de mundo em que esteja ancorado, além de compreendê-lo implicado em sua historicidade, como impedir o imperativo do poder nesta relação de constituição do saber? Talvez esta questão deva ser mais detalhada. De outro modo, se para Foucault (1979) o saber e o poder estão intrinsecamente interligados, um é condição de existência do outro, como se desvincular (e se isso é possível) das formas de poder na constituição de um saber, considerando ainda os aspectos subjetivos do antropólogo propostos por Geertz? Estará a tradução dos sentidos “livre” do eu do antropólogo? É possível

fazer uma análise descentralizada dos valores pessoais? Como produzir conhecimento sem que as formas de poder sejam as diretrizes desta constituição?

Geertz considera que aspectos pertinentes ao sujeito pesquisador na antropologia, especificamente nas relações que estabelece com o todo, podem ser acionados na relação com os “nativos”, e ainda repercutir na etnografia, isto porque concebe o antropólogo como um sujeito com historicidade e sentimentos.

Por outro lado, Foucault está principalmente empenhado nas relações de poder, como elas constituem e atravessam os sujeitos, as instituições, as relações. O poder e o saber estão, para Foucault (1982, 1987), intrinsecamente relacionados, constituindo-se mutuamente. Não são como formas repartidas, no sentido de ter um e não ter o outro, ou mais um e menos o outro. Argumenta que são relações recíprocas, implicadas em jogos de forças, articuladas enquanto processo. Enfatiza que as análises das relações de poder/saber devem ser consideradas como efeitos de sua própria relação e não como linhas interrompidas. São instâncias correlatas que existem em exercícios, em mecanismos, em efeitos de discurso e associadas a ele, pois é através do discurso que se articulam poder e saber.

Após este percurso reflexivo sobre alguns aspectos envolvidos nas escolhas metodológicas, atravessadas por implicações de relações de poder/saber, anuncio a antropologia interpretativa como base desta pesquisa. A seguir, reflito sobre a etnografia e suas especificidades.

A forma de conhecimento interpretativista é um fenômeno relativamente novo nas ciências sociais e seu advento propõe maneiras distintas de tratar as explicações. Um novo estilo de discurso emerge neste meio, com ênfase nas relações de analogias textuais. Neste sentido, podemos, uma vez mais, buscar uma linha fronteira entre Geertz (2005) e Foucault (1992). O primeiro trata da questão da autoridade textual a partir de um livro do segundo: Geertz formula questionamentos sobre o que é a etnografia e analisa como ela pode estabelecer um autor textual e quais suas implicações nesta construção. Para ele, há uma dificuldade que sempre existiu na etnografia em relação à autoria textual, ela tem sua origem na experiência muito particular de cada antropólogo em relação a sua escrita, uma vez que ela pode produzir textos antagônicos: saturados ou esvaziados de autor.

No desafio de tentar situar-se no texto, de modo a conferir importância à análise científica tanto quanto a experiências, Geertz (p. 38-39) sugere:

A disposição de suportar uma certa dose de solidão, invasão de privacidade e desconforto físico, uma certa serenidade diante de excrescências corporais estranhas e febres inexplicáveis, a capacidade de permanecer imóvel para receber insultos artísticos, e o tipo de paciência necessária para sustentar uma busca interminável de agulhas invisíveis em palheiros invisíveis.

James Clifford (2002) acentua que a questão da subjetividade do antropólogo é reproduzida nas escritas e leituras etnográficas. O autor sugere que a observação participante transita entre a experiência e a interpretação e, quando formulada em termos hermenêuticos, serve como um guia para situar os significados em contextos mais amplos. Para ele, a etnografia é uma negociação construtiva que envolve, no mínimo, dois sujeitos “conscientes e politicamente significativos” (p. 43).

Retorno a Geertz (2005) em suas reflexões sobre a construção do texto etnográfico e a constituição do antropólogo em campo, imbricados que estão nas relações que estabelecem na pesquisa. Tais considerações convergem para métodos de pesquisa que concebem as subjetividades na construção dos saberes. Os recursos metodológicos escolhidos para realizar esta dissertação estão fundamentados na antropologia interpretativa. Especificamente nos seguintes métodos: a etnografia, nos termos propostos por Geertz, como tradução de sentido, uma vez que ela permite análise interpretativa para entender cultura; observação, diálogos, entrevistas não diretivas e conversas informais.

Utilizo ainda como recurso etnográfico a transcrição de diálogos e anotações de meu caderno de campo. Estas escritas foram realizadas em momentos distintos, ora no próprio contexto de pesquisa, ora em outros espaços. Mesmo as confeccionadas em campo foram anotadas isoladamente, e, preferencialmente, no banco da praça que elegi como âncora e apoio durante a pesquisa. Esse lugar foi privilegiado como suporte para minhas reflexões, anotações, dúvidas e escolhas que permitiram intuir os caminhos escolhidos. Além das anotações no caderno, utilizo bibliografia específica sobre a história da cidade.

Na subseção seguinte, apresento os primeiros movimentos em campo, as ações mais significativas que propuseram questionamentos e reflexões acerca do processo de formação em antropologia, bem como sobre suas implicações na etnografia. Ciente de que esta última não começa no primeiro dia de ida a campo e não se interrompe no final

desta escrita: ela tem aspectos muito semelhantes às complexidades inerentes às sociedades contemporâneas, a etnografia também é uma categoria que parece não ter limites e fronteiras rígidas, pois permite certa plasticidade, própria de seu movimento, na construção do conhecimento antropológico.

1.5 Primeiros Passos

As atividades de campo iniciaram no mês de outubro de 2009 e se estenderam até março de 2010. Ao longo deste período, observei e, ao mesmo tempo, vivi os diversos modos de expressão, funcionamento, usos e ocupação que o local para a realização da pesquisa evidenciou. Minhas primeiras inserções no campo foram um tanto tímidas. Chegava pela manhã, escolhia um banco da praça para sentar e, a partir daí, observava e fazia anotações. Muitas pessoas circulavam pela praça, mas não paravam. Logo compreendi que alguns movimentos que atravessam a praça estavam associados aos barcos de pesca que chegam do mar com peixes a serem beneficiados, redes a consertar, comércios e distribuições a serem realizados, gerando circulação econômica e temas para o complexo fenômeno que constitui as relações sociais através da linguagem: o diálogo.

Durante a realização das disciplinas deste curso de mestrado, mantive certa expectativa quanto ao trabalho de campo, por imaginar que este momento seria como o ápice do percurso. Consecutivos dias de solidão na praça, acompanhados da bombástica notícia sobre a reforma me causaram certa frustração em relação à pesquisa. Com a habitual força imperativa, minha orientadora disse: “Sai da praça, anda em volta, nos comércios, casas, nas ruas e becos em torno dela”. Esta pesquisa tornou-se mais rica de informações quando saí da praça e percorri a sua volta. Ainda tomou novos ares quando estive nas casas, comércios e becos da principal rua que conduz até a praça do centro histórico e interagi com pessoas de diversas idades, diferentes pensamentos e opiniões que constroem e enriquecem esta dissertação.

Neste trajeto, conheci e dialoguei com residentes, comerciantes, visitantes, usuários não apenas da praça, mas do centro histórico. Após este mapeamento antropológico, passei a intercalar as atividades de pesquisa ora na praça, ora nas ruas e becos a ela adjacentes. Assim, construí um roteiro que compreendia ir até a praça e, a partir dela, ver o

que seria possível no dia, seja um encontro, um diálogo, uma observação.

Este espaço mostrou-me sua potência urbana expressa nas descontinuidades de seus fluxos, nos termos de Hannerz (1997). Às vezes, este roteiro não se cumpria. Se no passo que me conduzia à praça encontrava algo que causava curiosidade, permiti que algum tipo de intuição guiasse meu caminho, reformulando, assim, minhas atividades. Tais desvios proporcionaram bons encontros por que não estabelecem rigidez à pesquisa e também por ampliar o campo de possibilidades de acesso às pessoas trabalhadoras e residentes no bairro. Esta não linearidade na aplicação da metodologia contribuiu com os objetivos desta pesquisa.

Um aspecto interessante observado nos diálogos, especificamente com alguns moradores do bairro, refere-se à minha formação em psicologia²⁸. Após um tempo de conversa o/a interlocutor/a direcionava o assunto para alguma questão que culminava com a solicitação de um aconselhamento pessoal. Essa situação não foi subliminar nem rara, ao contrário, era direta e recorrente. Logo no início da pesquisa deparei-me com esta peculiaridade, à qual não me omiti. Apresso-me em elucidar: não fiz nenhum tipo de consulta psicológica, nem mesmo emiti opiniões sobre as dúvidas das pessoas, e sim realizei orientações no sentido de oferecer informações, assim como eu estava recebendo. Neste aspecto, não pude deixar de lembrar Marcell Mauss (1872/1950) ao considerar que uma sociedade não é efeito de troca, mas a troca é a própria sociedade em ato, existindo.

Nesse íterim, outro teórico lembrado foi Velho (1999a), em relação aos esforços que se faz no sentido de compreender as sociedades complexas, pois, para ele, é a maleabilidade e fluidez que possibilitam jogos de papéis e identidades, como no caso descrito. Assim, “os indivíduos vivem múltiplos papéis, em função dos diferentes planos em que se movem, que poderiam parecer incompatíveis sob o ponto de vista de uma ótica linear.” (p. 26).

De forma análoga, Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornélia Eckert (2005) enfatizam que nos estudos sobre as sociedades complexas a tônica deve estar na análise das formas de organização e interação entre os indivíduos e em suas redes de relações, como campos de contínuas negociações da realidade nos seus múltiplos planos. Assim, o

²⁸ Nas atividades de pesquisa não mencionei a formação em psicologia, porém, para alguns moradores do bairro, esse fato já era conhecido.

fenômeno urbano pode ser entendido como o resultado da ação recíproca de indivíduos e de grupos no plano das trocas sociais.

A formação em psicologia me trouxe ainda outro estranhamento, um tanto difícil de transpor, relacionado à questão do contexto onde os encontros e conversas aconteceram. Os diálogos, entrevistas, orientações ou qualquer outra atividade no campo da psicologia, de modo geral, pressupõem a garantia de sigilo dos fatos ocorridos ou narrados. Muitas vezes, em situações de campo, acontecia o seguinte: ao dialogar com uma pessoa, outras chegavam, às vezes crianças, sozinhas ou em grupos, e eu imediatamente silenciava sem saber se imprimia continuidade à conversa ou a interrompia, transferindo para outra ocasião em que a oportunidade fosse o isolamento, a fim de resguardar as informações recebidas da pessoa que se dispunha e se interessava em dialogar comigo. Essas situações me causavam constrangimento e certo enrijecimento corporal, como se as pessoas que circundavam o diálogo não pudessem fazer parte ou interagir nas conversas. Tinha medo de que as falas fossem propagadas na comunidade, com a possibilidade de tornarem-se fofocas. O alerta e a compreensão de que tais situações eram de imensa riqueza para a etnografia veio de minha orientadora.

Estas experiências foram importantes na constituição do fazer antropológico, ao perceber que as interações sociais não se restringem ao espaço do isolamento e as informações mais preciosas para entender os modos de vida das pessoas provavelmente são aqueles em que os indivíduos, além de conversarem comigo, realizavam nas suas práticas de vida, suas rotinas, enquanto lavavam, vendiam, recebiam vizinhos, ao mesmo tempo em que permitiam que eu estivesse presente em seus espaços mais íntimos.

As vivências em campo possibilitaram reflexões, de certo modo comparativas entre a psicologia e antropologia, e contribuíram para as análises realizadas. Estes acontecimentos não foram impeditivos à execução da pesquisa, ao contrário, as diferenças contribuíram para a realização deste trabalho, uma vez que ampliaram o campo de possibilidades de análise e interpretação, além da fluidez necessária aos jogos de papéis e identidades. Passei então a compreender estes aspectos iniciais como oportunidades para atingir os objetivos a que esta etnografia se propunha: analisar as relações entre “nativos” e “de fora” a partir dos usos e sentidos atribuídos ao centro histórico, materializado fundamentalmente na praça, considerada ponto de encontro, convergências e práticas sociais de seus frequentadores.

As ações iniciais da pesquisa levaram-me ainda a outros questionamentos, porém relacionados à dimensão entre teoria e prática,

uma vez que este tema provoca reflexões acerca da construção do conhecimento, principalmente ao tratar da possibilidade de transposição entre uma área e outra, ao criar uma zona de contato, ou melhor, de inter-relação, onde teoria e prática possam, ao mesmo tempo, ser única na ação de pesquisa, e não perder as características que as individualizam. Cardoso de Oliveira (2000) situa essa problemática na perspectiva do trabalho do antropólogo, em caminhos que enriquecem a antropologia e as ciências sociais. Cardoso de Oliveira defende a idéia de que os conjuntos conceituais, por um lado, e, os dados, de outro, nunca são simples ou transparentes, constituem-se em relação dialética, influenciando um ao outro.

Entre um lado e outro, entre situações que apresentam grandes distâncias, pontes podem servir como instrumentos de transição. E, neste sentido, o trabalho de campo na antropologia social pode ser entendido como um ritual de passagem, nos termos de Da Matta (1983).

CAPÍTULO 2.

GAROPABA: O MAR COMO TRABALHO, O MAR COMO LAZER

No presente capítulo a intenção não é descrever ou narrar a história de Garopaba, mas fazer um breve histórico da cidade, especificamente do local percebido pelos moradores da região como centro histórico. E então situar o contexto da pesquisa e as formas de compreensão do processo vivido nas transformações da cidade nestes últimos 30 anos. Fazer referência às atividades locais de um passado recente onde o mar era o *leitmotiv* por excelência dos moradores “nativos”²⁹ e na atualidade representa um dos principais atrativos de ações concentradas para os “de fora”³⁰. O discurso de Raimundo, um dos interlocutores com quem dialoguei, expressa as distintas representações que o mar pode ter para uma e outra categoria identitária:

Acho que a diferença está aí: as pessoas que optam por vir para cá querem uma zona de conforto, pensam no mar como lazer. E o pessoal daqui pensa no mar como trabalho.

Após o mapeamento o interesse é descrever a praça do centro histórico, espaço concebido nos termos de Augé (1994, 1995) e Certeau (1994), e entendido como categoria analítica mediadora das relações entre “nativos” e “de fora”, destacando, entre outras condicionantes, a dinâmica urbana destes últimos anos no deslocamento espacial que altera a paisagem cultural e reflete na vitalidade do centro histórico. Num segundo momento, as imediações da praça são também extensões nevrálgicas do tecido social dos “nativos”, como os becos e as servidões.

²⁹ Assim como no capítulo 1, os termos “nativos” e “de fora” devem ser entendidos de maneira flexível, pois seus empregos pressupõem a compreensão das perspectivas identitárias contemporâneas, com críticas à idéia de identidade integral, original e unificada. Ao mesmo tempo, estas categorias designam formas e sentidos às relações e a elas são atribuídos diferentes critérios e valores.

³⁰ Os usos das categorias identitárias nesta dissertação foram as auto-atribuídas pelos interlocutores.

2.1 O Mar no Desenvolvimento da Cidade

Garopaba³¹ é constituída por diferentes praias, localizadas em distintas regiões, que configuram as paisagens marítimas, terrestres e populacionais. Em cada beira-mar há características que as distinguem umas das outras pela nomação, por seus frequentadores, pelas condições ambientais. Mesmo considerando as peculiaridades de cada uma, todos os cenários são agraciados por singular beleza natural, de modo que, por onde quer que a vista alcance, deslumbram-se elementos que amparam a alma, acalentam o espírito e acalmam as inquietações do pensamento.

A disposição litorânea da cidade é formada por uma enseada, que, no extremo sul, apresenta uma extensão montanhosa que proporciona abrigo à área à sua frente, oferecendo proteção contra as intempéries naturais. Estas características físicas têm implicações diretas sobre as atividades ligadas ao mar, favorecendo, por exemplo, a entrada e a saída de canoas e embarcações. A pesca é expressiva fonte de recursos para a subsistência.

O local, por sua vez, foi lugar propício para instalação de povoados, a partir do século XVIII, de predominância açoriana. Seus modos e costumes são observados na atualidade, quando ocorrem atividades como a pesca, o escambo, Cantoria do Divino Espírito Santo³², Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, entre outras (Bitencourt, 2003). Em subseção posterior descrevo participação na referida festa devido sua importância para as análises deste trabalho.

A foto de número 1 ilustra, por um lado, o extremo sul da enseada e a extensão montanhosa. Por outro, mostra a região considerada centro histórico³³, espaço onde estão situadas a igreja matriz e a praça, enfatizando a proximidade destas com o mar.

³¹ Em relação ao nome da cidade, Wilson Francisco de Farias (2000) relata que Garopaba é um termo de origem guarani e quer dizer YGA, YGARA, YGARATÁ, barco, embarcação, canoa; MPABA, PABA é estância, paradeiro, lugar, enseada. Garopaba, então, significa “Enseada das Canoas”, “Enseada dos Barcos”, o que condiz com a utilidade da baía: recanto seguro para ancoradouro de embarcações.

³² Manifestação religiosa do povo açoriano. Resumidamente consiste em um grupo de foliões que tocam instrumentos musicais, cantam e colhem, de porta em porta, nas residências, benefícios que serão aplicados na Festa do Divino e em obras assistenciais.

³³ Como informado este espaço é percebido como centro histórico, principalmente pelos moradores locais, porém, oficialmente ele não é um bem tombado por instituição estatal.



Foto 1

Fonte: www.imobiglin.tripod.com/iglin3.htm

Acesso em julho de 2009.

Os fatos históricos descritos a seguir testemunham a importância desta localidade em relação às práticas que se tornaram tradicionais dos açorianos. Um dos primeiros foi a instalação da Armação de São Joaquim de Garopaba, em 1795, com o objetivo principal de caçar baleias e beneficiar³⁴ seus produtos, principalmente a fabricação de óleo que era levado para a Europa. Os animais eram retirados do mar e levados a um lugar denominado Quadrado pelos “nativos” e historiadores e hoje é a Praça Vinte e Um de Abril. Depois do preparo dos insumos, os seus dejetos eram largados na extensão de praia oposta, a “Bagaceira”. Naquela ocasião, a caça à baleia era a atividade laboral

³⁴ Processo que significa carnear o animal e extrair dele tudo o que é possível para consumo, uso e comércio.

que se desenvolvia na armação e os demais acontecimentos eram pautados por esta economia (Bitencourt, 2003).

A criação no lugar de uma primeira forma de acampamento açoriano, materializada na construção de uma capela com quatro tanques para frigar óleo de baleia e alojamentos para o administrador, o capelão, feitores, pescadores e escravos, tudo isso pode ser considerado o primórdio da vida atual, no mesmo lugar. Como bem reforça um dos interlocutores, ao argumentar que a cidade se originou e desenvolveu em torno destas primeiras construções: “Foi onde tudo começou e a Praça Vinte e Um de Abril era apenas um quadrado.”

Na imagem número 1 é possível identificar o quadrado, a capela, onde atualmente são realizados velórios, o mar e as poucas construções no ano de 1925. Chamo atenção para o imóvel em frente ao quadrado e próximo ao mar, tal como também aparece em fotos atuais utilizadas posteriormente na dissertação. No presente, este imóvel, além de pertencer ao perímetro de proteção do bem tombado, como descrito na subseção 1.3, é de propriedade particular e funciona como restaurante de culinária japonesa.

Garopaba no Início da Século XX



Vista de Garopaba em 1925

Imagem 1

Fonte: Bitencourt, Fernando (2003).

O local, inicialmente dedicado à caça a baleia e ao beneficiamento de seus insumos, anos após, torna-se ponto de visitação por um incidente naval em junho de 1964, quando o navio mercante Brasil Mar encalhou na Ponta da Vigia³⁵, pescadores locais acudiram a tripulação de vinte homens e este acontecimento fez com que familiares e amigos dos embarcações frequentassem a cidade, em maior número a cada final de semana, tornando o navio um ponto de visitação. Algumas manchetes de jornais divulgavam o fato e davam as coordenadas de como chegar à pequena aldeia de pescadores. A partir daí, excursões de ônibus de linha, passaram a fazer parte da paisagem. O encalhe do navio Brasil Mar parece ter sido um dos dispositivos iniciais para Garopaba começar a ser conhecida e visitada e, conforme morador da região, a

³⁵ A Ponta da Vigia é uma praia de Garopaba localizada mais ao sul da enseada. Seu acesso necessariamente passa pelo centro histórico. É uma região prioritariamente de veranistas ou habitantes temporários, há poucos moradores permanentes residindo neste local. Além disso, não há oferta de comércios ou serviços em seu território.

criação do primeiro hotel nesse mesmo ano pode ter sido motivada pelo incidente³⁶.

Por outro lado, através dos depoimentos, constata-se que tudo o que havia na cidade estava disposto nesse espaço, principalmente em torno do quadrado central. Até pouco mais da metade do século XX, os principais equipamentos reuniam-se nele: habitações, igreja, instituições públicas, como escola e delegacia, comércios, conferindo-lhe a especificidade de centro da cidade.

É quando se iniciam as transformações dos fazeres relacionados à pesca e ao mar, com importantes consequências para Garopaba. Através da lei nº 795, de 19 de dezembro de 1961, ela torna-se cidade. No final dos anos de 1960, a caça à baleia começou a declinar e em 1972 foi morta a última. Desde então, diversos acontecimentos, muitos deles inerentes aos processos de desenvolvimento econômico e populacional, são responsáveis por inúmeras modificações produzidas na cidade. A singularidade de Garopaba está ancorada nas histórias vinculadas à época da caça às baleias, no turismo de verão e às observações deste mamífero³⁷, às belezas naturais, ao surfe e outros esportes praticados no mar, e a uma atmosfera de “paraíso” com “cara de sociedade alternativa.” (Bitencourt, 2003, p. 112).

A cidade passou por transformações importantes nos últimos trinta anos, com o advento do turismo que movimentava a economia local através da prestação de serviços temporários e da construção civil. As novas atividades prosperam com o crescimento das novas populações dos turistas, o que gerou um processo pesado de especulação imobiliária para o município, através da construção de condomínios fechados e bairros específicos. O setor da construção civil é um ramo de atividade em constante ebulição em Garopaba.

Houve um deslocamento do espaço até então considerado como central na cidade, saindo do centro histórico em direção a lugares de mais fácil acesso aos estabelecimentos bancários, comerciais, de serviços e transportes, transformando o mapa da circulação, alterando a paisagem local e a distribuição espacial das relações sociais.

A localidade percebida como centro histórico é considerada o lugar de nascimento da cidade, sua formação principiou neste local. A

³⁶ Foram construídos quartos no sótão de um casarão dando lugar ao primeiro hotel, em funcionamento até hoje.

³⁷ Entre os meses de julho a setembro, baleias da espécie franca utilizam a baía de Garopaba, e outras praias da região, para terem seus filhotes e os amamentaram, pois, para elas, as águas são mais quentes, propícias ao nascimento. Após este período retornam para locais com águas mais frias.

partir deste espaço, e através dele, ocorreram muitas transformações, com acentuado desenvolvimento sócio-espacial, concebendo-o desde armação baleeira, passando a centro urbano da cidade e atualmente como região histórica.

As mudanças em Garopaba refletem as múltiplas esferas do vivido: estruturas econômicas, relações sociais, paisagens, espaços urbanos, sentidos, valores e representações, são algumas delas. Atualmente, os espaços ocupados pelos atores sociais são diferentes de outras épocas, assim como os seus usos e as formas de fazer na cidade. As modificações às quais as cidades estão sujeitas são condições permanentes de sua existência. Estes panoramas que as dinâmicas das cidades produzem requerem um olhar atento às constantes transformações que vivenciam os lugares, bem como as relações que se originam a partir dessas e suas possíveis interações, construídas em ações recíprocas sobre bases de caráter mutável.

A foto número 2 demonstra a importância da caça à baleia para Garopaba, com a presença de representantes paroquiais e policiais. A foto número 3 evidencia os diferentes usos do espaço na cidade: o mar como trabalho, o mar como lazer. Segundo Bitencourt (2003), a primeira imagem da foto número 3 foi registrada após a caça de uma baleia; a segunda, de passeio turístico para observar este mamífero nas águas de Garopaba. Nos dois casos, o mesmo animal serve como fonte de subsistência, ora com sua própria vida, ora reproduzindo a espécie.



Foto 2

Fonte: Acervo pessoal de Fernando Bitencourt

Data estimada: ano de 1957.

**Foto 3**

Fonte: Acervo pessoal de Fernando Bitencourt

Data: A primeira, estimada em torno do ano de 1950, a segunda, no início do século XXI.

Relato uma experiência de campo que exemplifica as transformações ocorridas na cidade, relacionadas principalmente ao universo simbólico, especificamente sobre as diferenças de valores atribuídos a determinados espaços, no caso, à beira-mar.

Ana é uma interlocutora que se considera “nativa”, ela relata sobre como o mar era usado em sua infância e para quais finalidades:

Naquela época pouco se usava o mar para o banho, a parte limpa...onde hoje são as casas de barco, aqui mais para o canto. Lá no meio da praia se enterrava cabeça de peixe, era sujo. Lá era só areia e dunas. Aí foram vendendo para os gaúchos... Na época não era usado como hoje, lá era a ‘Bagaceira’, tudo o que era resto, lixo, era colocado lá.

A memória coletiva denuncia que, para algumas pessoas que se percebem como “nativas”, a extensão de praia denominada “Bagaceira” era sentida e significada como suja e imprópria para uso. Estes valores permearam suas histórias de vida e foram significados como um local impróprio para uso humano. Porém, este mesmo lugar, para o grupo que não vivenciou estes valores, foi percebido, sentido e identificado como de grande importância, levando-o à aquisição de terrenos neste espaço.

O sítio concebido como “Bagaceira”, que no passado era considerado um depósito de restos de animais, localiza-se à beira-mar e atualmente é local de maior valor imobiliário em Garopaba. Tais informações remetem a reflexões sobre as diferenças de valores e sentidos, atribuídos ao mesmo objeto, de distintos pontos de vista e temporalidades.

O discurso de Ana pode dar indícios sobre as relações estabelecidas entre “nativos” e “de fora”, pois comunica o universo simbólico referente aos chegados na cidade. A situação relatada por Ana, entre outras, pode ter sido causadora de relações que apresentam certa animosidade – hipótese que levanto neste trabalho como marca indelével e nada sutil entre “nativos” e “de fora” – gerando questionamentos e desconfianças existentes na cidade em relação aos que chegaram depois.

Outro aspecto interessante, presente na fala desta interlocutora, refere-se à questão de serem pessoas “de fora” a identificar como valor o espaço que o “nativo” ocupava como depósito de lixo. Neste discurso pode estar implícito que este último não aprecia aquilo que parece lhe pertencer ou fazer parte de seu cotidiano, de tal modo que um olhar exterior pode impor simbolicamente critérios de valor e formas de

existência. Esta percepção de que as atribuições valorativas são conferidas pelos “de fora” está presente em outras falas e será retomada posteriormente.

As análises dos espaços urbanos e das formas de sociabilidade nele existentes levam a reflexões sobre as multiplicidades e singularidades que abrangem as práticas do vivido. Neste sentido, as cidades são espaços privilegiados para estudos antropológicos, pois são as expressões do universo simbólico criado pelo humano, que podem ser expressos por práticas e discursos, elementos que coexistem simultaneamente e entrecruzados no campo social.

As transformações pelas quais as cidades passam expressam-se em seus mais diferentes espaços e modos de existência, como na região percebida como centro histórico em Garopaba, com elementos importantes para analisar as formas relacionais vividas.

2.2 A Região do Centro Histórico – O Local dos “Nativos”

Nesta subseção, descrevo as características físicas da região do centro histórico, inclusive sobre sua morfologia urbana, becos e servidões; sobre a tipologia construtiva, fachadas, limites, contornos, aspectos que também dizem das memórias, identidades, lugares de um espaço. Em síntese, o interesse é adentrar na dinâmica da localidade, pois ela pode ser entendida como instrumento relevante que contribui para a análise das relações sociais, alvo de nossa pesquisa. Esta região não é legalizada como bairro na cidade, porém tem características próprias, principalmente as relacionadas às práticas que descreve Certeau e, neste sentido, podem ser associadas a bairros. Nos termos do autor (2003, p. 46), os bairros são “como uma organização coletiva de trajetórias individuais”, em que os usuários, através de jogos corporais, se ajustam a processos de reconhecimentos das práticas do bairro, em códigos de linguagem e comportamentos definidos pela conveniência.

O local está, de certo modo, deslocado em relação aos núcleos de maior movimento na cidade, ocupando um espaço marginal no circuito urbano atual. O desenvolvimento social e econômico da cidade migrou do centro histórico para outras regiões, concentrando-se especialmente em locais que permitem maior circulação de pessoas, bens e serviços. O centro histórico, como já esclarecido, fica no extremo sul da praia central, limitado por extensão montanhosa. Desta forma, a região percebida como centro histórico não disponibiliza acessos e passagens

para outras localidades. Ao contrário, sua disposição física reflete um espaço voltado para si mesmo, fechado em seu entorno. Assim, é possível viver ou visitar a cidade sem transitar ou passar por esta região, devido inclusive ao seu posicionamento geográfico. Em Garopaba, podem-se acessar serviços, realizar atividades diversas e não chegar ao centro histórico. O local é circunscrito em si mesmo, o único acesso que permite é a passagem para área vizinha conhecida como Ponta da Vigia.

Usualmente, as pessoas vão até o centro histórico para visitas, passeios, lazer ou compra de utilitários para a pesca³⁸, ou ainda de peixes ou frutos do mar. Não é um lugar que habitualmente as pessoas frequentem ou circulem, quem para lá se dirige faz isso por razões muito específicas; não vai, por exemplo, para fazer um curso, pegar um ônibus ou pagar uma conta. Em se tratando de comércio, no máximo, o marítimo. De modo geral, o espaço é frequentado por moradores locais ou turistas. Não há em Garopaba um plano ou ação que fomente a região no aspecto turístico ou comercial, apesar disso, imagens da igreja matriz³⁹ são vinculadas em cartões postais e provocam grande procura por visitas.

O acesso principal ao local se faz pela beira-mar de Garopaba, Rua dos Pescadores, um trecho curto, que finaliza numa pequena ponte pela qual se acede à região de centro histórico, marco divisório territorial. A partir desse ponto, a rua passa a se denominar Manoel Álvaro de Araújo. As duas entradas secundárias são pouco ou nada populares, sendo conhecidas e usadas por moradores da cidade.

Após um percurso de aproximadamente quatrocentos metros chega-se ao núcleo da região, composto também pela praça e a igreja matriz. Em suas extensões estão dispostas casas, bicos, servidões, bares, uma loja de material de pesca, outras de passeios de barco e observação de baleias, peixarias, restaurantes e minimercado.

A Rua Manoel Álvaro de Araújo é estreita, com passagem para apenas um automóvel, tem sentido único de veículos e sua pavimentação e calçadas são irregulares. Estas últimas, com poucas condições para circulação de pedestres. As edificações ao longo da via são bastante diferentes, seus cenários e paisagens distinguem-se não somente pelas construções, mas principalmente pelas características dos

³⁸ A única loja de artigos de pesca na cidade está localizada no centro histórico.

³⁹ No ano de 2009, a Fundação Catarinense de Cultura interditou os usos e visitas internas à igreja matriz devido às péssimas condições da sacristia, pois corria o risco de desabar, necessitando ser reformada. Durante a pesquisa, a igreja permaneceu com as portas fechadas, exceção quando estava aberta para limpeza e teve a oportunidade de entrar.

lugares, que imprimem usos distintos, tanto para quem vive lá como para quem chega à busca de algum produto ou serviço. A seguir, apresento as distinções entre um lado e outro da rua, considerando o sentido de entrada na região, em conformidade com o fluxo rodoviário.

Ao chegar à região pela rua principal, no lado esquerdo fica o mar, com todo o universo que o constitui. Entre o mar e o logradouro, há diferentes construções: casas de barcos, pontos comerciais para turismo e lazer marítimo, peixaria, bares, restaurantes e moradias.

Nos fundos das construções estabelecidas na Rua Manoel Álvaro de Araújo, em direção à praia, estão as casas de barcos: instalações de madeira, sem pintura, que, em sua maioria, armazenam baleeiras⁴⁰ e utensílios para pesca, tais como redes, remos entre outros objetos; algumas guardam materiais voltados ao turismo, como caiaques, *banana boat*⁴¹, e outros. Na lateral destas edificações existem estreitas vias que ligam o mar e a rua, com acesso às casas de barco e à praia. A maioria parece ser camuflada, identificada apenas por seus usuários. Estes caminhos à praia são conhecidos como servidões e são objetos de um imaginário coletivo relacionado a abusos de substâncias psicoativas, casos de pedofilia, práticas de sexo com animais. Nestes espaços não me autorizei a entrar, seja porque não figuravam como meu tema primeiro de pesquisa, seja pelas descrições acima.

O lado direito da Rua Manoel Álvaro de Araújo é constituído por duas quadras, com igual extensão territorial que seu lado oposto. A primeira delas agrega um salão de beleza, habitações dispostas tanto ao longo da rua como nos becos, comércio de artigos de pesca e um minimercado. Na segunda quadra, um bar e residências, algumas de moradores locais e outras para turista, estas últimas habitadas somente no verão.

No lado direito, estão situados os becos, que são diferentes das servidões locadas no sentido esquerdo, principalmente porque os primeiros são vias de acesso que os moradores percorrem até suas residências, já as servidões são passagens para a praia, o que pode implicar práticas relacionadas ao mar. Os becos e as servidões são distintos em vários aspectos, seja por suas constituições materiais específicas, expressas através das edificações, dos espaçamentos entre elas, proximidades ou distanciamentos do mar – o que pode configurar como um dos atributos para seus usos; quer por seus frequentadores,

⁴⁰ Embarcações marítimas consideradas de pequeno porte, movidas a remo ou a motor a óleo.

⁴¹ Barco inflável, feito geralmente para ser rebocado e utilizado para fins recreativos.

pelas distintas práticas vividas nestes espaços e os significados impressos no imaginário social.

Os becos são espaços constituídos na localidade onde está o bem tombado e apresentam particularidades dignas de serem analisadas, uma vez que durante a pesquisa foram encontrados estigmas em relação aos seus moradores, atribuídos algumas vezes por eles próprios. No total, existem quatro becos e não é possível passar de um a outro através deles, pois são limitados ou por muros ou por paredes de construções. Assim, o acesso de entrada aos becos da Rua Manoel Álvaro de Araújo é o mesmo de saída e é possível observar e conhecer as pessoas que por ali passam, pois em sua maioria são residentes.

O principal aspecto presente nos becos é que eles se constituem por espaços destinados a moradias, com construções de casas muito próximas umas das outras. Em suas entradas estão as residências com edificações aparentemente melhores: a maioria das casas é de alvenaria, com reboco e pintura, sem encanamentos de água e esgoto visíveis. Suas fachadas são viradas para a rua principal de acesso à região. Na extensão dos becos até o seu final, limite com o córrego de água que passa sob a ponte, há muitas habitações, grande parte de propriedade de pessoas da mesma família. A formação habitacional dos becos constitui-se a partir da doação de espaços, nos fundos destas primeiras habitações, para os descendentes que sucessivamente foram se casando. Assim, em cada beco, residem pessoas procedentes do mesmo grupo familiar e os espaços e tamanhos das habitações diminuem à medida que se adentra mais ao seu final. Atualmente, ainda há espaços livres de construções entre a última habitação e o arroio, ao fundo.

Na imagem número 2 visualizam-se os locais de referência no bairro, expostos na dissertação. Na imagem número 3, sem data, comparada à figura anterior, é possível perceber a pouca ocupação do espaço, principalmente nos becos.



A Praia Central de Garopaba (Rua dos Pescadores)

B Ponte

C Becos

D Rua Manoel Alvaro de Araujo

E Praça 21 de abril

F Acesso a Vigia

G Igreja Matriz

Imagem 2

Fonte: <http://maps.google.com.br/maps>

Acesso em julho de 2010.



Imagem 3

Fonte: Bitencourt, Fernando (2003).

Como é possível constatar, a região é percebida como centro histórico inclusive por literatura que conta a história da cidade (Farias, 2000 e Bitencourt, 2003). Os moradores desta localidade, de modo geral, percebem a si mesmos e aos demais habitantes deste espaço como “nativos”. Tal representação social parece estar naturalizada naquele contexto, onde a percepção identitária está ligada ao local de residência. Esta fala esteve presente em grande parte dos diálogos com os interlocutores residentes na região, principalmente os moradores dos becos. Nela não há espaço para questionamentos e problematizações

acerca deste assunto, no imaginário social o fato de residir no centro histórico está conectado com a identificação de ser “nativo”.

Deste modo, pareceu-me que falar da região onde está situado o bem tombado seria o mesmo que dizer centro histórico e “nativo”, para os que moram naquele espaço. Porém, em termos analíticos não se sabe se tal percepção pode ser estendida à cidade, pois não foi realizada esta pesquisa, dado que não era alvo do objeto.

Outra peculiaridade, relacionada ao local de residência, surgiu durante a pesquisa: existem distinções entre ser “nativo” morador do centro histórico e “nativo” de outras localidades. Na percepção de alguns interlocutores e em minhas observações, o “nativo” residente no centro histórico, de algum modo, está vinculado ao mar, principalmente pelas atividades pesqueiras e as práticas relacionadas a ela, inclusive as alimentares. O “nativo” de outras áreas não apresenta a mesma relação com o espaço. Esta constatação pode ser entendida desde os pontos de vista de Cordeiro e Costa (1999) e Certeau (2003) em relação à conveniência dos bairros, porque as práticas do lugar também dão o tom das relações estabelecidas nele.

A percepção de que a categoria “nativo” está ligada ao território dos moradores levou-me a utilizar o lugar de residência do interlocutor como critério para classificar os dados da pesquisa, pois constatei discursos e práticas que se diferenciavam também geograficamente, mesmo dentro da própria região. Por exemplo, os becos pertencem à localidade do centro histórico, porém estes são considerados em sua singularidade, numa categoria definida como beco. O capítulo III é destinado a tais classificações e análises.

Em relação às atividades exercidas na região, elas são bastante diferentes e mudam conforme as estações do ano⁴². No inverno, a pesca predomina como trabalho. No verão, a paisagem se altera. O fluxo de transportes e pessoas aumenta, os interesses também diferem, incluem a procura de casas para aluguel e hospedagem, o ingresso e permanência de artesãos, abertura de bares e restaurantes, entre outros usos e fazeres que caracterizam o local no verão. A pesca é uma atividade exercida durante todo o ano, o que difere são os tipos de pescados, conforme a época.

As práticas dos bairros são convenções coletivas implícitas, inscritas por seus usuários através dos códigos corporais e de linguagens e, como tais, criam regras que podem ser ou não transgredidas, porém

⁴² Em Garopaba, as estações do ano são principalmente duas: inverno, período de março a novembro; verão, entre os meses de dezembro a março.

sempre com conseqüências na vida social do lugar através de jogos de pertencimento ou exclusão, para que “a vida do ‘coletivo público’ o bairro seja possível para todos” (Certeau, 2003, p. 47). Assim, na sociodinâmica dos bairros a conveniência figura como possibilidade de relações nos espaços públicos onde a lógica é preservar tanto a individualidade do sujeito quanto garantir relações pautadas por códigos comportamentais. Nos termos do autor, p. 51:

(...) a conveniência é o rito do bairro: cada usuário, por ela, se acha submetido a uma vida coletiva da qual assimila o léxico a fim de se dispor a uma estrutura de trocas que lhe permitiria, por sua vez, propor, articular os sinais de seu próprio reconhecimento.

Neste sentido, percebi que há vários códigos na região, um deles está relacionado a espaços utilizados apenas por homens. Outro aspecto ligado à conveniência está nos modos de falar e comunicar dos moradores do centro histórico, principalmente entre residentes dos becos. Estas pessoas parecem ter discursos já formatados para aqueles que são percebidos como “de fora”, a fim de que conheçam o que a comunidade tem de melhor, ocultando suas possíveis fragilidades.

Em relação ao imaginário social, Cordeiro e Costa (1999, p. 59) argumentam que, na contemporaneidade, bairros populares são “representações que integram a própria realidade social da cidade” constituindo-os como bens patrimoniais de grande valor. Os bairros designam as tipicidades específicas do local através do que representam, seja a cidade, sua memória, sua história, seu povo, como “conjunto de temas e comportamentos culturais”. Além destas representações, reproduzem ainda realidades em contrastes por conviverem mutuamente aspectos representativos da história secular em contextos urbanizados, declarando assim distintas operações nos aspectos urbanísticos, históricos e administrativos.

Para os autores, bairros são unidades, ao mesmo tempo permeáveis e localizáveis, geradores de questões problemáticas uma vez que estão situados em aparente ambigüidade. Estes espaços são procedentes imediatos da vida social quotidiana um possível campo etnográfico onde os atores sociais constroem suas formas de representações culturais, através de mitografias, narrativas e imagens. Deste modo, bairros são lugares “para se procurar, identificar, inquirir, questionar” e devem ser entendidos desde uma concepção fluidica, a partir de uma perspectiva complexa, e não como unidades de análises universais, livres de reflexões (1999, p. 61). O bairro em si é portador de

diversos acontecimentos que o tornam digno de ser estudado pelas peculiaridades que apresenta e que estão diretamente articuladas aos modos de vida de seus habitantes e usuários, através de práticas pautadas nas conveniências.

2.2.1 “Esta Festa é Para ‘Nativo’”

Durante o período de campo participei da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, entre os dias 30 de janeiro e 2 de fevereiro de 2010, e pude observar a existência de diferenças entre “nativos” e que estas distinções, em parte, estão relacionadas ao território, ao local onde residem e que faz parte de suas vivências e memórias. Durante a festa, em diversos momentos, notei que os participantes eram moradores da região do centro histórico, com raras exceções. A festa está relacionada às atividades executadas no mar, pois a Nossa Senhora dos Navegantes é a padroeira das pessoas envolvidas com ele, principalmente os pescadores.

A programação contou com diferentes atividades organizadas por pescadores, em parceria com a igreja católica, mas a responsabilidade maior foi da equipe de festeiros, composta por casais residentes no centro histórico. Ao dialogar com o padre, fui informada que houve momentos em que se pensou em cancelar a festa, pois, do seu ponto de vista, ela poderia ser mais bem organizada. Mas que não tomara essa atitude por que a festa é tradicional na cidade e sua interrupção poderia gerar algum tipo de desconforto, principalmente entre os pescadores.

Durante o período da festa, houve três procissões, duas terrestres e uma marítima. O cortejo terrestre, sempre com menor número de pessoas, ou partia ou chegava à igreja matriz, com a imagem de Nossa Senhora. A procissão marítima contou com muitas embarcações e o número de participantes foi expressivo. O local de saída e chegada das embarcações para a procissão foi em frente à Praça Vinte e Um de Abril. O padre e a imagem da Nossa Senhora são carregados no alto, até os barcos, pois não podem tocar o chão, aí então se inicia a procissão.

O ponto máximo da festa foi após a procissão marítima ocorrida no domingo à tarde, finalizando com a realização de uma missa na praça, onde os eventos da festa se concentraram. Tudo na praça se transformou. Os artesãos, que a ocupam durante a temporada de verão, foram convidados a se retirarem e a não exporem seus produtos durante estes dias, para que os participantes tivessem espaços para circular na

praça. Por sua vez, estes trabalhadores informaram que em termos de vendas e negócios não faria diferença expor os produtos durante a festa, pois não venderiam, uma vez que os “nativos” não consomem seus produtos, sendo os turistas/visitantes seus mais frequentes compradores.

Na maioria dos diálogos estabelecidos, com diferentes interlocutores, as falas eram unânimes: “Esta festa é para ‘nativo’”. Dos artesãos ao padre, entre as pessoas que frequentaram, participaram e trabalharam, foi senso comum esta constatação.

A participação naquele acontecimento me trouxe questionamentos no sentido de perceber se haveriam diferenças entre ser “nativo” residente no centro histórico, ou ligado a ele, e de outra região de Garopaba, pois constatei que aqueles que estiveram presentes, na grande maioria, foram os residentes no centro histórico. A partir daí, surgiram reflexões que conduziram a classificação dos “nativos” por territórios, práticas sociais e sentidos conferidos ao lugar, conforme analisado no capítulo seguinte.

Aqui poderia se atribuir uma subdivisão ao termo “nativo”, uma vez que há distinções presentes na categoria conforme o local de residência, contudo o objeto de análise foi situado na região do centro histórico. Além disso, eram descobertas em campo e não se configuravam como alvo da pesquisa, mas serviu para refletir sobre as práticas “nativas” no lugar e classificar os interlocutores, que assim se consideram, por local de residência.

A foto ilustra a procissão terrestre e pescadores carregando a imagem da Santa. Durante o percurso o padre fazia orações pedindo proteção especial para a pesca na cidade.



Foto 4

Fonte: Autora.

Data: 31 de janeiro de 2010.

2.3 “Da ponte para lá tudo é beco meu filho. Não escapa.”

Entra em beco sai em beco
 Há um recurso Madalena
 Entra em beco sai em beco
 Há uma santa com seu nome
 Entra em beco sai em beco
 Vai na próxima capela
 E acende um vela
 Pra não passar fome
 (Gilberto Gil, Madalena)

Um dos motivos para que os espaços configurados como becos recebam lugar de destaque nesta etnografia deve-se ao fato de terem sido citados, por diferentes interlocutores como sítios típicos do centro

histórico e habitado por “nativos” com práticas características e específicas, analisadas nesta subseção. Quando os becos, de algum modo, eram mencionados seus sentidos pareciam habitar o imaginário social, como se a palavra beco carregasse em si os atributos do espaço e das práticas de seus moradores. O termo beco, naquele contexto, é portador de diferentes sentidos, ora provoca risos, ora silêncio, em outros momentos indignação e, ainda, certo orgulho e vaidade, dependendo de quem o pronuncia e em quais circunstâncias.

A primeira descrição que faço dos becos é a espacial, pois apresentam certas peculiaridades que contribuem para a compreensão das dinâmicas sociais. Conforme exposto, a localidade analisada formou-se no extremo sul da praia de Garopaba e isso fez com que suas entradas e saídas fossem, de certo modo, restritas e com poucas opções de circulação.

Como exposto na subseção anterior, os becos constituíram-se a partir de doações de espaços nos fundos das primeiras habitações, para os descendentes casados construírem suas moradias. Nos becos, há relações familiares e pode-se afirmar que, entre a maioria dos moradores, existe certa afinidade constituída também pelas experiências vividas no mesmo espaço.

Outra característica dos becos relacionada aos aspectos físicos e materiais é a proximidade entre suas construções. Na rua principal, observa-se a casa da frente dos becos e somente ao entrar neles é possível enxergar as demais moradias construídas ao longo deles. As residências situadas mais ao fundo dos becos são precárias, muitas sem reboco ou tinta, outras ainda inacabadas. Os becos são limitados à sua própria extensão e cada um tem um nome. Nos seus finais não há passagens de um a outro, são individualizados por muros ou por paredes de habitações. O limite nos fundos de cada beco é o córrego de água que atravessa a ponte e desemboca no mar, fronteira que delimita também o local percebido como centro histórico.

Mas, como vimos no capítulo I, os limites e fronteiras nas sociedades complexas não são rígidos, ao contrário, são fluidos e flexíveis. Um adolescente com quem dialoguei contou o que sua tia-avó fala: “Da ponte para lá tudo é beco meu filho. Não escapa”. As fronteiras territoriais demarcam os limites para além de suas próprias margens, o que significa dizer que, para essa senhora, não precisa ser morador dos becos para ser um, basta residir depois da ponte. Uma vez mais, é possível perceber a relação territorial entre ser “nativo” e morador da região do centro histórico, agregado à generalização de entender o local também como beco.

Assim, o que se constata são correspondências entre a condição de “nativo” e um território singular, no caso os becos e o centro histórico. Nesta situação, pode-se pensar nos termos de Augé (1994, 1995), como um *lugar* antropológico, onde o território tem peso e constitui-se a partir dos sentidos atribuídos aos aspectos identitários, relacionais e históricos. Porém, não é possível saber se esta equivalência tem o mesmo valor na cidade, ou seja, se moradores de outras regiões percebem os residentes dos becos e centro histórico como “nativos”, pois esta questão não era objeto da pesquisa.

Relato uma vivência de campo que permitiu conhecer as distribuições espaciais e nominais dos becos. Ao chegar a um deles, fui à residência de uma jovem que me recebeu e convidou a entrar. Lá estavam mais dois jovens: um irmão e primo. Dialogamos sobre diversos assuntos que oportunizaram conhecer o que pensam e sentem sobre os espaços pelos quais me interessei, bem como quais valores atribuem à praça, ao centro histórico, aos becos; além disso, compreendi quais sentidos estão implicados em pertencer à categoria “nativo”. Um dos jovens pouco participou de nossa conversa, pois havia comprado um celular e estava configurando o aparelho.

Estes interlocutores relataram sobre as denominações dos becos e descreveram seus principais aspectos, expressos nas vidas de relações sociais cotidianas, conforme a seguir:

- Beco dos Rico

Porque ali as pessoas têm melhores condições de vida. Ao falarem, apontavam para um táxi na garagem, na extrema do beco em que nos encontrávamos.

- Beco da Merda

Explicam que seus habitantes são “Eles são uns porcos, relaxados, os encanamentos são para fora. Você já foi ali? Vai ali para ver, vai.”

- Areias do Beco

Este beco fica mais ao fundo de onde estávamos e em parte mais alta e seca, semelhante a outros bairros da cidade onde o termo Areias figura no nome.

- Beco Beira-Mar

Beco com acesso principal pela beira-mar e distante dos demais becos. Os jovens aludiam aos bairros nobres localizados à beira-mar e que são espaços de grande valor do mercado imobiliário.

- Beco da Capoeira

Porque na entrada principal do beco teve uma escola de capoeira, hoje desativada.

A etnografia dos becos, a sua morfologia espacial, o mapa social do parentesco, as escalas do público e do privado observadas nas terminações de suas fachadas e improvisações de seus fundos, a nomeação dada a cada um deles me mostrou, em grande medida, certa analogia com outras regiões da cidade. Em Garopaba, existem algumas localidades em que a característica física do lugar está presente em seus nomes, por exemplo: Areias⁴³ de Macacu, Areias de Palhocinha, Areias de Ambrósio e outros. As designações dos becos parecem imitar, em menor escala, a da cidade, pois nas suas singularidades os becos apresentam também uma similitude com formas de classificar em outros locais. Isto poderia dar margem a pensar que a dita defesa da condição de “nativo” ligado ao centro histórico estaria sob a pressão dos estigmas relacionados aos becos.

Jovens e adultos têm visões distintas sobre os mesmos espaços, de forma que os primeiros falam sobre os becos, colocam nomes, utilizam metáforas. Os habitantes adultos, porém, ao serem questionados se os becos têm nomes apressam-se em dizer que não. Durante o campo, estive em todos os becos e dialoguei com alguns residentes adultos, os quais negam que os becos tenham nomes ou que sejam chamados de formas distintas entre si. Além disso, percebi que suas expressões modificavam-se quando eu trazia este tema, notoriamente não gostavam de falar sobre o assunto.

A partir desta experiência com os jovens compreendi que beco é um termo usado entre “nativo”, somente na comunidade e apenas entre os moradores; é uma palavra empregada na intimidade das relações de vizinhança, pois é usada entre os que têm em comum o fato de habitarem os mesmos espaços. Não se diz em qualquer lugar nem a toda pessoa, a palavra precisa ter referência para fazer sentido, além disso, parece ser um código de conveniência do bairro, nos termos de Certeau (2003).

Os jovens afirmaram que todos os moradores dos becos são “nativos” e que os becos, a praça, a avenida é tudo dos “nativos”, e “‘Nativo’ é o que manda no pedaço”. Magnani (2002) propõe a noção de *pedaço* constituída por uma referência espacial, pela presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles, em que permite experiências concretas e compartilhadas a partir de

⁴³ Termo utilizado em bairros distantes do mar e, ao mesmo tempo, com terra mais seca.

componente simbólico comum. Segundo o autor, o fator preponderante para os *espaços* é sua constituição pelas relações estabelecidas entre seus membros, como acontece entre os moradores dos becos que se auto-atribuem o conceito de “nativos”. Porém, deixam de usar a praça no verão, uma vez que neste período executam serviços em postos demandados pela chegada dos turistas.

Disseram ainda que a maioria dos moradores do “Beco da Merda” não gosta dos que vêm de fora, dos turistas, porém não se dão conta que Garopaba vive do turismo. Em seus próprios termos: “O ‘nativo’ não têm respeito com o turista. Tá certo que tem turista que é meio folgadoinho, mas não respeitam”.

Talvez aqui resida uma das possíveis vias de compreensão das relações entre “nativos” e “de fora”: o “nativo”, aqui entendido de modo geral como aquele que vive desde criança na região do centro histórico, deixa de usar o espaço de seu cotidiano, que o identifica e lhe confere certa estabilidade essencial, para trabalhar em serviços que atendem aos turistas, além de o espaço estar sujeito a visitas. Assim, abrem mão do lugar que percebem como seu para os “de fora”, executam funções que oferecem condições para que estas pessoas gozem suas férias, na tentativa de contemplar o imaginário do turista/veranista.

A vivência com os jovens moradores dos becos nominalmente privilegiados, “Beco dos Rico” e “Beco Beira-Mar”, demonstra as diferentes práticas e comportamentos que as pessoas exercem na comunidade e fora dela, conforme os distintos valores e significados sociais, relacionados aos contextos em que estão inseridas e se expressam.

Neste sentido, Da Matta (1987) argumenta que as diferentes éticas e visões de mundo são particulares e distinguem-se conforme os espaços, de acordo com as esferas de significação social e que, além de delimitar contextos e configurar atitudes, são campos de sentidos que constituem a própria realidade ao permitirem construir normas e moralizar comportamentos. Assim, definem alterações de atitudes, gestos, palavras, roupas, modos de ser, de expressar e de comunicar das pessoas. O esperado é que o comportamento seja distinto, de acordo com os espaços, pois ele é diferenciado conforme o ponto de vista de cada uma destas esferas de significação.

Da Matta salienta que essas diferenças são complementares e nunca exclusivas ou paralelas, o que configura um caráter de realidade parcial e incompleta, ocasionando certo relativismo, dependendo dos códigos aplicados a cada espaço. Outro aspecto interessante observado nestas interações refere-se às equivalências entre sentimentos e

moralidades, uma vez que são distintas nos diferentes espaços, pois algumas manifestações de sentimentos e comportamentos são possíveis somente no contexto da localidade e apreensíveis em outra comunidade, sendo o contrário também passível de acontecer. O fato de, naquele momento, estarmos na sala da casa da adolescente fez com que se sentissem à vontade para dizer o que pensam e comportarem-se da mesma forma.

Entre estes jovens, dois deles disseram que se diferenciam dos demais familiares e moradores dos becos pelo fato de estarem estudando: uma é aluna de curso técnico de enfermagem e outro de graduação em turismo. Eles se sentem estigmatizados em relação aos seus familiares, pois relatam que são os únicos a continuar os estudos e isso provoca certo rechaço sobre eles: “Tu estás estudando por que quer aparecer, para que estudar?” Estas são algumas expressões que ouvem de alguns membros de suas famílias. Estas palavras os deixam “indignados”, pois estes jovens investem na construção profissional, o que de certo modo os distingue dos demais moradores dos becos.

Este fato narrado pelos jovens é exemplo que evidencia características das sociedades complexas: a coexistências de diferentes estilos de vida e visões de mundo em processos de interação entre distintos grupos e segmentos (Velho, 1999a). Os moradores dos becos se consideram “nativos”, mas não significa que tenham modos e projetos de vida semelhantes entre si, há pontos de inserção que em alguns momentos os equiparam, mas há outros que os diferenciam e os distinguem como possibilidades da vida social através da interação das diferenças.

As sociedades complexas compreendem certa maleabilidade e fluidez fundadora de possibilidades de jogos de papéis e identidades, acentuando as problemáticas de unidade e fragmentação igualmente típicas de tais sociedades. Conforme Velho (1999a, p. 27), este “campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura”.

Outro aspecto relacionado às sociedades complexas, trazido por estes jovens que se diferenciam de seus familiares ao valorizarem a busca profissional, está pautado nos projetos de vida, que podem ser individuais e coletivos. Em relação ao projeto coletivo, ele não é vivenciado de modo uniforme pelos atores que o compartilham, exatamente por estas diferentes disposições, características dos jogos de papéis e identidades que colocam as pessoas em constantes interações e adaptações.

Os projetos individuais interagem com outros dentro de um campo de possibilidades, pois não estão isolados nem fechados, as pessoas podem ser portadoras de diferentes projetos, algumas vezes até contraditórios: elas mudam e seus projetos também. A atribuição de consistência à trajetória dos indivíduos está relacionada ao delineamento de projetos com objetivos específicos, de modo que as possibilidades de suas realizações dependem dos jogos e interações com outros projetos individuais ou coletivos, além da natureza e da dinâmica dos campos de possibilidades.

Entre os moradores dos becos, o projeto individual que busca a construção da profissão através de estudos e qualificações parece estar em conflito com projetos coletivos que não incluem esta temática. Com exceção destes dois jovens, as demais pessoas residentes dos becos com que dialoguei têm o ensino fundamental incompleto e exercem atividades como faxineiras, cozinheiras, camareiras, garçons, pedreiros e outros.

Como é possível perceber, os becos são espaços oportunos para compreender as relações entre “nativos” e “de fora” seja por suas singularidades presentes nas relações estabelecidas entre seus moradores ou com outros atores, seja pelos projetos individuais e coletivos, ou ainda por similitudes com o que podem apresentar com outras regiões da cidade. No capítulo seguinte são analisados os discursos dos interlocutores residentes nos becos sobre os sentidos atribuídos ao centro histórico, bem como as relações identitárias.

A foto seguinte foi tirada da frente da casa dos jovens. A imagem é de moradia vizinha ao “Beco dos Rico”, local onde estávamos.



Foto 5

Fonte: Autora.

Data: dezembro de 2009.

2.4 Praça Vinte e Um de Abril

Retomando a história de Garopaba, o local que hoje ocupa a Praça Vinte e Um de Abril foi sempre um lugar usado para práticas ligadas ao mar. Ele é um dos contornos da praça e indica o limite final de praia situado ao extremo sul de Garopaba, conforme a foto seguinte.

Nesta área da beira-mar, junto à praça, alguns pescadores realizam atividades relacionadas ao ofício da pesca: guardam seus materiais em caixas de madeira e isopor, contabilizam os saldos que o mar fornece, realizam a limpeza dos equipamentos e dos pescados. Nas ocasiões em que os pescadores retornam com as embarcações carregadas de peixes, algumas pessoas vão até a beira-mar para observar a chegada dos barcos, fazer suas compras, admirar os movimentos que envolvem esta prática e, com sorte, ganhar algum peixe. Este espaço de praia não é utilizado pelo banhista, pois muitos resíduos das pescarias e das embarcações são deixados ali, além disso, há a presença de animais, como gaivotas e urubus, na busca destes resquícios.

Na foto número 6 pode-se observar que o material de pesca está recolhido do uso e não há trabalhadores no local, o que significa que tal ofício, neste dia, ou já havia se encerrado ou não aconteceu. Os materiais guardados nestes espaços são de pescadores independentes, não vinculados a nenhum tipo de indústria pesqueira ou associação, pois, se assim fosse, o espaço dedicado a armazenar os equipamentos seriam as casas de barco.

**Foto 6**

Fonte: Autora.

Data: outubro de 2009.

Já na próxima imagem, vê-se ao fundo as casas de barco com as baleeiras à frente, chegadas do mar e, tanto pela quantidade de gaivotas entre elas, quanto pelo peixe que carrega esta senhora e um caminhão frigorífico ao lado esquerdo, pode-se afirmar que o exercício da pesca foi realizado com certo sucesso. Estes sinais para saber se houve a pesca e se ela foi produtiva foram conhecidos em campo.

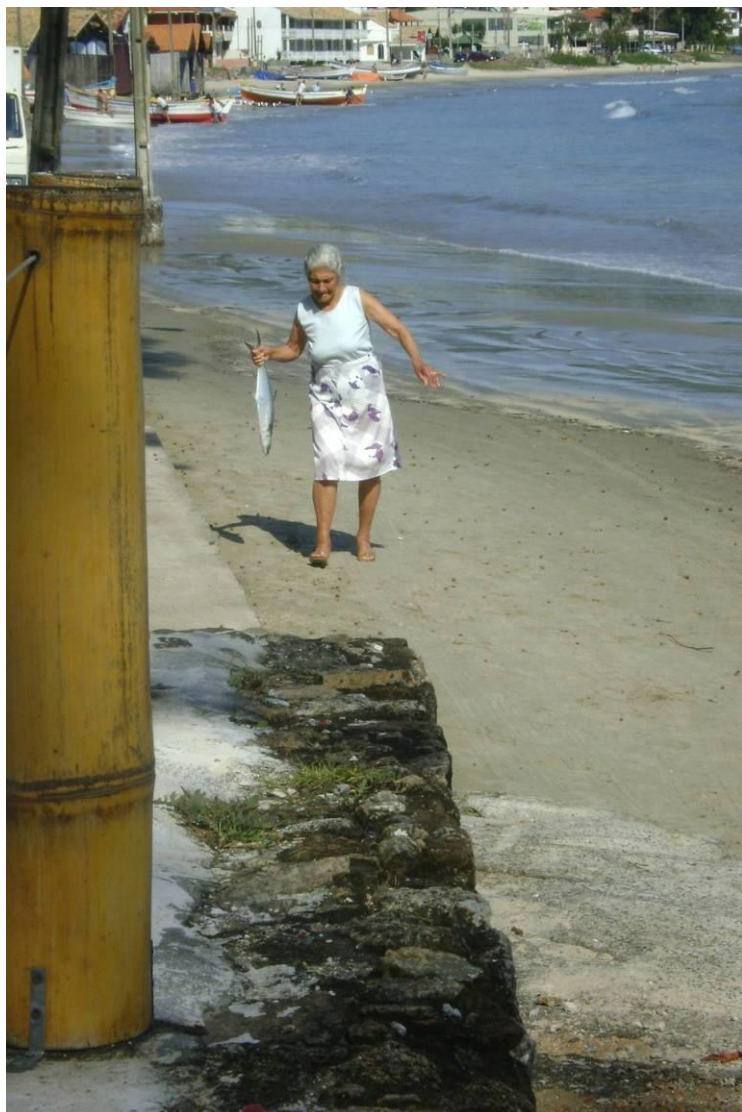


Foto 7

Fonte: Autora.

Data: outubro de 2009.

As construções atuais em torno da praça envolvem a igreja católica, dois restaurantes, uma sorveteria, um escritório de arquitetura, um hotel, algumas residências e uma pequena capela. Um dos restaurantes é de estilo açoriano, que ainda preserva os formatos arquitetônicos da época da armação baleeira, incluindo óleo de baleia no reboco das paredes. Esta edificação é de propriedade de empresário paulista no ramo da culinária japonesa. Ele foi uma das pessoas com quem dialoguei e suas falas são analisadas no capítulo três. No início do período em que estive em campo, o outro restaurante passou por uma reforma e sua estrutura é contemporânea. Este estabelecimento é de propriedade de uma pessoa nascida em Garopaba. Assim, no entorno da praça ainda há edificações com fachadas tradicionais, que remetem ao estilo açoriano: a igreja matriz, o restaurante na esquina da praia, algumas habitações e a capela. Esta última é destinada a velórios e abre somente para esta finalidade.

Situando-se a praça, na perspectiva de frente para o mar, sua volta está configurada da seguinte forma: à direita fica a escadaria e a Igreja Matriz de São Joaquim, ao seu lado, na parte baixa, o restaurante de construção contemporânea; à esquerda três construções: restaurante estilo açoriano mais próximo ao mar, ao lado, escritório de arquitetura e na outra esquina uma sorveteria e, no lado contrário ao mar, um hotel. Na diagonal entre o hotel e a sorveteria está a pequena capela ecumênica, também em estilo açoriano.

A igreja foi construída na época da armação baleeira, na parte mais elevada, ao sul, e para chegar até ela foi erguida uma escadaria a sua frente, como é possível observar na imagem a baixo. Ao seu pé está a Praça Vinte e Um de Abril. Esta igreja é considerada a matriz e cabe lembrar que, durante o período de pesquisa, esteve fechada por determinação da Fundação Catarinense de Cultura, com argumento de que a sacristia corria risco de desabar.



Foto 8

Fonte: Autora.

Data: outubro de 2009.

A Praça Vinte e Um de Abril é um marco de referência espacial para quem chega à região, por diversas razões. Uma delas refere-se à disposição geográfica: localizada no limite sul e em formato de um quadrado, condensa o fluxo de veículos e motos que entram e saem do local, uma vez que os arranjos dos percursos rodoviários passam por ela. A praça dá acesso à região Ponta da Vigia, que tem uma beira-mar chamada Prainha, área nobre residencial, tomada em grande parte por veranistas. No entorno da praça as ruas giram no sentido anti-horário, em mão-única, e determinam quais direções rodoviárias seguir, por exemplo, veículos que chegam até a igreja devem necessariamente contornar a praça para sair do bairro.

Em relação à arborização da praça, até o início dos anos de 1970 ela era apenas um quadrado, sem árvores ou qualquer outro tipo de ornamentação viva, também não havia bancos para sentar. Nos primeiros anos da década de 1970, um fotógrafo do Rio Grande do Sul foi contratado pelo então governador do Estado, Ivo Silveira, para registrar a construção de obras públicas financiadas pelo estado. Este profissional chega a Garopaba a trabalho e retorna muitas vezes, até fixar residência. Ele, um “de fora”, realiza o primeiro plantio de árvores na praça, dando origem a outra paisagem no local.

Fator importante em Garopaba, diretamente relacionado a esta localidade e com implicações que atravessam as referências materiais e imateriais, é o tombamento da igreja matriz, sendo reconhecida como bem patrimonial, em nível estadual, conforme descrito no capítulo um.

A cidade passa então à condição de ter bens patrimoniais, o que implica alterações nos modos como as pessoas percebem, usam e atribuem valores a este espaço. O local passa a ser percebido como centro histórico de Garopaba, sendo referido tanto no contexto local quanto fora dele, pois a condição do tombamento do bem conferiu certo *status* ao lugar, indicando padronização reconhecida no campo social e expressa inclusive pelos meios de comunicação porque centros históricos têm apresentações e significações semelhantes em diferentes locais, fazendo deste atributo fator de similaridade entre as cidades.

A representação territorial do espaço e de suas particularidades, bem como a exposição e relato dos principais acontecimentos relacionados a ele, amplia o potencial de compreensão para a análise dos dados desta pesquisa, contribuindo no entendimento dos aspectos relacionados às identidades e suas influências sobre os usos e sentidos atribuídos à referida praça. Além destas referências, há também as vivências que fazem deste espaço um lugar respeitável na constituição

de Garopaba, que pode dizer das relações estabelecidas e dos valores atribuídos ao lugar.

Durante a pesquisa, observei que a praça é utilizada de modos distintos, por diferentes atores sociais, dependendo da época do ano, ou seja, há certa sazonalidade relacionada aos seus usos. Além disso, diálogos e conversas também referem usos diferenciados conforme a estação do ano.

No inverno, que compreende um período mais longo do que o estipulado pelo calendário⁴⁴, a praça é ocupada, em grande parte, por pescadores e moradores locais, entre os quais a maioria percebe-se como “nativo”. Os usos que tais pescadores fazem da praça estão relacionados às práticas de conserto e reparo de redes de pesca, como mostra a foto de número 9. Os moradores locais frequentam a praça como um espaço para descanso e encontro. A foto de número 10 mostra a imagem da praça no verão: o mesmo espaço é ocupado de modo distinto.

Ainda no inverno, o número de pessoas que vai até lá é pequeno, algumas vezes inexpressivo. Dependendo de onde se origina o vento, sul, por exemplo, a praça é tomada por uma solidão ímpar. Muitas pessoas com quem dialoguei principalmente moradores da região, afirmam utilizar a praça para descanso e encontro com amigos, porém a observação permitiu destacar que raras vezes tais pessoas fazem isso. Há certa disparidade entre os discursos e as práticas.

Já no verão, é possível identificar no meio da população que frequenta diariamente o local, artesãos, turistas e moradores. Em conversas informais e observações, pude entender que a praça é o local de exposição de trabalhos dos artesãos oriundos de diferentes regiões, inclusive de Garopaba. Essa prática é motivada, preferencialmente, pela chegada do turista na cidade. Durante os dias que antecedem o Natal, até o final de semana seguinte ao Carnaval, estes artesãos, junto aos turistas e moradores locais, povoam e reconstróem o espaço público dando a ele outras conotações, cores, sons, odores e movimentos. Pode-se pensar que a presença dos artesãos na praça está indiretamente ligada ao mar, pois o turista que chega até o local vem também em busca dele.

A imagem na foto dez foi capturada ao entardecer. Percebe-se que ainda não foram instaladas todas as tendas, pois os artesãos expõem preferencialmente à noite. A construção ao fundo é a capela erguida pelos açorianos e que atualmente serve como espaço para a realização de velórios. Atrás da barraca, com os objetos expostos para a venda

⁴⁴ Em Garopaba, o período entre os meses de dezembro a março é considerado verão, e os demais meses é entendido como inverno.

podem-se visualizar pessoas sentadas à frente da sorveteria, em funcionamento apenas no verão.



Foto 9

Fonte: Autora.

Data: outubro de 2009.



Foto 10

Fonte: Autora.

Data: janeiro de 2010.

As modificações pelas quais este espaço passou vão desde o quadrado, à época da armação açoriana, até a atual Praça Vinte e Um de Abril, indicada na imagem, transfigurando-se de matadouro de baleias em bem patrimonial. A praça é espaço de expressão de seus usuários através das múltiplas práticas que cotidianamente compõem a paisagem do lugar.



Imagem 4

Fonte: <http://maps.google.com.br/maps>

Data: Acesso 16 de julho de 2010.

2.4.1 Árvores da discórdia

Depois de descrever os espaços mais importantes nesta dissertação, dedico esta subseção ao relato e análise de algo inesperado que atravessou o período da pesquisa de campo: a possibilidade da reforma da Praça Vinte e Um de Abril, o que foi confundido, por diversos interlocutores, como o ponto principal da pesquisa. Em muitas ocasiões, perguntavam-me se o tema era a reforma, pois minha entrada em campo coincidiu com a possibilidade de transformação da praça.

Na primeira semana de campo, outubro de 2009, aconteceu uma situação que causou certo estranhamento quanto à possibilidade de realizar a pesquisa. Ao dialogar com o prefeito em exercício, Ildo da Silva Lobo Filho, comuniquei minhas intenções de pesquisa, ao que me retribuiu com a informação de que a praça seria reformada dentro de, no máximo, quinze dias e que o projeto previa a extinção de três

seringueiras. Na ocasião, disse que a questão da reforma seria comunicada aos moradores do local e que, talvez, fizessem uma enquete pública para decidir sobre esta ação. Informou ainda que a Fundação Catarinense de Cultura disponibilizou recursos para aplicação na praça e, caso não fossem utilizados, deveriam retornar à sua origem, não podendo ser aplicados em outra obra. No primeiro momento, esta notícia deixou-me preocupada, pois me pareceu que estaria perdendo o próprio campo de pesquisa.

A possibilidade de reforma da Praça Vinte e Um de Abril, como anunciou o prefeito, foi informada aos moradores e comerciantes do local, o que causou antagonismo de opiniões e gerou controvérsias, principalmente devido ao período do ano proposto para mudanças, a chegada da temporada⁴⁵. Por fim, a reforma foi adiada justamente em virtude de proximidade do verão, o que poderia impedir a circulação de turistas e veranistas e ocasionar um déficit na economia local, abrangendo a todos, sem distinções de nenhum tipo, pois a maioria das pessoas residentes no município depende do verão para viver o ano inteiro. A reforma foi postergada para o final da temporada e teve início em abril de 2010, com previsão de término para setembro do mesmo ano. Ela ainda não está concluída.

Mas esta não era a única questão causadora de debates e divergências: algumas pessoas foram terminantemente contra a reforma na intenção de proteger as árvores e o formato da praça, pois acreditavam que tais modificações eram desnecessárias, além de incidir também sobre os usos da praça e os sentidos a ela atribuídos. Este assunto atravessou a pesquisa ao longo de todo o percurso, foi motivo de conflitos e desavenças entre distintos atores sociais.

O impacto causado pela notícia agregou informações e percepções que contribuíram sobremaneira para as categorizações necessárias e as análises a que esta dissertação se propõe. O assunto acompanhou todo o processo de campo, esteve presente em tempo integral, em diversas situações, diálogos, inclusive conflitos ocorridos sob este pretexto.

A notícia, tal a importância da praça, impactou uma gama de pessoas que foi além dos moradores, como frequentadores e turistas. Em Garopaba, o período compreendido entre o Natal e Ano Novo é a época de maior movimento e circulação de pessoas na cidade, e entre estes dias houve um conflito na Praça Vinte e Um de Abril. É o que

⁴⁵ O movimento econômico gerado no verão é uma importante entrada de recursos no município e fonte de renda para muitas famílias, na tentativa de garantir a subsistência anual.

transcreverei a seguir, com base em entrevistas, diálogos e notícias de jornal e internet.

Até o final de dezembro de 2009 havia apenas conversas isoladas e nenhuma ação concreta frente à realização ou impedimento da reforma. Porém, no período entre o natal e ano novo ocorreu um fato que tomou maiores proporções frente à possibilidade das mudanças na praça. Notícia publicada no Jornal da Praia⁴⁶ intitulada “Árvores da discórdia”, traz a seguinte descrição:

Uma luta pela preservação ou não das seringueiras, árvores exóticas plantadas há 35 anos na praça 21 de Abril, no Centro Histórico, marcou o final de 2009. Segundo testemunhas que presenciaram o fato, um podador contratado pela Prefeitura, conhecido como seu Sadi, foi até a Praça para efetuar o trabalho quando o dono de um restaurante próximo começou a “coordenar” as podas, favorecendo a visibilidade de seu estabelecimento. Logo um morador da cidade interpelou o referido proprietário se ele tinha autorização para as podas e seguiu-se uma discussão que culminou com a chegada da Polícia Militar e do então prefeito em exercício Ildo da Silva Lobo, que deu a ordem para parar os serviços. Durante o conflito os moradores foram informados de um projeto na Prefeitura para substituição das referidas seringueiras, que segundo a assessoria de imprensa, faz-se necessária pois as raízes das mesmas provocam a destruição do calçamento. Alguns, como professores de ensino fundamental Nádia Silva, são totalmente contra o corte das árvores. ‘Eles poderiam revitalizar a praça conservando as árvores, a praça é freqüentada por turistas e moradores justamente por causa da sombra’ disse. Marcos Santos, o Mikonga, ativista do Movimento Verde por Natureza promoveu um abaixo-assinado para boicotar o comércio que promove o corte de árvores, via internet. ‘Alertamos a população sobre a importância de

⁴⁶ Jornal da Praia. Jornal de circulação local, n.138, 1º a 15 de janeiro de 2010. Matéria assinada por zenocastilho@hotmail.com

preservar as árvores da histórica praça dos pescadores que há anos recebe frequentadores, entre eles visitantes locais, turistas, e animais. Além de reduzir o calor do ambiente e gerar sombra, ornamenta um dos pontos turísticos da cidade'. E continua: 'Muitas pessoas confirmaram o apoio à iniciativa e disseram que não pretendem frequentar restaurantes ou hotéis que promovem esta insensatez' finaliza. Projeto da Prefeitura prevê a substituição das seringueiras por palmeiras."

Pessoas que afirmaram estar na praça no momento do conflito, disseram que alguns comerciantes locais, moradores e turistas iniciaram uma manifestação, posicionando-se contra as podas, protestando e colocando-se em defesa das árvores. Alguns outros, minoria entre os comerciantes locais, além de defender a poda determinavam quais os galhos e de quais árvores deveriam ser cortados. Conforme conversas, um destes comerciantes se autodenominou o "prefeito do canto", ao dizer: "Aqui, quem manda é eu".

Estes movimentos opostos chegaram a seu ápice quando transgrediram as discussões verbais e passaram a agressões físicas. De um lado, a defesa do corte que, segundo relatos, serviria para clarear a fachada dos estabelecimentos comerciais, atraindo maior número de turistas e fregueses. De outro lado, a conservação das árvores com os argumentos de que elas garantem sombra e beleza ao local. No intuito de dirimir os conflitos, a poda foi cancelada, temporariamente sossegando ásperos conflitos que nos falam de algo muito além do que uma simples disputa entre o corte ou preservação das árvores.

A edição n. 144 do Jornal da Praia, de 15 a 30 de abril de 2010, em matéria assinada por Prof. Rui com o seguinte título "Encontro com a comunidade decide reforma na Praça 21 de Abril", traz a seguinte notícia:

No final do ano passado, a Prefeitura de Garopaba realizou encontro com a comunidade que vive ao entorno da Praça 21 de Abril, no Centro Histórico. Na ocasião foi apresentado um projeto para reforma da praça, porém seria necessário a derrubada de árvores não nativas. Dia 31 de março, no Hotel Garopaba, a Prefeitura promoveu nova reunião com moradores, comerciantes e vizinhos da praça. Na ocasião, o prefeito Luiz Nestor disse que a Praça encontra-se dentro da área tombada da igreja Matriz, considerada

patrimônio histórico e que o projeto para sua remodelação foi aprovado pela Fundação Catarinense de Cultura, ressaltando que a obra teria que ser iniciada na primeira semana de abril, sob pena da verba de cem mil reais retornar ao governo federal. Audio visual mostrado pelo secretário de Planejamento Territorial e meio Ambiente Nilson Mello mostrou o projeto de reforma – conserto do piso, derrubada de árvores não-nativas e tratamento paisagístico conservando sua originalidade. Entre várias manifestações, destaco a opinião do artista plástico Ricardo Blauth que disse haver outras maneiras de fazer a reforma sem a necessidade de serem tiradas as árvores, principalmente as seringueiras. Moradores do entorno da praça defenderam não cortar as árvores e no final imperou o espírito conciliatório: aprovado a reforma na praça, com a condição de que uma das seringueiras deveria ser preservada, além de ser mantida a arquitetura de origem açoriana.”

As notícias veiculadas no jornal mantêm a polêmica sobre a retirada das árvores: de um lado, a gestão pública, com intuito de investir a verba recebida e repaginar o espaço; de outro, moradores locais posicionando-se contra a reforma e, conseqüentemente, a favor da manutenção das árvores. As matérias dos jornais não esclarecem aos leitores que a aprovação do projeto de reforma está vinculada à retirada das seringueiras, com argumentos de que suas raízes rompem o solo e racham os pisos, paredes e encanamentos. Esta informação foi anunciada na reunião de 31 de março de 2010, pois, na ocasião, foi comunicado que a Fundação Catarinense de Cultura ia somente liberar os recursos se as seringueiras fossem retiradas.

Castells (2006, 2008) enfoca a disparidade de interesses que o bem patrimonial pode evocar entre as instituições e a população usuária do espaço, porque nem sempre as intenções coincidem, como é o caso da reforma. Além disso, o conflito maior parece estar na preservação das árvores, mas talvez isto seja o aceno a questões relacionadas a disputas de poder e referências identitárias, naquele contexto. Cabe lembrar as palavras de um pescador: “Na praça quem manda é nós” e a do “prefeito do canto”: “Aqui, quem manda é eu”.

Um elemento significativo nesta discussão diz respeito à alternativa proposta por Castriota (2009) no sentido de mediar os jogos de poder para chegar a decisões que contemplem os desejos da

população, além de assegurar os valores imateriais. O autor argumenta que a criação de conselhos deliberativos pode criar perspectivas críticas para gestão estratégica e sustentável.

O pertencimento à categoria “nativo” está intrinsecamente ligado à Praça Vinte e Um de Abril. Ser “nativo” está implicado à praça, ela é a referência identitária desta categoria. Assim, questiono se gerações posteriores à reforma terão a praça como referência, como identidade de ser “nativo”, ou se após as mudanças ela deixará de vigorar como símbolo que significa pertencimento a determinado grupo identitário, considerando as implicações atreladas a ela. Após a reforma a praça permanecerá como símbolo de identificação na constituição da categoria “nativo”?

A foto número 9, na página 85, demonstra um pescador usando a praça como espaço de trabalho para conserto da rede de pesca, antes do início da reforma. Já a foto 11, capturada após o início das obras, evidencia que um dos usos da praça como espaço de trabalho para o pescador agora já não é mais possível. Na imagem, observa-se a rede de pesca amarrada na janela do restaurante de estilo açoriano. E a foto de número 12 mostra as mesmas árvores, presentes na foto 9 como campo e ferramenta de trabalho do pescador, agora cortadas.

A reforma ainda não foi concluída, provavelmente os pescadores independentes irão à busca de alternativas de espaços para suas atividades profissionais, que são também, expressões de valores atribuídos à praça, qualificando-a como local dos “nativos”.



Foto 11

Fonte: Autora.

Data: maio de 2010.



Foto 12

Fonte: Autora.

Data: maio de 2010.

CAPÍTULO 3.

MAPA DAS RELAÇÕES ENTRE “NATIVOS” E “DE FORA” NO CENTRO HISTÓRICO

O objetivo deste capítulo é discorrer sobre as categorias de “nativo” e “de fora”, a partir dos diálogos mantidos com os interlocutores e de observações e vivências experimentadas no centro histórico de Garopaba, privilegiando fundamentalmente, usos e sentidos, atribuídos por estas pessoas, à Praça Vinte Um de Abril. Conforme descrito anteriormente, a região do centro histórico, embora não seja oficializada como tal, é assim percebida pelos moradores locais e usuários; além disso, esta idéia é vinculada a imagens em livros, artigos de jornal, internet, fato que imprime força à expressão e me faz utilizar também esta nomenclatura ao lugar.

Durante o período de campo, realizei entrevistas não diretas com trinta e quatro pessoas, no intuito de conhecer como se constituem as categorias de “nativo” e “de fora”. O critério adotado para a classificação e análise dos dados da pesquisa foi embasado na autoatribuição identitária das pessoas com quem dialoguei: vinte e duas delas se identificaram como “nativos” e as demais pessoas, no total de doze, identificaram-se como “de fora”⁴⁷ fundamentalmente, pelo fato de terem nascido em outras cidades, estabelecendo assim uma categoria única.

A partir desta primeira classificação, estabelecida pela autoatribuição do interlocutor, distribuí a categoria de “nativo” pelo critério de região habitada, constituindo três divisões:

- 1) Residentes na região do centro histórico;
- 2) Residentes nos bicos, lugar específico do centro histórico;
- 3) Residentes em outras regiões da cidade.

Realizei tal separação por entender que as diferenças territoriais podem conter nuances expressas em seus discursos e contribuir para a compreensão das questões a que esta pesquisa se propôs. Os bicos pertencem à localidade considerada centro histórico, porém foram destacados como categoria específica de classificação por apresentarem expressivos e singulares dados e informações, tanto sobre questões

⁴⁷ Entre os que se identificaram como “de fora” um é nascido em Santa Catarina, um em São Paulo, um no Rio de Janeiro e nove no Rio Grande do Sul.

identitárias, como patrimoniais e relacionais. Já, para o “de fora”, como dito, constituiu-se em categoria única. Apresento as peculiaridades conhecidas em campo, expressas pelos diferentes interlocutores, e, por fim, analiso as relações estabelecidas.

3.1 “Nativos” em Garopaba

A categoria “nativo” foi constituída por aqueles que se autodenominam “nativos” e eles foram classificados por região de residência daqueles interlocutores que, por diversos motivos, consideram-se vinculados ao centro histórico. A categoria foi distribuída conforme os eixos residenciais porque foram percebidos discursos que, em grande medida, estavam atrelados aos locais de moradia. O interesse foi identificar a existência de nuanças entre território e identidade para aqueles que se atribuem a condição de “nativos”.

O termo “nativo”, em Garopaba, apresenta significativa diversidade em sua constituição. Por exemplo, entre os que se consideraram “nativos”, há os nascidos em outras cidades, como descritos a seguir.

3.1.1 Moradores do centro histórico: “Nativo’ é quem nasceu e cresceu aqui”⁴⁸

A tabela abaixo identifica a distribuição dos interlocutores residentes na localidade percebida como centro histórico, com nomes fictícios, idade, gênero, escolaridade e profissão.

⁴⁸ Fala de dois moradores do centro histórico, comerciante local e pescador, que se auto-atribuem nativos.

| INTERLOCUTORES | IDADE | GÊNERO | ESCOLARIDADE | PROFISSÃO |
|----------------|---------|--------|-------------------------------|-----------------------|
| Osmar | 39 anos | M | Ensino Fundamental Incompleto | Pescador |
| Ugo | 72 anos | M | Ensino Fundamental Incompleto | Comerciante |
| Ernesto | 94 anos | M | Ensino Fundamental Incompleto | Pescador aposentado |
| Ana | 52 anos | F | Ensino Fundamental Incompleto | Do lar |
| Evaristo | 55 anos | M | Ensino Médio Completo | Empresário |
| Laila | 86 anos | F | Ensino Fundamental Incompleto | Aposentada (parteira) |
| Oscar | 50 anos | M | Ensino Fundamental Incompleto | Pescador |
| Argemiro | 38 anos | M | Ensino Fundamental Incompleto | Pescador |
| Ariane | 38 anos | F | Ensino Médio Completo | Comerciante |
| Hilário | 59 anos | M | Ensino Fundamental Incompleto | Pescador |

Para a maioria dos interlocutores residentes na localidade do centro histórico, a expressão está vinculada às pessoas que nascem no lugar, que vivem nele e não saem para outras localidades. Um exemplo está na fala de Ariane: “Nativo é aquele que não saiu para morar em outro lugar. Nasceu, cresceu e vai morrer aqui.” Esse discurso reforça o significado corriqueiro desta categoria: nascer, permanecer e morrer na região. E pode muito bem ser traduzido na estabilidade de permanência destas pessoas em relação ao lugar de residência e continuidade de hábitos e práticas locais, como é, por exemplo, o consumo do pirão d’água e do peixe como principal fonte de alimentação, tradição culinária dos açorianos. Porém, essa tradição herdada não é a única explicação. Na fala de outro interlocutor, um pescador nascido na cidade de Florianópolis, observa-se que ele se considera “nativo” de Garopaba e justifica sua identidade pela “adaptação à cultura local”, conforme seus termos.

Osmar, enquanto limpava sua rede de pesca na Praça Vinte e Um de Abril, quando questionado sobre as diferenças entre ser “nativo” ou “de fora”, respondeu: “Não, é tudo igual, não muda nada. Não tem diferença.” Para ele, as diferenças estão colocadas nas questões éticas, no sentido de identificar se as pessoas chegadas em Garopaba vêm para o trabalho honesto ou para roubar, o que, nas suas considerações, é

apenas com o passar do tempo que se pode descobrir. A afirmativa deste interlocutor me motivou para fazer a seguinte pergunta: “Então eu também sou ‘nativa’?” Meu questionamento provocou risos e posterior silêncio, o que me fez pensar que a afirmativa citada pode servir para ocultar conflitos ou disputas através de um discurso frente à pesquisadora que representa a imagem de aceitação da pessoa que chega a Garopaba.

As pessoas vindas “de fora” — sejam turistas ou trabalhadores— na visão dos “nativos” entrevistados na faixa dos 70 anos, acreditam que foi importante para Garopaba a chegada dos “de fora”, pois com eles chegaram também ofertas de serviços e empregos. Conforme o senhor Ernesto: “Transformou a vida do cidadão de Garopaba, deu serviço para quem quer trabalhar”. Durante a conversa, os mesmos interlocutores trouxeram a tona vivências pessoais, relataram que os acontecimentos da cidade realizavam-se sempre na região percebida como centro histórico: este lugar resumia a vida da cidade. Tudo acontecia ao redor da praça, desde quando era denominada de quadrado. A praça como tal foi instituída no ano de 1986 quando passou a se chamar Praça Vinte e Um de Abril. Conforme o senhor Ugo:

Tudo era aqui na praça. A praça também era usada para festas católicas. Havia procissões e encontros de fiéis na praça. O centro de Garopaba era aqui na praça e tudo em volta era comércio. A cidade era fedorenta porque a carne da baleia era enterrada aqui. O turismo começou assim: o mar era manso, tinha navio que passava por aqui, navio de cabotagem. Em 1963 um navio vindo de São Paulo ancorou na Vigia e um comandante de Imbituba saqueou, tirou tudo do navio. Então fizeram um trapiche e chamaram mergulhadores do Rio Grande. Assim, faziam excursões de Criciúma, Laguna, Imaruí vieram para visitar o navio porque ele era um atrativo. Em 1963, a base para visitas ao navio abandonado (Brasil Mar), era toda ao redor da praça e dentro dela. A praça era tomada. Mais ou menos em torno de 1968 e 1970 veio a enchente dos hippies, que também usavam a praça.

O discurso do senhor Ugo evidencia que a praça foi palco de trabalho, de cemitério de baleias, de festas religiosas, de passeios turísticos, ressaltando que o lugar é depositário das memórias dos moradores de longa data. Em sua fala percebem-se os valores que

atribui ao lugar, especificamente à praça, ao relatar os diferentes acontecimentos e usos que a constituíram como referência identitária para o “nativo”, incluindo as vivências marcadamente históricas sobre a cidade. Os sentidos que o senhor Ugo expressa sobre a praça podem ser entendidos sob o ponto de vista do patrimônio como *referência*, nos termos de Castells, Reis e Catullo (2005) e Castells (2006, 2008), isto por que a dimensão subjetiva está presente, trazendo à tona os aspectos ligados a memórias coletivas e identidades. O lugar, porém, não foi concebido oficialmente desta maneira.

Mas é nas entrelinhas, nos diálogos indiretos, que é possível perceber e entender as relações, por vezes conflituosas, entre os “nativos” e os “de fora”, como, por exemplo, na fala da senhora Ana:

Pouco se usava o mar para o banho, que na época era uma parte limpa, onde hoje são as casas de barco, mais para o canto da pedra. Onde hoje é o Morrinhos, lado oposto, eram enterrados cabeças e restos de peixe, pois era apenas areia e dunas. Aos poucos, foram vendidas para os gaúchos. Na época não era usado para banho, chamavam de ‘Bagaceira’. Naquele tempo só tinha nascido aqui, depois começou a vir gente ‘de fora’ (1968). Os ‘nativos’ venderam parte de suas casas para os gaúchos e foram morar nos bairros mais afastados (distantes do mar). A vinda dos ‘de fora’ tem o lado bom e o lado ruim: lado bom: emprego; lado ruim: por causa da juventude que ficou pirada, pois os gaúchos trouxeram muita coisa (droga, tudo de ruim). Quem descobriu isto aqui foram os gaúchos.

Nestes diálogos é possível perceber que o território em questão, definido pelo mar, a praia, o quadrado, hoje Praça Vinte e Um de Abril, guarda, para os “nativos” mais idosos, sentidos muito distantes dos que se pretende oferecer para o turista. As praias atuais, vendidas turisticamente para os “de fora” vestidos de “gaúchos”, no estigma “nativo”, pouco dizem do “mar manso”, presente nas lembranças de tais interlocutores. Em Garopaba, o mar sempre foi dispositivo para as práticas da cidade, ora de um modo, ora de outro, seja para os chegados ou para os habitantes. Através da fala de Ana, percebe-se a importância do mar nas representações sobre a cidade, que consequentemente interferem nas relações estabelecidas a partir dos diferentes valores dados aos mesmos lugares.

Para Ana, o “de fora” é aquele que toma o que é do “nativo”, compra suas terras e tira-o de seu lugar de origem, colocando-o em outros bairros, afastando-os do mar⁴⁹. Este “de fora”, além de ser aquele que ocupa o lugar do “nativo”, traz para a cidade o emprego, que é considerado “bom”, mas é sintetizado como o portador de “tudo de ruim”, mesmo originando recursos para o município. Estes dois aspectos, tomar o lugar originalmente do “nativo” e implantar comportamentos entendidos como ruins neste mesmo território, levaram a construir estigmas sobre os chegados na cidade fazendo com que os “nativos” tenham um olhar de desconfiança sobre os “de fora”. Além disso, estas situações também podem explicar meus desassossegos iniciais em relação aos questionamentos: “Mas essa pessoa é daqui ou é de fora?” A resposta a tal pergunta pode ocultar como será considerada a pessoa, se com credibilidade e aceitação, tornando-se um de “nós”, ou com rechaço em ser um dos “outros”.

Ligada a estas desconfianças por parte dos “nativos” sobre os “de fora”, Ana refere-se à representação da “descoberta” de Garopaba ser atribuída à chegada dos “gaúchos”, como se a paisagem, os valores, a história da cidade só passasse a serem conhecidos para seus próprios moradores, após a identificação por um “de fora”, tal qual colonizador em terras desconhecidas. Esta situação também pode ter sido propulsora de relações conflituosas entre o par identitário, especialmente no que diz respeito às negociações e aquisições de imóveis em Garopaba, que, à época em que o discurso de Ana se reporta, foram vantajosamente realizadas pelos “de fora”, uma vez que terrenos à beira-mar são mais valiosos que os de outras localidades, neste município.

Tais aspectos levam a uma relação ambivalente entre os “nativos”, pois, se há uma aceitação pela entrada de recursos financeiros à cidade há também um sentimento de indignação por terem abdicado de seus lugares para os “de fora”. Há um sentido de revolta entre os “nativos” sobre as formas de agir dos “de fora”. Essa característica evidencia certo aspecto da relação entre “nativos” e “de fora”, analisada posteriormente.

Na subseção seguinte analiso as representações e sentidos dos interlocutores moradores dos becos frente às categorias identitárias e aos valores atribuídos ao centro histórico.

⁴⁹ Sobre esta temática ver Lago (1996).

3.1.2 Moradores dos becos: “Ser ‘nativo’ é o que manda no pedaço”

50

Nesta subseção, descrevo as peculiaridades dos discursos e representações dos termos identitários e os sentidos atribuídos ao patrimônio para os moradores dos becos. A tabela seguinte especifica os interlocutores, com nomes fictícios, em relação ao local de residência, gênero, idade, escolaridade e profissão.

| INTERLOCUTORES | IDADE | GÊNERO | ESCOLARIDADE | PROFISSÃO |
|----------------|---------|--------|---------------------------------|---|
| Urca | 20 anos | F | Ensino Médio Profissionalizante | Estudante/trabalha no verão |
| Edir | 18 anos | M | Ensino Fundamental Incompleto | Pedreiro |
| Igor | 18 anos | M | Estudante Ensino Superior | Garçom em restaurante |
| Denise | 32 anos | F | Ensino Fundamental Incompleto | Cozinheira em restaurante |
| Neusa | 75 anos | F | Ensino Fundamental Incompleto | Aposentada |
| Úrsula | 35 anos | F | Ensino Fundamental Incompleto | Diarista |
| Analeti | 38 anos | F | Ensino Fundamental Incompleto | Prepara e comercializa alimentos no lar |

Como explicado no capítulo dois, existem diferentes becos e a maioria deles está situada na Rua Manoel Álvaro de Araújo, e um à beira-mar de Garopaba. Urca, residente no “Beco dos Rico” e estudante do ensino médio, define o termo “nativo” da seguinte maneira:

‘Nativo’ é quem nasce, cresce na cidade, que trabalha e vive aqui. Cresce e se desenvolve aqui. Os moradores dos becos são todos ‘nativos’. Os becos, a praça, a avenida são dos ‘nativos’. A não

⁵⁰ Adolescente moradora do beco.

ser no verão que aí vêm os turistas. A turma continua se reunindo e mais os grupos de turista. A maioria dos ‘nativos’ não suporta a temporada. Ser nativo é o que manda no pedaço. No ‘Beco da Merda’, não são todos, mas a maioria não gosta do que vem de fora, do turista. Não se dão conta que Garopaba vive do turismo e não gostam do turismo. O ‘nativo’ não tem respeito com o turista. Tá certo que tem o turista que é meio folgadinho, mas não respeitam.

Através desta fala é possível compreender quem são os “nativos” para Urca: o termo está vinculado ao nascimento, ao fato de crescer na cidade, mas também ao local de moradia ao inventariar os becos como locais de residência exclusiva dos “nativos”. Ao mesmo tempo, os espaços públicos são considerados locais de identidade e pertencimento ao “nativo”, com exceção da época do verão, quando esses lugares são ocupados por turistas. Neste sentido, há um ponto de equivalência entre os discursos da maioria dos interlocutores que se consideram “nativos” residentes na região do centro histórico e os residentes nos becos: relacionado à idéia de identidade e permanência no local. Porém, a diferença reside quando Urca afirma serem os becos os lugares dos “nativos”, ou seja, além do nativo ser “quem nasce, cresce na cidade, que trabalha e vive aqui”, ele também é o residente dos becos. Aqui, ser “nativo” está ligado à materialidade específica de determinada região de Garopaba, a percebida como centro histórico. Os aspectos da fala de Urca relacionados ao que os “nativos” sentem pelos turistas e os comportamentos daqueles são analisados ao final deste capítulo.

Já o discurso de Analeti também vincula o “nativo” à permanência no território, mas conecta-o à profissão de pescador:

Eu sou ‘nativa’ por que desde quando eu nasci eu vivo aqui, a minha vida é aqui, só vivo aqui para Garopaba. Um ‘nativo’ é um pescador que a gente olha e vê que é pescador. ‘Nativo’ é quem nasce aqui, ou vem para cá pequeno.

Estas representações de Analeti sobre o “nativo” — permanência no lugar e pescador — podem contribuir com a fala de Urca e explicar a relação deste com o lugar, pois “o que manda no pedaço” é também entendido como aquele que exerce a profissão por excelência em Garopaba, é ainda aquele que, nos tempos atuais, continua a usar a praça do centro histórico como extensão do mar nas atividades relacionadas à pesca. Os sentidos atribuídos à categoria “nativo” estão ligados às

práticas originárias do lugar e, de certo modo, relacionadas aos seus usos e símbolos através de códigos comuns.

Mas, a categoria “nativo”, para os moradores dos becos, também envolve outras práticas: relacionadas à alimentação e à época do escambo de peixe e farinha. Para Denise, cozinheira em restaurante, o “nativo” é: “Uma pessoa que come pirão e tem conhecimento de peixe, come as comidas de antigamente, ovo com farinha, café com farinha, peixe com farinha.”

Vemos que o termo “nativo”, para os residentes dos becos, envolve diferentes significados: relacionados à territorialidade, tais como nascimento e permanência na cidade, ser morador dos becos e da região do centro histórico. Ao exercício da pesca e ao consumo de determinados alimentos como farinha e peixe, ou seja, as artes e ofícios praticados no lugar desde a chegada dos açorianos, peculiaridades relacionadas aos aspectos simbólicos que contornam as práticas, expressões que reúnem em si as dimensões materiais e imateriais.

As práticas consideradas características da identidade “nativo” são aspectos pelos quais as pessoas se identificam e se apropriam, criando certa estabilidade identitária que permite relações de pertencimento ou exclusão. Elas são também percebidas como valores que agenciam comportamentos sociais que servem como vetores de identificação.

A seguir, descrevo os discursos e as representações dos interlocutores que se auto-atribuem “nativos” residentes em outras localidades da cidade de Garopaba, seguindo a mesma linha de análise apresentada até aqui.

3.1.3 Moradores de outras localidades: “Eu já optei, eu me sinto ‘nativo’”⁵¹

Nesta subseção, analiso como os interlocutores residentes em outros locais, distintos da região percebida como centro histórico, se consideram “nativos”. Na tabela abaixo especifico suas idades, gêneros, escolaridades e profissões, com nomes fictícios.

⁵¹ Discurso do senhor Anacleto.

| INTERLOCUTORES | IDADE | GÊNERO | ESCOLARIDADE | PROFISSÃO |
|----------------|---------|--------|----------------------------|---|
| Ângelo | 28 anos | M | Ensino Superior Incompleto | Secretário de Turismo e fotógrafo |
| Anita | 35 anos | F | Ensino Superior | Assistente Social |
| Amanda | 37 anos | F | Ensino Superior | Professora, no verão trabalha na sorveteria do centro histórico |
| Urbano | 44 anos | M | Ensino Superior Incompleto | Empresário |
| Anacleto | 83 anos | M | Ensino Médio | Capitão do exército aposentado e colecionador de orquídeas. |

Os interlocutores classificados na categoria de residentes em outras localidades estão, de algum modo, vinculados ao centro histórico, ou por serem ex-moradores, ou trabalhadores atuais ou ainda por terem contribuído com a construção da paisagem no local.

O diálogo com Ângelo demonstra uma categoria que ainda não havia surgido neste trabalho: o “local”. Além do par identitário que classifica os moradores como “de dentro” ou “de fora” com as nuances já explicitadas, para ele existe também o “pessoal local” ou o “local”, que são as pessoas que vieram “para Garopaba e têm a cidade como sua para ficar até o fim de seus dias”. A palavra “local”, meio termo entre “nativo” e “de fora”, está, assim como “nativo”, vinculada à estabilidade territorial, à fixação no local, dando sentido de permanência imutável e livre de transformações. Ângelo considera-se “nativo” em razão de seus laços familiares: a avó e o pai nasceram na região do centro histórico. Foi lá que Ângelo passou a infância, suas experiências e memórias estão vinculadas ao lugar.

O diálogo com uma interlocutora residente na região do centro histórico me levou a procurar Anita, pois tal pessoa informou que ela também foi moradora da localidade e que poderia contribuir com a pesquisa. Para Anita, a compreensão do termo “nativo” em Garopaba

envolve outros aspectos, principalmente os relacionados aos jogos de comunicação e aos sentidos e significados a eles atribuídos.

Nasci e fui morar no centro histórico, que na época não era considerado. Vivi lá por oito anos e me sinto vinculada ao lugar. Sinto orgulho de ser 'nativa', por ter nascido aqui e sinto que faço parte desta história. Eu considero quem nasceu aqui ou teve seus pais nascidos aqui, porque eu considero a família. Até na fala, no olhar, agente se comunica, se entende. Os de fora, mesmo tendo contribuído, sempre serão de fora. A R. e o irmão nasceram aqui mas o pai e a mãe deles são de Tubarão, eu não considero eles como 'nativos'. Ela não entendia as nossas brincadeiras, a nossa fala. É mais do que nascer aqui, é a família que passa as histórias, as falas, as palavras. Por exemplo o 'pozagora'⁵². É ter vínculo dos antepassados com o local. Hoje se fala que o centro histórico é um dos pontos fortes de droga, por isso eu não sinto mais vontade de ir lá.

A categorização de "nativo", para Anita, está vinculada às práticas sociais que envolvem sistemas de comunicações e produzem significados. Sua fala reforça a relação do termo "nativo" com o território, situação que pode ser compreendida a partir da definição de *lugar* defendida por Certeau (1994). Para ele, são as práticas dos usuários que originam o *lugar* através de usos que significam o espaço. Estas ações constroem os códigos de convivência dos sistemas de relações criados pelo espaço, tal como os exemplos que Anita descreve através do olhar, da fala, dos sinais que servem de identificação entre os "nativos" e qualifica, no imaginário social, o lugar como centro histórico relacionado à identidade "nativa".

Outra consideração presente em seu discurso diz respeito à condição de irreversibilidade da condição identitária "de fora": "Sempre serão 'de fora'". O código de pertencimento ou exclusão a determinada categoria identitária, para Anita, é estabelecido pelos sistemas de símbolos expressos pelos antepassados, o que estabelece certo limite às condições de identidade. Além disso, as expressões de símbolos e códigos partilhados exercem poder socializador nas relações, e criam jogos de papéis e identidades através dos significados a eles associados (Velho, 1999a).

⁵² Palavra que significa a expressão: pois agora?

O discurso de Amanda mostra a relação que tem com o lugar. Ela residiu no centro histórico até seus vinte anos e há dezessete habita em região afastada do mar. Evidencia-se também como percebe a identidade “nativa” relacionada ao esse lugar.

O centro histórico é a minha casa. Eu não acredito no que falam de que o ‘nativo’ valoriza pouco o mar. Pode parecer que não dá tanta importância, mas está dentro da gente. Tira um nativo daqui da beira e leva para morar no Village⁵³: ele enlouquece. ‘Nativo’ é o que nasce, mora e vivencia o lugar. Não basta nascer, tem que viver. O pai diz que a seringueira não é ‘nativa’, mas se nasceu aqui ela é ‘nativa’. O ‘nativo’ de outro bairro não tem o mesmo sentimento que o ‘nativo’ do centro histórico tem pelo local, pela praça. Isso tem a ver com os procedimentos da região, tem a ver com o viver, com o costume do local, comer o que se come aqui, brincar das brincadeiras das crianças daqui. O pai diz que se tu fala ‘fosfi’⁵⁴ tu é daqui, se não fala ‘fosfi’ não é daqui. Eu brinquei na praça, namorei, trago meus filhos para brincar aqui, trabalho aqui. O valor do afeto é maior que o do patrimônio. A gente trata aqui de o canto. Sou bem defensora do canto.

Para esta interlocutora, o lugar onde está situada a igreja tombada e a praça é entendido como o “canto”. Sua percepção assemelha-se à do senhor Ugo, “nativo” residente no centro histórico, que afirma ser esta praça o lugar onde a vida da cidade acontecia. As memórias presentes nos discursos de ambos atribuem afeto ao lugar, e sua concepção de “nativo” está vinculada à origem do nascimento e às práticas ligadas ao território.

Os discursos de Amanda e Anita assemelham-se: a referência identitária está ligada principalmente aos usos que se fazem desses espaços através das vivências, dos jogos corporais, dos enunciados de comunicação que expressam as maneiras de fazer, comer, brincar, e que revelam os códigos identitários por eles compartilhados. A primeira enfatiza o aspecto da identidade vinculado às práticas, particularmente no sentido subjetivo relacionado à praça, referindo que o “nativo” de outra região não tem sentimentos iguais ao “nativo” do centro histórico.

⁵³ Bairro distante do mar.

⁵⁴ Fósforo.

Pode-se dizer que seu discurso afirma aspectos relevantes para a categorização do termo “nativo”: as vivências praticadas no lugar.

Quando Amanda atribui maior valor aos afetos que à materialidade dos espaços, salientando a dimensão subjetiva do lugar, através da memória coletiva e da identidade, ligados principalmente a saberes e a valores, evidenciando o patrimônio como *referência*, conforme Arantes (1984), Castells, Reis e Catullo (2005) e Castells (2006, 2008).

Mas, é o discurso de Anacleto que mostra como as questões da identidade no contemporâneo não apresentam fronteiras rígidas, pois, ser “nativo” não está vinculado necessariamente ao lugar de nascimento. Para este interlocutor que nasceu em outra cidade está relacionado à adaptação à cultura local. Ele afirma:

Eu já optei, eu me sinto ‘nativo’. Eu escolhi aqui e só quero que as coisas fiquem boas para o pessoal daqui. O ‘nativo’ não forçosamente deve ter nascido aqui, mas ele pensa como os daqui, os modos, os jeitos que trouxeram esse modo de viver, de falar, se identificar. Por isso, é a característica do comportamento deles.

No ano de 1968, quando foi convidado a executar registro fotográfico de obras estatais em Garopaba conta, que

(...) em Garopaba, naquela época a praça não era um ponto de encontro: não tinha banco, árvore, nem luz. Eu que trouxe as mudas de árvores para plantar na praça.

A fala de Anacleto acentua o caráter ambivalente da categoria identidade: este aspecto diz respeito tanto ao que o indivíduo pode vir a ser, quanto àquilo que pode torná-lo a ser.

Pelos discursos dos interlocutores residentes em outros bairros, ser “nativo” está ligado, principalmente, aos usos e práticas locais que delimitam o espaço e constroem o lugar. O território também é fator importante, mas a adesão e a identificação às práticas culturais locais são as que definem o significado de “nativo” na cidade de Garopaba, para estes interlocutores. A seguir descrevo e analiso as representações e sentidos dos interlocutores que se consideram “de fora” em relação à constituição das categorias identitárias e os valores e percepções concebidas ao centro histórico.

3.2 “Não Tem Isso de ‘Nativo’, Para Mim é Tudo Igual”⁵⁵

O objetivo desta subseção é discorrer como os interlocutores que se autodenominam como “de fora”, caracterizam os “nativos” e quais as representações e sentidos que conferem ao patrimônio em relação a esta última identidade. Como analisado, os sentidos para a categoria “nativo” envolvem diferentes significados. Já para a categoria “de fora”, expressa critério único: origem de nascimento. Porém, cabe lembrar que nem todo nascido em outra localidade se percebe “de fora”. Há exceções.

A configuração da categoria “de fora” se formou por processos de reconhecimento da diferença identitária, ou seja, o interlocutor ao se perceber como não “nativo”, declara-se “de fora”. Esta identidade é constituída através do reconhecimento e pertencimento a uma determinada condição ou conjunto de caracteres que é demarcada pela origem do nascimento. Os processos identificatórios constroem imagens que podem imprimir condições pessoais e sociais, que se configuram conforme os grupos de representações da identidade, tal como “nativos” e “de fora” em Garopaba.

A tabela abaixo ilustra os interlocutores “de fora”, igualmente com nomes fictícios, em relação à idade, gênero, escolaridade, profissão e Estado de origem.

| INTERLOCUTORES | IDADE | GÊNERO | ESCOLARIDADE | PROFISSÃO | LOCAL |
|----------------|---------|--------|----------------------------|--|-------|
| Ernani | 36 anos | M | Ensino Superior Incompleto | Empresário ramo hoteleiro, instalado no centro histórico | RS |
| Neves | 43 anos | F | Ensino Superior Completo | Administradora de agência de turismo no centro histórico | RS |
| Laurindo | 47 anos | M | Ensino Médio Incompleto | Artesão - expõe na praça do centro histórico | RS |
| Amilton | 39 anos | M | Ensino Médio Completo | Artesão - expõe na praça do centro | RS |

⁵⁵ Discurso do interlocutor Ernani.

| | | | | | |
|-----------|---------|---|----------------------------|---|----|
| | | | | histórico | |
| Lucas | 63 anos | M | Ensino Médio Completo | Empresário de restaurante que pertence ao patrimônio tombado | SP |
| Sandro | 57 anos | M | Ensino Superior Completo | Jornalista e fotógrafo | RS |
| Inácio | 52 anos | M | Ensino Superior Completo | Professor e artista plástico | RJ |
| Carlos | 48 anos | M | Ensino Superior Incompleto | Ambulante de alimentos na praça do centro histórico | RS |
| Raimundo | 43 anos | M | Ensino Superior Incompleto | Publicidade virtual | RS |
| Margarida | 45 anos | F | Ensino Superior Completo | Massoterapeuta, fotógrafa, artesã, professora de música. Expõe seus trabalhos na praça do centro histórico. | RS |
| Cláudio | 47 anos | M | Ensino Superior Completo | Padre | SC |
| Arnaldo | 50 anos | M | Ensino Superior Incompleto | Escritor | RS |

A fala de Ernani “Não tem isso de ‘nativo’, para mim é tudo igual” apresenta mascaramento da realidade ante a pesquisadora, mas o discurso que segue logo apresenta contradições:

Acho que deveria ter um trabalho muito bom de conscientização para o pescador, para o pessoal daqui, para valorizar o turismo. Deve ter uns 100

a 300 pescadores, a maioria tem o defeso⁵⁶ e aí fica fácil, porque aluga a casa da frente, vão morar nas peças dos fundos e aí faz um dinheirinho. Tudo deve estar limpo, no local apropriado para não atrapalhar o turismo. Se as pessoas daqui pensarem no turista não tratariam do jeito que tratam. Não pensam no turismo. Acreditam que não dependem do turista, não vêem que dependem do turista, não tem visão de comércio, de tratar bem.

Este interlocutor, empresário do ramo hoteleiro, tenta mostrar equivalências entre os “de dentro” e os “de fora”, porém o que há são contradições presentes nas práticas e discursos. Por um lado afirma que não há diferenças, por outro determina como deveria ser o comportamento do pescador em relação ao turista, e ainda há uma desqualificação presente em suas palavras quando afirma que “Deveria ter um trabalho muito bom de conscientização para o pescador”, ou seja, aquele que exerce tal ofício não sabe se relacionar com o “de fora”, na figura do turista.

Ernani não utiliza a palavra “nativo”, mas o que ele quer dizer com “pessoal daqui”? Nas nuances de sua fala pode-se identificar que ele percebe o pescador/pessoal daqui como pessoas que precisam de “conscientização” para se relacionarem com este “de fora”, no caso, o turista. Outra representação presente neste discurso refere-se ao modo como este pescador/pessoal daqui valoriza os recursos financeiros, diferentes de Ernani. Em seu ponto de vista, o defeso subsidia a sobrevivência familiar acrescido do aluguel residencial no verão, então o pescador/pessoal daqui parece não se importar em prover condições ambientais e relacionais para ampliar a fonte de recursos que o turista traz consigo.

Há sete anos, Neves administra uma agência de turismo situada no centro histórico e afirma observar o comportamento das pessoas residentes na região, em diferentes aspectos da vida social. Seu discurso sobre as percepções relacionadas aos “nativos”:

Os ‘nativos’ querem alugar a casa para o turista, mas em contrapartida não dão um mínimo para ele, não dão nada. Mas a culpa não é deles, eles teriam que ser instruídos. Falta ser estimulado para amar o lugar dele. Tu não escuta o ‘nativo’ se

⁵⁶ O defeso é um benefício social, do governo federal, para o/a pescador/a com registro nos órgãos específicos que garantem recursos financeiros em determinada época do ano, relacionada à escassez de peixe, no intuito de prover o profissional trabalhador pesqueiro.

encantar, se enamorar pelo lugar dele. Isso de não valorizar o lugar começa lá de cima com os governantes. Eles não têm que se igualar ao gaúcho, ao paulista. Aí eles querem copiar o comportamento do gaúcho, os hábitos, o corte de cabelo, as roupas. Depois do verão copiam tudo: palavras, gírias, sotaques. O ‘nativo’ tem que ser o guia local. Tentar mostrar o valor que eles têm. São dois paralelos no ‘nativo’: uma baixa estima e alto orgulho. São envergonhados, tímidos. Passam uns pelos outros e não se cumprimentam, não se abraçam, não beijam um filho.

As representações desta interlocutora, em relação aos “nativos” assemelham-se às de Ernani: oferecer instrução e conscientização para receber e manter o turista em Garopaba. Ela pensa que o “nativo” deveria dar algo para o turista e justifica sua fala através da falta de amor que o “nativo” tem pelo lugar, expressa, para ela, na baixa valorização de si mesmo e da cidade. Em seu discurso, o “nativo” denota importância àquilo que o “de fora” traz para Garopaba — comportamentos, vestimentas, gírias — e adapta tais valores a suas vivências.

Para Neves, a relação que o “nativo” estabelece com o patrimônio, está vinculada ao auto-amor que ele pode ter por si mesmo, há uma correspondência entre a valorização do lugar e de si próprio. Para ela, o “nativo” pouco se valoriza e, como consequência, desestima o lugar que frequenta e onde reside. Em seus termos:

O ‘nativo’ deve pensar: é meu patrimônio, é tudo meu. Quando tu for embora tu vai ter que deixar limpo, cuidar. Eu vejo que eles não cuidam de nada. Eu varro todos os dias a calçada. No começo eles riam agora eles varrem também. Se a gente daqui desse importância para o centro histórico, a igreja, a rua, as casas, aqui é onde tudo começou, mas as pessoas não dizem isso. O turista passa e não vê isso, tira uma foto e pronto. O não olhar para o centro histórico é um reflexo de baixa auto-estima.

Sandro e Neves apresentam alguns aspectos comuns: originários do mesmo Estado, os locais onde exercem suas atividades profissionais situam-se na Rua Manoel Álvaro de Araújo e ambos concluíram o ensino superior. Mas, além destas características, os discursos também se equiparam. Sandro identifica o “nativo” através de comportamentos específicos e dos modos de perceber e atribuir valor a

si mesmo e ao bem patrimonial, conforme descrição retirada de meu caderno de campo:

O 'nativo' é o que se relaciona com a pesca, com a agricultura, tem uma casa para alugar e um determinado lugar para morar quando aluga a casa no verão e mantém o pé no barro, o pé nas atividades antigas em razão do inverno que é o mais longo do mundo. O pessoal 'nativo' tem dificuldade de perceber o valor que as coisas têm, porque foi humilhado. O 'nativo' não percebe o seu valor e o valor do bem patrimonial. Tem um esquema de desmoralização muito forte por aqueles que mandam na cidade (os quem têm terras, terrenos, bala na agulha) em relação ao 'nativo' em geral. Pessoas com mais instrução e maior grau de escolaridade valorizam o patrimônio e o 'nativo'. A valorização do patrimônio está ligada à valorização do 'nativo'.

Nesta fala, evidenciam-se a categoria patrimônio realçando a materialidade da vida social e cultural, através das atribuições de valores associados e ele, expressos em seus usos sociais e simbólicos, que, segundo Gonçalves (2005), dizem respeito a uma sociedade ou a uma determinada camada social, ao colocarem em si e em seus usos, a sociedade em movimento. Esta articulação, do patrimônio material vinculado a aspectos subjetivos a eles ligados, aponta para a valorização de uma subjetividade, que se define pela sua plasticidade e adaptação ao mundo. Conceber o patrimônio constituído de valores simbólicos é compreender também que ele pode ser utilizado tanto para comunicar quanto para agir, uma vez que os símbolos representam os valores humanos.

Lucas é proprietário de imóvel tombado incluso nos cem metros do entorno da igreja matriz. Ele percebe que o valor que o "nativo" confere ao patrimônio em Garopaba pode ser assim compreendido:

Uma cidade turística que não tem centro histórico daria tudo para ter um, porque é uma fonte enorme e é um legado arquitetônico importante. Em Garopaba não há e não houve esta preocupação. Esse espaço deveria ser o mais nobre da cidade e ele não é tratado com a dignidade que mereceria. Eu frequento a praça, bato papo. Às vezes colocava livros e revistas nos bancos da praça e as pessoas pegavam para ler. Fiz isso várias vezes. A praça deveria ter um

destino cultural mais que comercial. Eu diria que eu salvei o cartão postal de Garopaba.

Através de seu discurso, podem-se perceber as duas concepções do bem patrimonial: de *referência* e de *recurso* presentes no mesmo bem patrimonial de Garopaba. Os aspectos ligados à *referência* encontram-se nas palavras do interlocutor: “Eu frequento a praça, bato papo. Às vezes colocava livros e revistas nos bancos da praça e as pessoas pegavam para ler. Fiz isso várias vezes”. São práticas e sentidos que envolvem memórias coletivas, identidades, usos, valores e significados ligados à dimensão subjetiva e relacionados a saberes e valores. Em relação à concepção de patrimônio como *recurso*, este aspecto está presente em sua fala e prática, pois além de salientar verbalmente a importância que um lugar histórico confere às cidades ele tem clareza de que o imóvel tombado que possui agrega valor ao seu estabelecimento comercial.

Nas nuances do discurso de Cláudio, ser “nativo” em Garopaba está vinculado a certa resistência relacionada ao que vem “de fora”. Aqui, uma vez mais, é possível identificar a categoria de “nativo” como aquele que se coloca em posição de competitividade em relação ao “de fora”, tal como mostra a transcrição.

‘Nativo’ de Garopaba: eu escuto muito esta expressão. O ser ‘nativo’ é algo muito forte, representa muito. Mesmo que muitos não tenham consciência do termo. Há uma resistência por parte do ‘nativo’ a algumas coisas que vêm de fora. Mesmo uma resistência velada, não manifesta, mas ela existe. Isso em algumas áreas da vida de Garopaba, como por exemplo, na política, ela é fechada, há um fechamento para os de fora.

Os diferentes modos de perceber o “nativo”, ora como aqueles que valorizam e copiam modos e comportamentos dos “de fora”, ora como os que resistem a eles, podem ser pensadas, em relação às idades dos “nativos” e também às atividades às quais estão vinculados. Cláudio é padre, Neves trabalha com turismo: a faixa etária com quem o primeiro convive são de pessoas mais velhas, a segunda com jovens envolvidos com a pesca e o turismo. Além disso, tanto um como o outro podem se relacionar com “nativos” de localidades diferentes, Neves na rua principal da região do centro histórico, Cláudio com pessoas residentes em distintas localidades de Garopaba.

Mas é o discurso de Arnaldo que pode dar indícios de como estas diferenças frente aos “de fora” estão situadas no contexto da cidade:

O 'nativo' há duas realidades: há o 'nativo' que está em contato com o turista e o que não está em contato com o turista, com pouca influência com o turismo. É a simplicidade guarani, isso é o legado que eles trazem. Isso para mim é a maior definição. O açoriano trás nele as necessidades das ilhas dos açores. O solo é sagrado, não constroem casas do lado. Os que nasceram dentro do turismo nasceram alterados. O filho do 'nativo' é o que está passando mais dificuldades com drogas e desemprego. Para o açoriano é o estado de viver plenamente como a vida é. Ele é mais natural, ele vai ao extremo. Vive integralmente o agora sem fazer plano ou poupança. O que o catarina tem no coração ele põem para fora, não administra o sentimento, tem baixa flexibilidade para isso.

Através dos diálogos com estes interlocutores que se percebem “de fora” foi possível adentrar ainda mais na complexidade das categorias analisadas permitindo identificar nuanças de sentidos e representações sobre ambos os termos. Na análise da subseção seguinte problematizo algumas delas.

3.4 Análise das Relações

As relações entre “nativos” e “de fora” também estão sujeitas aos atravessamentos das complexas sociedades modernas, cujas principais características são fluxos, fluidez, territórios provisórios de igualdades e diferenças, movimentos, articulações e interações que engendram a própria existência da relação.

Analisá-las implica tomar distância das noções de senso-comum e compreendê-las para além das aparências, ou seja, a noção de “nativo” não implica necessariamente ter nascido em Garopaba, assim como a “de fora” não significa apenas ser procedente de outra região. No discurso dos interlocutores, surgiram distintas maneiras de visualizar as diferenças de significados que encerram tais noções.

As razões que os interlocutores elegem para classificar alguém como “nativo” são bastante diversas, passam por questões dos locais de moradia, de origem de nascimento, de tradições alimentares, de diversas vivências e práticas, que expressam em sínteses, uma gama de

alternativas. Assim, a pessoa pode ser “nativa” tanto por nascimento como pode tornar-se uma por opção. Nos discursos as identidades são flutuantes, como bem afirma Anacleto: “Eu já escolhi, eu sou ‘nativo’”

O caso citado ilustra como estas identificações não são rígidas, denotando certa mobilidade entre elas. Por outro lado, percebi durante os diálogos mantidos em campo que as pessoas faziam questão de se posicionar em um dos dois pólos identitários, mesmo sem eu ter feito perguntas neste sentido. Pareceu-me uma necessidade de afirmação identitária ante o outro (a pesquisadora) que lhes permitia ancorar-se temporariamente na configuração de suas identidades individuais e locais, como explicam Elias e Scotson (2000), Hall (2000, 2004) e Velho (1999a).

Nas categorizações das identidades, os sentidos e as representações a elas atribuídas surgem adjetivadas, evidenciado estigmas norteadores das diferentes formas da relação:

“dentro” x “fora”, “nativo” x “de fora”, “nós” x “os outros”

Quando o sentido de ser “de fora” está vinculado à percepção de ter trazido droga para Garopaba, conforme o depoimento de Ana, moradora do centro histórico, nos defrontamos claramente com um exemplo norteado por esse estigma.

As relações identitárias no contexto de Garopaba podem ser analisadas sob pontos de vista diferentes, tais como questões relacionadas à economia e ao campo do trabalho, a aspectos subjetivos como auto-estima, a atribuições destinadas ao bem patrimonial, como descritas a seguir.

Aspectos subjetivos, tais como auto-estima e ambição, foram apontados por alguns interlocutores, e apresentam implicações nas práticas e relações sociais. Sobre este aspecto, o relato de Anita, ex-moradora da região do centro histórico, traduz a percepção sobre os “nativos”:

Eu observei que os ‘nativos’ ficaram estagnados no tempo, não estudaram, não têm muita perspectiva de futuro. Não têm muita ambição. Os ‘de fora’ têm mais ambição, planos. Os ‘nativos’ ficaram presos ao passado.

Outro aspecto da relação está na referência, muitas vezes implícita, de que é o “de fora” que mostra ao “nativo” o valor que o lugar tem. Isso contribuiu para a construção de um estigma em que é o “de fora” que reconhece, identifica e faz usos de locais e práticas

representativas de valores sociais. Os discursos podem ser interpretados indiretamente, através de palavras que não foram pronunciadas, aquilo que pode ser compreendido pelo não dito. Assim, pode-se entender que o “nativo” não reconhece a importância de seus territórios ou práticas locais. Os exemplos são elucidativos de como esta situação opera na vida cotidiana de alguns moradores da região do centro histórico, tal como na fala de Neves sobre o “nativo” se apropriar dos hábitos dos “de fora” depois do verão.

Sobre questões relacionadas à economia local, alguns “nativos”, independentemente do lugar que residem, pensam que pessoas vindas “de fora”⁵⁷ deram oportunidades de trabalhos e serviços aos moradores da cidade, além disso, percebem que algumas contribuíram, e ainda colaboram com o desenvolvimento da cidade, principalmente no sentido de incentivar certas reivindicações relacionadas ao meio ambiente, tal como pensa Anita, ex-moradora do centro histórico:

Eu vejo que os ‘de fora’ mantêm certo incentivo para os ‘nativos’ reivindicarem alguma coisa, principalmente em relação ao meio ambiente. Então, por esse lado eu vejo como positivo.

Em relação às oportunidades de trabalho, “nativos” moradores do centro histórico e moradores dos becos têm diferentes pontos de vista sobre a questão de ofertas de emprego. Evaristo, “nativo” morador do centro histórico, comerciante na área de alimentos, diz que acha bom o “de fora” vir para Garopaba, desde que traga recursos para o município e não dispute vagas de trabalho com “os filhos do lugar”. Porém, ele afirma que, ao contratar pessoas para seu estabelecimento comercial, dá preferência ao trabalhador residente em cidade vizinha, pois o morador local falta ao trabalho e apresenta atestado médico, o que, segundo ele, causa prejuízos aos negócios.

Desde 1970 quase todos têm uma casinha para alugar no verão. É uma renda extra. Isso mudou a vida do garopabense. Acho bom os que vêm para cá, mas não para concorrer com os filhos do lugar, acho bom os aposentados que têm dinheiro e injetam aqui o ano todo. (...) Escolho para trabalhar no restaurante os “de fora” da cidade, contrato os de Imbituba. Eu ofereço alojamento e aí não faltam ao trabalho como os ‘nativos’.

⁵⁷ Neste caso, são considerados “de fora” as pessoas chegadas de outros municípios ou estados, preferencialmente dos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo.

Há certa ambivalência no discurso e prática de Evaristo: ao mesmo tempo em que ele considera importante a chegada de pessoas com recursos para aplicar no município e aponta este aspecto como fator de transformação na vida dos nascidos em Garopaba ele contrata os serviços de pessoas que residem em outra localidade, desvalorizando os “nativos”, ao oferecer vagas de trabalho para os “de fora”, aqueles que ficam sob seu total controle, instalando-os em seus alojamentos.

Esta prática parece comum entre “nativos” comerciantes. Ariane, “nativa” moradora do centro histórico, informa que há 20 anos no verão contrata sempre a mesma pessoa, considerada “de fora”, para trabalhar em seu comércio.

Em relação às pessoas “de fora” e às oportunidades de trabalho, Analeti, “nativa” moradora do Beco da Capoeira, afirma que “O pessoal que vem ‘de fora’ tira o emprego da gente.” Ela argumenta que chegam mais preparados na cidade, no sentido de qualificação escolar e profissional. Com isso, segundo ela, ocupam os postos de trabalho prioritariamente sobre os “nativos”.

Parece haver situações conflitantes relacionadas à questão do trabalho e das pessoas chegadas em Garopaba. Denise, “nativa” moradora do “Beco da Capoeira”, faz distintas referências sobre o “de fora”: diz não confiar nos chegados à cidade, especifica que não gosta do turista, e por fim, argumenta que as oportunidades de trabalho são capturadas pelos “de fora”. Porém, ao mesmo tempo, diz que é com a chegada deles que aparecem as vagas de trabalho. Através de discursos antagônicos é possível perceber que uniformidades nos modos de pensar as categorias identitárias podem implicar em entendimentos errôneos, principalmente sobre questões relacionadas ao trabalho. Além disso, as relações conflituosas recaem estigmatizadas sobre as pessoas “de fora”, quando os contratantes “nativos” moradores do centro histórico os elegem para ocupar os postos de trabalho.

Em relação ainda às oportunidades de trabalho, para os “nativos” moradores dos becos, é importante a chegada de pessoas “de fora” na cidade. Este parece ser o único aspecto que percebem como positivo com relação à entrada de tais pessoas, pois alguns interlocutores afirmam que o “nativo” morador do beco não gosta do que vem “de fora”, seja turista ou residente, opinião partilhada por Denise e Urca, ambas residentes nos becos.

Úrsula, residente no “Beco da Merda”, enfatiza as diferenças nas relações entre “nativos” e “de fora” ao expressar a seguinte idéia: “Fica ruim por que aparece muita gente estranha e não se sabe o que a pessoa veio fazer”. O que pode gerar um clima de desconfiança nas relações,

frutos de episódios como, por exemplo, vendas e valorizações de espaços pouco apreciados pelos moradores, conforme o exemplo sobre a “Bagaceira”, descrito no capítulo um.

Analisando o par relacional, desde o ponto de vista dos “nativos” moradores nos becos e das pessoas “de fora”, Urca faz uma distinção entre tais “nativos” e relata que a maioria dos residentes do “Beco da Merda” não gosta do turista. Esta fala é recorrente entre os moradores dos becos: “nativo” não gosta do “de fora”. Para as interlocutoras Úrsula e Analeti, residentes em diferentes becos e entrevistadas em momentos distintos, as idéias em relação aos “de fora” são semelhantes:

Para Úrsula:

O pessoal daqui não gosta muito do pessoal ‘de fora’ porque ficam folgados e querem mandar na gente.

Este aspecto ilustra relação conflituosa presente também na fala de Analeti:

Quem vem ‘de fora’ é um pouquinho folgado. O pessoal que vem ‘de fora’ tira o emprego da gente. Os professores são tudo gaúcho, no comércio tudo de fora.

Pergunto a ela se os “nativos” não são folgados. Ao que ela responde: “Não, não são! São os mais folgados. Mas que os ‘de fora’ são folgados, eles são.”

A fala de Neves, que se considera “de fora”, corrobora com a afirmação acima:

A maioria do pessoal que vem morar aqui vê o nativo com superioridade: ridicularizando, falando mal, tu tá aqui para me servir.

Destes discursos emergem sentidos para a categoria “de fora”, ao indicar um olhar de animosidade para quem ocupa este lugar, referindo-os como pessoas que estão em posições privilegiadas frente às oportunidades no mercado de trabalho. Além disso, são percebidos como pessoas que expressam autoridade. Aqui há um duplo sentido pejorativo para os “de fora”: pessoas folgadas, com a compreensão de que exercem o poder de mandar, e oportunistas, porque parecem tirar o emprego que, de algum modo, poderia ser do “nativo”, como se, não havendo o “de fora”, os serviços necessariamente seriam para os descendentes de açorianos.

Estas falas retomam meus primeiros questionamentos acerca das relações estabelecidas entre “nativos” e os “de fora”, quando percebi que a origem da pessoa era alvo de interesse, de modo que passei a me ocupar por esta temática, e, com a pesquisa, observei que há certo

estigma entre as partes, claramente expresso nos diálogos destas moradoras dos becos.

Estas interlocutoras caracterizam os “de fora” como folgados. Mas o que significa ser folgado? Através das representações expressas nos discursos é possível identificar que os ditos folgados são pessoas que ocupam posições vinculadas a recursos financeiros, ou seja, quem dispõe de meios econômicos pode ser folgado com quem tem menos, usando os espaços e lugares que estes “nativos” percebem como seus. As pessoas consideradas “de fora” chegam à cidade ocupando posições hierárquicas em contratação dos serviços, determinando a estes “nativos” o que devem fazer.

Pergunto a Analeti como é a relação entre os “nativos” e os “de fora”, ao que ela responde:

Ele (o de fora) fala diferente, reclama do nosso lugar, vive sempre reclamando de Garopaba. Eu sei disso porque a gente convive com muita gente aqui.

É possível perceber outro aspecto depreciativo em relação ao “de fora” através da fala desta interlocutora: é um sujeito que reclama do lugar, ao mesmo tempo em que escolhe estar em Garopaba, seja para residir ou como turista e/ou veranista, ou seja, está no lugar, mas faz críticas a ele. Em relação ao que ela diz sobre ter uma “fala diferente”, está se referindo ao sotaque e ao uso de algumas palavras que não são iguais às dos descendentes de açorianos, como certas expressões utilizadas em Garopaba.

Outra possível análise sobre a relação entre os pares é a seguinte: para o “nativo”, o “de fora” ocupa um lugar, percebido pelo primeiro como seu. Aqui abrem muitas possibilidades sobre esta apropriação: tanto de espaços íntimos com o aluguel de casas, a espaços públicos, onde o “nativo” se sente o “dono do pedaço”, bem como nos estabelecimentos comerciais ao disputar lugares nas filas com o aumento do fluxo de pessoas, e ainda em relação às oportunidades de trabalho nas quais os “de fora” parecem ter preferência. Além de dividir o espaço com esse outro que chega à cidade, é para ele que vende sua mão-de-obra, que oferece seus serviços, ocasionando com isso relações de poder e subalternidade. Essa convivência, vinculada a fatores importantes, tais como de apropriação de espaços, conexões com trabalho e empregabilidade, na maioria das vezes, é assinalada por uma sazonalidade oscilante entre pólos nada equilibrados: três meses de entrada de pessoas e recursos na cidade e nove meses de escassez. Em

acréscimo a estes aspectos relacionais, o “de fora” reclama do lugar, e assim o faz com uma linguagem distinta dos “nativos”.

Mas, por que esta parcela de pessoas residentes nos becos, que se consideram “nativas”, têm essas percepções sobre os “de fora”? Por que estas experiências são significadas de modo que os “de fora” são percebidos como pessoas ameaçadoras da instabilidade social e emocional? Seriam estas particularidades características das relações entre as partes, são elas as respostas para minhas perguntas iniciais? São estes aspectos que marcam as distinções entre “nativos” e “de fora” em Garopaba? Se as respostas para as duas últimas perguntas forem afirmativas surgem umas tantas outras questões, por exemplo, como foram construídos estes sentidos? A partir de quais vivências?

Alguns discursos apresentam certa contradição implícita, como por exemplo, o de Hilário, pescador “nativo” morador do centro histórico, que declara não haver diferença entre tais categorias identitárias, “é tudo igual”. Porém, em seguida, no mesmo diálogo, afirma que a única diferença é a cultura e que há uma interação misturando os “de fora” e os “nativos”. Em suas palavras:

Não vejo diferença entre os ‘de fora’ e os ‘nativos’. A única diferença é de cultura. Já misturou tudo, é uma integração. No fundo é tudo igual: é tudo brasileiro, o litorâneo é açoriano. A discriminação existe em qualquer lugar. Quando ia pescar no Rio Grande o catarina era inferiorizado. Existe sempre aquela coisa, cada um puxa a brasa para sua sardinha. O gaúcho não se comunica com nós como eles se comunica com o gaúcho. Eles tomam chimarrão, nós café. As histórias são diferentes. O jeito de agir, de pensar são diferentes. A gente faz o que gosta. Cada macaco no seu galho. Cada um na sua cultura. Cada município tem uma cultura diferente. O negócio mesmo é o interesse. A integração não existe, é bem difícil. Um quer de um jeito e o outro pensa de outro

Um ponto de convergência entre um “nativo” morador do centro histórico e uma moradora do beco diz respeito às relações de poder estabelecidas no bairro, especificamente relacionadas aos usos que podem ser feitos em determinados lugares. Afirma esta “nativa”: “O ‘nativo’ é quem manda no pedaço. Os becos, a praça, a avenida são dos ‘nativos’.”

A fala de Ângelo, “nativo” morador de outros bairros, que viveu a infância na região do centro histórico, relata acontecimentos experimentados em Garopaba que contribuíram na construção de estigmas sobre as pessoas consideradas “de fora”.

Hoje está em harmonia, mas tem uma minoria que tem uma relação de rixa. Isso se deve a uns maus elementos que tiraram os ‘nativos’ para ignorante. No passado existiram os mal-intencionados, que exploraram os ‘nativos’ pela falta de conhecimento e outras articulações mal vistas. Isso é histórico aqui em Garopaba, aconteceu comigo. Existem as pessoas que são ‘de fora’ e ajudam o município, essas pessoas dão força, incentivam os ‘nativos’ e há outros que vêm apenas para se dar bem. Por causa de um ou dois se criou uma marca com as pessoas que vêm de fora.

Em relação aos habitantes dos becos, este ex-morador do centro histórico pensa que eles “São meio acomodados”. Ele os vê como pessoas que necessitam de motivação para transformar suas realidades, porém ele não questiona se isso é do desejo delas. Para Ângelo:

A questão do lixo é um problema grave, principalmente com os moradores dos becos. Isso é cultural. Eles acham que podem colocar o lixo no chão, desmanchar os móveis e colocar na frente da casa, na calçada. Eles não têm noção do que isso reflete no turismo, isso também é questão de saúde. Se criou uma imagem negativa daquele espaço (beco), do esgoto. Ainda é possível fazer um trabalho, agora dá para fazer, que force a motivação, para que eles tenham desejo de ter casa melhor, trabalho melhor. Falta motivação para ver que pode ser melhor.

Ângelo nos mostra dois tipos de estigmas, um em relação às pessoas que vêm “de fora”, outro ao que está “dentro”, no âmbito do centro histórico, ou seja, atribuído ao “nativo” morador dos becos.

Para Lucas, considerado “de fora” e proprietário de restaurante na região do centro histórico, a relação entre o par — “nativos” e “de fora” — é assim compreendida:

Às vezes é complementar e às vezes antagonista. Especialmente sobre os gaúchos que pensam muito diferente. A diferença é de forma brutal. Há duas Garopabas: uma colônia gaúcha, que tem

uma forma de pensar característica, e uma Garopaba ‘nativa’. Isso se nota em tudo, parece uma dicotomia. São formas de pensar brutalmente conflitantes. Há algumas disputas de espaços. Os gaúchos são mais exigentes e o ‘nativo’ é mais conformista, até por falta de um referencial. Essa relação se nota bastante, permeia toda a Garopaba, em tudo se vê.

Sandro entende as relações do seguinte modo:

Há desconfiança, enquanto o ‘de fora’ tem dinheiro para gastar tudo bem, mas quando vem para cá trabalhar começa a disputar a riqueza produzida. Há um discurso espalhado contra esse que vem trabalhar. Há um mal-estar com relação ao ‘de fora’ que vem para cá e tenta se mover com cidadania na cidade. Há uma rejeição a isso, provavelmente estimulada por esse grupo dominante que não é ‘nativo’ (os que têm terras).

Inácio fala sobre a relação:

Ao conversar com um adulto, logo nos primeiros dez minutos, rapidinho eles perguntam se é daqui, se é ‘nativo’. É um termo que só ouvi falar aqui, em outros lugares não. Os gaúchos dizem que o pessoal é meio atrasado, fazem piadas. As pessoas daqui, que estão recebendo, o conflito deles é menor, não se chocam tanto, talvez porque estão em casa. Vejo como natural este conflito em cidades pequenas porque todos se conhecem e é natural que quando chega uma pessoa nova, diferente, se queira saber quem é. Aqui as pessoas não têm o espírito de sair e estudar. Aqui fazem o segundo grau, casam e moram nos fundos da casa dos pais. Não têm ambições maiores de sair, de vencer. Em alguns momentos parecem ser auto-suficientes, como se aqui tivessem tudo o que precisam. Se nota bem a diferença entre o que é daqui e o que é de fora, neste sentido. Mas tem exceções.

Raimundo, veranista em Garopaba, percebe a relação entre os “nativos” e “de fora” do seguinte modo:

Sinto que não são muito próximos, como existe uma diferença acredito que não há comunhão de pensamentos. Acho que a diferença está aí: as pessoas que optam por vir para cá querem uma

zona de conforto, pensam no mar como lazer. E o pessoal daqui pensa no mar como trabalho. As pessoas que vêm para explorar elas não se integram muito. Vêm os 'nativos' como alguém para explorar, mão-de-obra barata, ou como um problema. O 'nativo' está mais esperto. Porém tem a natureza da ingenuidade.

Mas é na fala de Cláudio que o estigma aparece de modo mais sutil:

Não presenciei nenhum conflito entre 'nativos' e 'de fora', mas senti, através de expressões, linguagens que citam isso, expressões corriqueiras como piadas.

Ao analisar as representações e sentidos dos interlocutores frente às categorias “nativo” e “de fora”, foi possível perceber estigmas presentes tanto em um termo quanto em outro. Na maioria dos casos, os estigmas mudam conforme o ponto de vista de quem fala e estão relacionados também a aspectos econômicos, uma vez que as concepções e estigmas estão implicados em possíveis ganhos ou perdas, inclusive financeiras, advindas destas relações. Por exemplo, à vinda das pessoas “de fora” para a cidade foi importante fator que contribuiu para o desenvolvimento da cidade, mas, ao mesmo tempo, para alguns interlocutores foi percebida como uma usurpação, sentida como uma desapropriação de seus lugares por este “de fora”. Refletindo sobre os aspectos econômicos como base dos estigmas, há os que acreditam que as pessoas vindas “de fora” não devem viver na cidade, pois podem tornar-se competidores com os “nativos” em oportunidades de negócios.

A pesquisa identificou que diferentes atores fazem usos distintos da cidade em duas épocas do ano e estas diferenças podem ser complementares nas análises das relações estabelecidas entre o par identitário. Outro aspecto está relacionado às transformações que o próprio espaço atravessa em suas reconfigurações espaciais e ocupação no período do verão, inclusive festas, que dizem dos usos que se faz do lugar e das relações entre as pessoas.

Os estudos de Elias e Scotson contribuem para a análise das relações entre “nativos” e “de fora”, no contexto de Garopaba, pois demonstram certa similaridade na sociodinâmica das relações, expressas principalmente nas distintas e oscilantes condições de poder. No contexto de Garopaba, os “de fora” não participam ativamente de certas decisões políticas, conforme o discurso de Cláudio, considerado “de fora”. Neste caso, a disparidade de poder e o estigma movimentam-se entre os grupos, não há um congelamento nem num nem noutro, no

sentido de que os dois grupos, em suas constituições, estigmatizam e são estigmatizados, cada qual com suas especificidades de poder e expressões singulares. Alguns interlocutores atribuem característica de valor positivo aos “de fora”: a possibilidade de trabalho anual, uma vez que a base da economia local é o turismo sazonal. Assim, sob esta ótica, os “de fora” são bem-vindos, pois ofertam empregos anuais aos “nativos”.

A execução desta pesquisa e as análises dos dados permitiram refletir sobre as constituições identitárias nas complexas sociedades modernas, no contexto de Garopaba: elas são flutuantes, caracterizam-se por aspectos que envolvem fluxos e fluidez, com questões relacionadas à globalização e à transnacionalidade. Considerando as categorias de identidade sob este aspecto, pode-se afirmar que os usos e sentidos que “nativos” e “de fora”, no contexto de Garopaba, atribuem ao bem patrimonial refletem as relações estabelecidas entre o par identitário: impregnadas de estigmas e ambivalências entre os pólos.

As concepções frente ao patrimônio diferem para “nativos” e “de fora” sob alguns aspectos. Para os primeiros, a visão sobre o patrimônio é constituinte da própria categoria identitária e símbolo de poder a quem ela pertence, caracterizando-o como *referência*. Os segundos idealizam o lugar como expressão de *recurso*, principalmente como potencial turístico e econômico.

A Festa de Nossa Senhora de Navegantes representa que existem práticas e usos vividos nesse espaço patrimonial do centro histórico, especificamente “nativas”. Se a festa foi pensada e vivida por “nativos”, existem relações e práticas assim configuradas, naquele contexto. Estas ações também estão presentes nas relações e refletidas na vida social: igualmente existem sentidos e significados específicos para cada pólo identitário, criando grupos identitários onde as práticas, valores e sentidos conferem pertencimento ou exclusão a eles. Dito de outro modo: se as categorias identitárias atribuem diferentes usos e sentidos à praça ela pode refletir também nas relações entre os pares, ou seja, também está presentes nas relações o mesmo formato observado na festa.

Pode-se dizer que tanto “nativos” como “de fora” usam a Praça Vinte e Um de Abril para trabalho, lazer, festas, e infinitas possibilidades de práticas sociais, mas as ações, para um pólo e outro da relação, são vividas de distintos modos. Se para trabalho: ora a pesca, ora o artesanato, se considerarmos a época do ano, no inverno pelo “nativo”, no verão pelo “de fora”, se pensarmos as formas de lazer e diversão, ora a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, ora o descanso

do “de fora”. Os usos e sentidos atribuídos ao patrimônio em Garopaba dizem sobre as formas relacionais entre os que se consideram “nativos” e “de fora”.

Um tema que foi recorrente nesta pesquisa, expresso por interlocutores “nativos” e “de fora”, foi à categoria “droga”, porém não era objetivo nesta pesquisa. Mas, nos interditos, a “droga” foi referida como trazida pelo “de fora”, como algo presente na região do centro histórico e por isso mesmo inibidor de frequentar o local, discurso de Anita ex-moradora do centro histórico, e ainda como motivo de dificuldades para filhos de “nativos”, conforme Arnaldo, “de fora”. Estas representações poderiam ser enriquecedoras para estas análises, porém como o tema não foi considerado transversal para ser utilizado neste trabalho.

O discurso que, a meu ver, expressa melhor a representatividade das relações entre o par identitário, está centrado na fala de Anacleto, “nativo” por escolha pessoal:

A relação do açoriano e do não-açoriano é assim: um amigo quis dar uma de gaúcho e entrou em choque. Há uma técnica de saber lidar com eles, deve-se dizer: ‘eu soube que vocês tiveram uma idéia...’ e aí então introduzir o pensamento. Dar uma de gaúcho que dizer introduzir aqui usos e costumes nossos sem a participação deles. Deve ser assim: **eu aceito como eles são e não como eu gostaria que eles fossem.** (Grifo da autora)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades contemporâneas são caracterizadas por complexidades presentes nos diversos âmbitos da vida social sujeitas a descontinuidades e rupturas tônicas que as assinalam, através de constantes transformações. Neste âmbito, termos como fluxos, limites, fronteiras e outros, aparecem carregados de matizes implicando em questões relacionadas aos processos identitários provisórios, como no caso de centro histórico de Garopaba, onde estas temáticas estão presentes nas relações estabelecidas entre “nativos” e “de fora”.

Os contornos territoriais do centro histórico, aliados as práticas e aos usos realizados naquele local, expressam as características presentes em tais relações, ou seja, a materialidade dos espaços implica diretamente nas formas sociais estabelecidas naquele lugar. A classificação da categoria “nativo” por região habitada permitiu conhecer as nuances presentes entre território e identidade: conforme o local onde reside o interlocutor diferencia-se também os critérios de pertencimento identitário. Tal elasticidade na categorização do termo remete a compreensão de que o “nativo” em Garopaba pode ser considerado desde o nascido no local como aquele que vive as práticas locais, inclusive as alimentares. Nestas classificações sempre houve um ideário comum ligado ao centro histórico, seja através das práticas atreladas ao mar, aos hábitos açorianos ou as especificidades presentes nos jogos de comunicação e significados vinculados a origem do lugar. Esta série de percepções e sentidos que abarcam a constituição da identidade “nativo” reafirma sua condição em lugares de fluidez e flexibilidade, presentes também nas adaptações identitárias.

A categoria “de fora” correspondeu a processos de identificação onde as características de oposições ou semelhanças estiveram presentes e relacionadas às idéias e práticas que asseguram pertencimento ou exclusão a esta identidade. O interlocutor atribui-se “de fora” por oposição ao termo “nativo”, considerando a origem do nascimento.

Os discursos demonstram fronteiras identitárias: ora parecem rígidas ligadas ao território, ora flexíveis presentes em adaptações e jogos simbólicos. Existem confluências de sentidos e significados onde as identificações se processam, elas demarcam territórios provisórios de igualdades e afirmação de diferenças, através de movimentos de articulações e interações que geram a própria existência da identidade. A fala de Anacleto acentua este caráter da categoria identidade: “Eu já optei, eu me sinto ‘nativo’”. As constituições identitárias propõem uma

identificação, ao mesmo tempo em que os atributos que a formam constroem a própria identidade. Nesse caso, pode ser nascido com a identidade de “nativo”, em toda gama que este termo pode significar, ou tornar-se um através das identificações e adesões as práticas do lugar.

As constituições identitárias definidas pelos interlocutores evocam, na própria definição da categoria, a presença de estigmas e conflitos. Os estigmas estão presentes na relação: em um momento os “nativos” são “acomodados”, em outro, os “de fora” são “folgados”. Os estigmas são aspectos presentes na vida social e caracterizam os grupos através de formas de exclusão ou pertencimento a eles. Os conflitos que podem originar de tais relações são as enunciações de significados que demarcam limites e margens sobre as efêmeras constituições identitárias, ao delimitarem também as práticas sociais.

Nesta arena, as possibilidades sociológicas e culturais, vividas através dos jogos de papéis e identidades, são características expressivas dos estilos de vida e se encontram presentes nos discursos e práticas relacionadas ao centro histórico de Garopaba. As experiências de maleabilidade e fluidez oferecem possibilidades de circulação em diferentes domínios da vida e, ao mesmo tempo, em diversos aspectos da existência. A dinâmica das sociedades complexas abarca a coexistência de distintos mundos e concebe os indivíduos como pontos de intersecção destes múltiplos universos. Estas características colocam as identidades permanentemente em xeque e promovem modificações significativas, ao solicitarem adaptações constantes. Os projetos de vida de dois jovens residentes nos becos os tornam, de algum modo, diferentes dos demais residentes nesta localidade, são expressões das diversidades das sociedades contemporâneas, através da interação das diferenças.

A realização da pesquisa me levou a concluir que o contexto escolhido para sua execução, o centro histórico de Garopaba configura-se como um *lugar* antropológico, nos termos de Augé (1994, 1995), onde a constituição da categoria *lugar* é vinculada a espaços identitários, relacionais e históricos, concebidos como expressões dos jogos de poder que dão sentido às próprias relações estabelecidas. O que “Manda no pedaço” é aquele que tem suas práticas ligadas aos usos históricos e identitários do lugar, ações que constituíram a identidade “nativa” em Garopaba e caracterizam as relações estabelecidas. Os *lugares* não são neutros nem imparciais, são carregados de sentidos fundados pelo caráter identitário, pelos aspectos relacionais que dizem respeito às próprias relações estabelecidas, e vinculados aos aspectos históricos relacionados aos sentidos em que os ocupantes do lugar podem nele

encontrar através de diversos vestígios ou signos de alguma encadeação ou correlação.

O território entendido como *lugar* pode também dizer sobre seus moradores, segundo a tia-avó de um interlocutor: “Da ponte para lá tudo é beco meu filho, não escapa”. Através desta fala percebe-se que, além de fundir a região em becos tornando-os uma forma dominante do lugar, ela também está qualificando os moradores da região como moradores dos becos, considerando a todos como “nativos”. Do discurso desprende-se que, além de beco e centro histórico serem um lugar só, o território age como delimitador do campo da identidade.

Tal discurso refere-se também à identidade grupal dos “nativos” e aos aspectos ligados a ela dizem respeito à identidade pessoal dos indivíduos. A percepção de que beco e centro histórico têm igual significado, atribui ao morador daquela região à identidade “nativo”, de modo que imagem grupal compõe a imagem pessoal. A composição da imagem pessoal, conforme Elias e Scotson (2000), origina-se também através das concepções que outras pessoas fazem dos indivíduos expressas pela identidade grupal, através dos signos identitários, que possibilitam a exclusão ou pertencimento a um grupo. Neste caso está evidente: ser residente em beco tem o mesmo sentido que ser morador na região percebida como centro histórico, que expressa a identidade coletiva de ser “nativo”.

A experiência etnográfica apresentada neste trabalho permite conhecer, em parte, as questões atreladas as minhas interrogações iniciais sobre as relações identitárias em Garopaba. Compreendi que os questionamentos primeiros - “Essa família é ‘nativo’ ou é ‘de fora’?” - pertencem ao um conjunto de significados carregados de estigmas e delimitados por práticas e usos relacionados ao território. O primeiro, ser “nativo”, impregnado por simbologias e sinais de comunicação que os identificam com olhares, palavras, alimentos, escambos e território. Já os segundos diferenciam-se destes signos e práticas, para eles o laço comum é a condição de serem “de fora”. Nas palavras de Anita: “Os ‘de fora’, mesmo tendo contribuído, sempre serão ‘de fora’”. Tais processos identificatórios conferem certa estabilidade identitária e relacional através de pertencimento ou exclusão a determinados grupos sociais, com conseqüências diretas na vida social e implicações nos deslocamentos temporários dos lugares ocupados.

A materialidade dos espaços pode ser compreendida como reproduções dos modos relacionais: assim como residir nos becos define a identidade “nativa”, há aspectos das relações que também delimitam práticas e usos “nativos” e geram a exclusão dos “de fora”, como por

exemplo, da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. De forma análoga, a constituição da identidade de pertencimento à categoria “nativo” está ligada ao centro histórico, local que representa a cidade, suas memórias, sua história, seu povo e toda perspectiva que envolve comportamentos culturais. Estas simbologias podem ser precursoras do *turismo cultural*, que diz respeito à sacralização de situações e imagens triviais que passam a ser consideradas como partes da história, da arte ou da cultura, ao criarem roteiro de atração turística que envolva certo tipo de encenação ligada ao passado, com paisagens que correspondam às expectativas daqueles que visitam o local. Ressaltando essa idéia, a declaração de uma moradora da região do centro histórico: “A praça deveria ser como ela é hoje, porque se mudarem ela não vai ser mais “nativa”. A gruta não é mais “nativa”, porque mudou”.

Finalizando, a vinculação entre as relações identitárias e o patrimônio são pautadas pelos modos de interação com o lugar. Através dos diferentes usos e sentidos atribuídos ao centro histórico pode-se conhecer como se percebem e estabelecem as relações dos e entre os diferentes atores que compõem esse espaço social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANICO, Marta. A Pós-modernização da Cultura: Patrimônio e Museus na Contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jun. 2005 (p. 71-86).

ARANTES, Antônio Augusto. (Org.) **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1984.

AUGE, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

AUGE, Marc. Nuevo Mundos. In: **Hacia una antropologia de los mundos contemporaneos**. Barcelona: Gedisa, 1995, p. 123-163.

BECKERT, Howard. Conferência. A escola de Chicago. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1996 (pp. 177-188).

BITENCOURT, Fernando. **De Ygara-Mpaba a Garopaba**. Sete mil anos de história. Garopaba: Gráfica São Joaquim de Garopaba. 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Tempo e tradição: interpretando a antropologia. In: Cardoso de Oliveira, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro/Brasília: Tempo Brasileiro/CNPq., 1988, p.13-25.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000, p.17-35.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O mal-estar da ética na antropologia prática, In: Ceres Víctora e outros, (org.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004, p.21-32.

CARVALHO DA ROCHA, A. L. & ECKERT, C. A cidade como objeto temporal. In: **O tempo e a cidade**. Porto alegre: UFRGS, 2005, p.79-101.

CASTELLS, Alícia. N. G.; REIS, Maria José; CATULLO, Maria Rosa. Ruptura e continuidade com o passado: bens patrimoniais e turismo em duas cidades realocizadas. **Cuadernos de Antropologia**, Buenos Aires, v.2, 2005 (pp.71-90).

CASTELLS, Alícia. N. G. e ROTMAN, Monica B. Apresentação: estudos sobre patrimônio: intervenção, gestão e identidades locais. In: **Ilha – Revista de Antropologia**. Florianópolis: UFSC/PPGAS, v. 8, n. 1 e 2, jan./dez. 2006 (pp.249-255).

CASTELLS, Alícia. N. G. “Políticas de patrimônio – entre a exclusão e o direito à cidadania”, “A cor do *lugar*: o Sertão do Valongo como patrimônio cultural”. In: Castells e Godoy (org.). **Ecos e imagens do patrimônio imaterial: Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão de Valongo**. Florianópolis/ SC: Iphan, 2008, p.39-56; 75-100.

CASTRO, Celso. Imagens e narrativas do turismo no Rio de Janeiro. In: Gilberto Velho (org.) **Antropologia Urbana**. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 80-87.

CERTEAU, Michel de. “As práticas cotidianas”, “Foucault e Bordieu”, “Caminhadas pela cidade” e “Relatos de espaço”. In: **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 109-110; 111-129; 169-191; 199-217.

CERTEAU, Michel de, Giard Luce e Mayol, Pierre. “A conveniência”. In: **A invenção do cotidiano 2**. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2003, p.46-69.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: S. T. M. Lane e Codo, W. (Orgs). **Psicologia Social**. O homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 58-75.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”, “Sobre a alegoria etnográfica” e “Sobre o surrealismo etnográfico”. In: José Reginaldo Santos Gonçalves (org.). **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p.17-62; 63-100; 132-178.

CORDEIRO, Graça Índias e COSTA, Antonio Firmino. Bairros: contexto e interseção. In: Gilberto Velho (org.) **Antropologia Urbana**. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 58-80.

COSTA, António Firmino da. Identidades culturais urbanas em época de Globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, fev. 2002 (pp.15-30).

DA MATTA, Roberto. O trabalho de campo como um rito de passagem. In: **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 150-173.

DA MATTA, Roberto. Espaço: Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 31-71.

DA MATTA, Roberto. Para uma antropologia da tradição brasileira (ou: a virtude está no meio). In: **Conta de mentiroso**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 125-149.

DELGADO, Manuel. Introdução: de la ciudad concebida a la ciudad practicada. In: **Sociedades movilizadas**. Pasos hacia una antropología de las calles. Barcelona: Anagrama, 2007a, p. 11-23.

DELGADO, Manuel. Ciudades sin ciudad. La tematización “cultural” de los centros urbanos. In: D. Lagunas (Coord.) **Antropología e turismo**. Claves culturales e disciplinares. México: Plaza y Valdés, 2007b, p. 91-109.

DELGADO, Manuel. Heterópolis: La experiencia de la complejidad. In: **El animal público**. (quinta edición). Barcelona: Anagrama, 2008, p.23-58.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil meridional**: uma viagem no tempo: 500 anos, litoral catarinense. Florianópolis: Ed. do autor, 2000.

FRANZONI, Tereza Mara. **As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 1993. 252f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Orientador: Rafael José de Menezes Bastos.

FOUCAULT, Michel. “Os intelectuais e o poder”. “Soberania e disciplina”. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 69-78; 179-191.

FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber**. RJ:Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. 4. ed. Lisboa: Passagens/Vega, 1992.

FOUCAULT, Michel. “As Meninas”. “As Ciências Humanas”. In: **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.3-21; 475-536.

GARCES, H. Alejandro. Configuraciones espaciales de lo inmigrante: usos y apropiaciones da_ la ciudad, en **Papeles del CEIC**, n. 20, CEIC (Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva), Universidad del País Vasco, 2006 (pp. 1-34).

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989, p.13-41.

GEERTZ, Clifford. “Mistura de gêneros: a reconfiguração do pensamento social.” “Do ponto de vista do nativo”: a natureza do entendimento antropológico”. “Como pensamos hoje: a caminho de uma etnografia do pensamento moderno.” In **O saber local**. Novos ensaios de antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 33-56; 85-107; 220-245.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: **O Antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005, p.11-39.

GODOY, Clayton P. F. e RABELO, Marcos M. Inventário Nacional de Referências Culturais como instrumento de preservação do patrimônio cultural. In: Castells e Godoy (org.). **Ecoss e imagens do patrimônio imaterial: Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão de Valongo**. Florianópolis/ SC: Iphan, 2008, p.21-38.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. In: Abreu e Chagas (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21-29.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n.23, jan/jun. 2005 (pp. 15-36).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GUIMARÃES, Ana C. R. e ANTUNES, Camila S. (Re) pensando uma metodologia: a experiência de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais. In: Castells e Godoy (org.). **Ecos e imagens do patrimônio imaterial: Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão de Valongo**. Florianópolis/SC: Iphan, 2008, p.57-74.

GUPTA, A. e FERGUSON J. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: Antonio A. Arantes (org.) **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papiurus, 2000, p. 31-49.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Cidadania. nº24, 1996 (pp.68-75).

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: TADEU DA SILVA, Tomaz (org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9º ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2004.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, abr. 1997 (pp. 7-39).

HANNERZ, Ulf. Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 1999 (pp.149-155).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Decreto-lei n.º 25 - nov. 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Constituição Federal. Rio de Janeiro, 1937.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Decreto-lei n.º 3.551 - ago. 2000**. Institui o registro dos bens culturais de natureza imaterial. Brasília, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Carta de Petrópolis - 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos**. 1987.

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Modos de vida e identidade** – sujeitos no processo de urbanização da ilha de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Ed. Da UFSC, 1996.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Goiânia uma cidade patrimonial? In: **Ilha – Revista de Antropologia**. Florianópolis: UFSC/PPGAS, v. 8, n. 1 e 2, jan./dez. 2006 (pp.257- 273).

MAGNANI, J. G. De Perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, V. 17 n.49 jun./2002.

MALUF, Sônia Weidner. **Por uma antropologia do sujeito**: esboços. 2009. Material em fase de elaboração ainda não publicado.

Matéria de Jornal Assinada CASTILHO, Z. Árvores da discórdia. **Jornal da Praia**, Garopaba, p.16, 1º a 15 de jan. 2010.

Matéria de Jornal Assinada BARCELLOS, R. Encontro com a comunidade decide reforma na praça 21 de Abril. **Jornal da Praia**, Garopaba, p.7, 15 a 30 de abr. 2010.

NARDI, Letícia. **Centro Histórico de Paranaguá** – Pr: Usos e sentidos na cidade contemporânea. Projeto para Exame de Qualificação. Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2010. Orientadora: Alícia N. G. de Castells.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petropolis: Vozes, 1992.

PROENÇA LEITE, Rogério. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n. 49. Jun. de 2002.

PROENÇA LEITE, Rogério. “Usos e Contra-usos. A construção socioespacial da diferença”, “Política dos usos. A construção dos

lugares no espaço público”, In: **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2º ed. Campinas: Unicamp, 2007, p. 212-283; 284-319.

ROTMAN, Monica B. Patrimônio cultural y prácticas artesanales. In: **Ilha – Revista de Antropologia**. Florianópolis: UFSC/PPGAS, v. 8, n. 1 e 2, jan./dez. 2006 (pp.97-115).

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da e LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano11, n.23, jan/jun 2005 (pp. 37-50).

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: Catherine Bidou – Zachariasen, **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59- 87.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999a.

VELHO, Gilberto. “Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas”, “Observando o Familiar”, In: **Individualismo e cultura**. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1999b, p. 13-37, 121-133.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, v. 12, n.1. RJ: 2006.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento das Ciências Sociais. In: Cohn, Gabriel (org.) **Sociologia: Marx Weber**. SP: Ática, 1989, p. 70-127.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Antonio A. Arantes (org.), **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 208-256.

SITES

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA - FCC -
<http://www.fcc.sc.gov.br/> Acesso em 20 de outubro de 2010.

ANEXOS**ANEXO I
MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA CIDADE**

ANEXO II
DECRETO DO TOMBAMENTO

XXXX
DECRETO Nº 2.996, de 25 de junho de 1998.

Homologação tombamento de imóveis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o inciso III do art. 71 da Constituição do Estado, de acordo com o disposto na Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo da Fundação Catarinense de Cultura, protocolado sob nº 0373, em 12 de julho de 1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o tombamento, nos termos do art. 4º da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, da edificação religiosa, no município de Garopaba, constituída pela Igreja de São Joaquim de Garopaba, localizada à Praça 21 de Abril, s/nº.

Parágrafo único. A área protegida pelo presente Decreto constitui-se do terreno que contém a edificação religiosa, o cemitério anexo e a praça fronteiras ao adro da igreja, quando houver.

Art. 2º Considera-se como entorno da área protegida, para os efeitos do art. 16 da referida Lei, a faixa contida nos 100 metros tomados de cada uma das extremidades do bem.

Art. 3º Os imóveis serão inscritos no Livro do Tombo Histórico da Fundação Catarinense de Cultura.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 25 de junho de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Ademar Frederico Duwe

Maurício da Silva